



**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO**  
**E CULTURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**LIANA SYLVESTRE LINHARES PAZ VARGAS**

**A PRÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR A PARTIR DA**  
**PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES DO ENSINO**  
**MÉDIO INTEGRADO**

Rio de Janeiro

2022

**LIANA SYLVESTRE LINHARES PAZ VARGAS**

**A PRÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES  
E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Aira Suzana Ribeiro Martins, Litt.D.

Rio de Janeiro

2022

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

V267 Vargas, Liana Sylvestre Linhares Paz

A prática do estágio curricular a partir da percepção de estudantes e professores do ensino médio integrado/ Liana Sylvestre Linhares Paz Vargas. - Rio de Janeiro, 2022.

92 f.

Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Aira Suzana Ribeiro Martins.

1. Ensino médio - Currículo. 2. Atividades estudantis. 3. Ensino médio integrado I. 4. Prática pedagógica. I. Martins, Aira Suzana Ribeiro. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.



**COLÉGIO PEDRO II**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



---

**LIANA SYLVESTRE LINHARES PAZ VARGAS**

**A PRÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES  
E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Defesa em 17 de agosto de 2022.  
**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Aira Suzana Ribeiro Martins  
Colégio Pedro II  
Orientadora

---

Prof. Dr. Leonardo Leonidas de Brito.  
Colégio Pedro II

---

Prof. Dra. Gabriela Dias Bevilacqua.  
Colégio Pedro II

---

Profa. Dra. Lais Rodrigues da Silva  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que estiveram e que permanecem ao meu lado durante essa caminhada.

Aos meus pais, Marcos e Angelica, por me incentivarem nos estudos durante toda a minha vida e me apoiarem nas minhas decisões.

As minhas irmãs, Luana e Lívia, por me apoiarem e por entender minhas ausências.

À Didi, criança linda e doce, que traz alegria para nossas vidas.

Ao meu marido, Igor, por ser meu companheiro de vida, por estar sempre ao meu lado.

Aos meus avós Therezinha, Nilta e Gastão, pelos mimos e pelos colos.

À minha orientadora, professora Aira, pelo apoio e orientação dedicados durante esse período.

Aos integrantes da banca, pelos conselhos e comentários que ajudaram a enriquecer o trabalho.

Aos familiares e amigos que se preocuparam e me apoiaram durante o mestrado. Agradeço por acreditarem em mim e não soltarem a minha mão.

## RESUMO

VARGAS, Liana Sylvestre Linhares Paz. **A prática do estágio curricular a partir da percepção de estudantes e professores do ensino médio integrado**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

A formação profissional, considerando o trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado, permite aos estudantes se apropriarem da consciência de si e do mundo de forma crítica. Uma das atividades principais da formação na Educação Profissional e Tecnológica que permite um maior contato com o trabalho, na sua forma de profissional, é o estágio curricular supervisionado. Ele se constitui em um importante componente curricular que articula a teoria apresentada na sala de aula à prática profissional. Essa atividade objetiva, de acordo com a lei 11.788/2008, a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino. Considera-se essa uma etapa muito importante na vida do estudante. Por isso, essa pesquisa, realizada através do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, buscou compreender como essa prática se constitui e, assim, conhecer os principais pontos que necessitam ser amplamente divulgados aos estudantes para auxiliar no seu aprendizado. Por conta das limitações impostas pela pandemia de COVID-19, a pesquisa foi realizada através da análise crítica de 10 trabalhos científicos que tratavam sobre o estágio em Institutos Federais. A fim de proporcionar maior aproveitamento do estágio, a pesquisa objetivou como Produto Educacional a construção de uma cartilha de orientação para que os alunos possam vivenciar esse momento da vida acadêmica de forma mais proveitosa, crítica e produtiva. Os resultados demonstraram que a cartilha deveria oferecer informações sobre a lei 11.788/2008; definição e papel/importância do estágio, deveres da Instituição de Ensino e das concedentes, atribuições e direitos dos estagiários; benefícios do estágio; os documentos necessários; tempo e carga horária; remuneração; comportamentos que favorecerão a sua aprendizagem durante esse período. Dessa forma, se construiu a cartilha por constatar que esse recurso didático pode agrupar diferentes informações em um único meio, além de conter uma linguagem que facilita a compreensão, e ser de fácil divulgação, podendo ser adaptável as demandas e necessidades de cada público-alvo. Assim, espera-se que os alunos possam desfrutar de forma mais tranquila dos benefícios pedagógicos e profissionais possibilitados pelo estágio.

**Palavras-chave:** estágio supervisionado; ensino médio integrado; educação profissional e tecnológica

## ABSTRACT

VARGAS, Liana Sylvestre Linhares Paz. **A prática do estágio curricular a partir da percepção de estudantes e professores do ensino médio integrado.** 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

Professional qualification, considering work as an educational principle in High School, allows students to critically appropriate their awareness of themselves and the world. The supervised curricular internship is one of the main activities of training in Vocational and Technological Education that allows greater contact with work, in its professional form. It constitutes an important curricular component that articulates the theory presented in the classroom to professional practice. This activity aims, according to law 11,788/2008, the preparation for productive work of students who are attending regular education in educational institutions. This is considered a very important stage in the student's life. Therefore, this research, carried out through the Professional Master's Program in Professional and Technological Education, sought to understand how this practice is constituted and, thus, to know the main points that need to be widely disseminated to students to assist in their learning. Due to the limitations imposed by the COVID-19 pandemic, the research was carried out through the critical analysis of scientific works that dealt with the internship in Federal Institutes. In order to provide better use of the internship, the research aimed as an Educational Product the construction of an orientation booklet so that students can experience this moment of academic life in a more fruitful, critical and productive way. The results showed that the booklet should provide information about Law 11,788/2008; definition and role/importance of the internship, duties of the Educational Institution and the granting companies, attributions and rights of interns; internship benefits; the necessary documents; time and workload; remuneration; behaviors that will favor their learning during this period. In this way, the booklet was built by noting that this didactic resource can group different information in a single medium, in addition to containing a language that facilitates understanding, and is easy to disseminate, and can be adapted to the demands and needs of each target audience. Thus, it is believed that students will be able to enjoy the pedagogical and professional benefits made possible by the internship in a more peaceful way.

**Keywords:** supervised internship; integrated high school; professional and technological education.

## **LISTA DE SIGLAS**

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CH – Carga horária

CoIEE - Coordenação de Integração Empresa-Escola

CPII – Colégio Pedro II

ECS – Estágio Curricular Supervisionado

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ES – Estágio Supervisionado

EMI – Ensino Médio Integrado

IE – Instituição de Ensino

IF – Instituto Federal

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PE – Produto Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>   |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>2.1 Educação e trabalho .....</b>  | <b>12</b>  |
| <b>2.2 O estágio supervisionado .....</b>   | <b>16</b>  |
| 2.2.1 Breve histórico da legislação de estágio .....  | 18         |
| 2.2.2 Importância do Estágio Supervisionado.....  | 21         |
| 2.2.3 Relação teoria e prática .....  | 23         |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>   | <b>25</b>  |
| <b>3.1 Instrumento de pesquisa e análise .....</b>  | <b>26</b>  |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>   | <b>31</b>  |
| <b>4.1 – Questões que o Estágio Supervisionado apresenta na literatura .....</b>                  | <b>31</b>  |
| <b>4.2 – Refletindo sobre a cartilha .....</b>  | <b>64</b>  |
| <b>4.3 Estágio Supervisionado no CPH.....</b>   | <b>66</b>  |
| <b>5 O PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>   | <b>72</b>  |
| <b>5.1 – Refletindo sobre o Produto Educacional .....</b>   | <b>72</b>  |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>77</b>  |
| <b>7 REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>82</b>  |
| <b>APÊNDICES .....</b>  | <b>89</b>  |
| APÊNDICE A – MODELO DE DIVULGAÇÃO DA CARTILHA NOS CAMPI .....                                     | 89         |
| APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL .....  | 90         |
| <b>ANEXOS .....</b>   | <b>140</b> |
| ANEXO I – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM<br>MEIO AMBIENTE.....                 | 140        |
| ANEXO II – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM<br>DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ..... | 141        |
| ANEXO III – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM<br>INSTRUMENTO MUSICAL.....         | 142        |
| ANEXO IV – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM<br>ADMINISTRAÇÃO .....               | 143        |

## 1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular se constitui em uma vivência em condições reais de trabalho que possibilita ao estudante articular a teoria à qual foi apresentado na escola com a prática profissional, configurando-se como uma oportunidade de consolidar o seu aprendizado. Nesse sentido, essa formação deve se constituir como um ato educativo e, como tal, deve proporcionar uma aprendizagem com significado ao educando, evitando que esse conhecimento seja utilizado como meio de obtenção de mão de obra barata pelas instituições concedentes.

O estágio é uma etapa importante na formação do futuro profissional, pois proporciona ao estudante o amadurecimento dos conteúdos que lhe foram apresentados de forma teórica. Esse período de formação também possibilita ao jovem a identificação das aptidões e das deficiências de determinados conceitos, fazendo com que ele direcione seu foco de atenção para determinada área de conhecimento com vistas ao aprofundamento ou à complementação para sanar inconsistências de aprendizagem. O estágio, também, viabiliza ao aluno, através do contato com os profissionais da área, conhecer a realidade a que estará sujeito após sua formação.

Inicialmente, a presente pesquisa se propunha a ouvir diretamente dos jovens estudantes as percepções que tinham dessa etapa de sua formação, uma vez que se acreditava que dar voz a esses atores pode trazer maior conhecimento à escola sobre as dificuldades e dúvidas com as quais se deparam antes e durante a realização do estágio. E, dessa forma, os resultados obtidos poderiam permitir à instituição, junto com os alunos, buscar estratégias para tornar essa aprendizagem verdadeiramente educativa e com significado, não com foco na produtividade, mas voltada, principalmente, para uma formação crítica e emancipatória, pautada nos princípios da Ciência, da Educação e do Trabalho. Entretanto, pelo fato de o momento da pesquisa coincidir com o período pandêmico de COVID-19, esse diálogo com os estudantes não pode ser realizado, pelo fato de que foi necessário o isolamento social para fins de contenção da transmissão do vírus e pelo fato de que os estudantes da instituição escolhida, por questões sociais e financeiras, tiveram dificuldades de conectividade. Com isso, foi necessário que se realizassem alterações no projeto inicial. Optou-se por se fazer um levantamento das questões apresentadas pelos estudantes em investigações de outros autores a fim de que se mantivesse o foco na voz dos estudantes, acrescentando, também, as percepções dos professores envolvidos com a atividade de estágio a fim de complementar as percepções sobre o desenvolvimento dessa prática.

Ao realizar pesquisa sobre trabalhos voltados para a análise do estágio supervisionado, com o objetivo de se conhecer o estado das pesquisas voltadas para esse tema, buscou-se priorizar a leitura daquelas que tiveram como cenário de pesquisa Institutos Federais (IFs) nos últimos 13 anos. Essa delimitação ocorreu por ser o Colégio Pedro II, através da alteração da lei 11.892/2008<sup>1</sup>, equiparado a um IF, possuindo, dessa forma, as mesmas características e finalidades das outras instituições com atribuições semelhantes.

A partir da leitura desses trabalhos, que também abordam a temática do estágio supervisionado, pôde-se constatar que, em sua grande maioria, discutem o estágio na perspectiva do estudante, buscando conhecer de que forma esse público identifica a eficiência do estágio na sua formação como técnico e como essa atividade se constitui na Instituição.

Partindo da leitura desses textos, constatou-se o quanto ouvir diretamente dos principais atores as suas percepções desse processo auxilia o pesquisador a identificar a melhor forma de tornar o ensino efetivamente produtivo, no sentido de proporcionar uma aprendizagem com significado, pois acredita-se que, através da interação da escola com os jovens, a Educação poderá ter maior importância na vida desses sujeitos. A partir do momento em que a escola proporciona um espaço de diálogo aberto, é necessário que seja permitida a expressão de suas opiniões, servindo de base para que mudanças sejam realizadas. Dessa forma, o colégio os estará acolhendo, permitindo a formação de indivíduos críticos de suas realidades. A instituição de ensino estará, também, despertando nos alunos a crença na Educação e a crença desse local como seu ambiente, dando significado a essa fase da vida não como obrigação, mas como uma importante etapa de formação integral do ser.

A presente pesquisa tratou do tema estágio curricular no Ensino Médio Integrado, um importante componente obrigatório para a conclusão dessa modalidade de ensino. Objetivando a construção de um trabalho com bases sólidas, foram utilizados os estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); Ramos (2008); Saviani (2008), Reis (2012), Zabalza (2015), Piconez (2010) e Niskier e Nathanael (2006) para fundamentar a discussão teórica.

Os textos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Ramos (2008) auxiliaram na compreensão da questão do Ensino Médio, a Educação Profissional e Tecnológica e o histórico de sua implementação, levando-se a refletir sobre os conceitos de politécnica, trabalho como princípio educativo e currículo integrado. Buscou-se, através de Saviani (1994, 2008), compreender a relação entre Educação e Trabalho e as influências da sociedade capitalista

---

<sup>1</sup> Lei que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e conferiu a eles autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

nessas duas áreas, assim como os conceitos que surgem dessa relação. Refletindo sobre o caso do Estágio Supervisionado, pesquisou-se nas obras de Reis (2012), Zabalza (2015) e Niskier e Nathanael (2006) como outros autores que refletem sobre o aspecto histórico, conceitual, as características e as percepções sobre o Estágio Supervisionado.

O estudo foi realizado a partir da leitura e análise das produções científicas sobre a temática do estágio supervisionado e teve como objetivo geral investigar quais são as demandas apresentadas pelos alunos sobre o estágio para compor uma cartilha de orientação que os auxiliem a lidar melhor com essa etapa da formação.

Para atingir esse objetivo, teve-se como objetivos específicos investigar, na literatura especializada, a definição de cartilha e suas finalidades em um curso de ensino médio integrado; identificar, na literatura, as principais questões apresentadas por estudantes de Institutos Federais (IF) sobre o Estágio Supervisionado; analisar como o estágio supervisionado se constitui no Colégio Pedro II; auxiliar os estudantes do curso de Ensino Médio Integrado na obtenção de informações sobre o Estágio supervisionado por meio da elaboração de uma cartilha objetiva e atualizada.

A partir da leitura de textos voltados para o estágio supervisionado, esta pesquisa apresenta o seguinte problema: que aspectos devem estar presentes na cartilha de orientação para alunos a fim de se minimizarem suas dúvidas e inseguranças sobre a atividade curricular de estágio?

Como hipótese da pesquisa, partiu-se da ideia de que a cartilha possa trazer informações sobre os direitos e deveres dos estudantes, bem como aspectos sobre o processo burocrático da prática de estágio da instituição de ensino em que o estudante esteja matriculado.

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se por ser o estágio uma oportunidade para os alunos conhecerem, na prática, como se configura o campo de atuação da profissão para a qual estarão aptos a atuar na conclusão do Ensino Médio Integrado (EMI), além de ser considerado por muitos como a porta de entrada no mercado de trabalho. O estágio se caracteriza como o primeiro contato com a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, além de ser uma excelente oportunidade para os alunos amadurecerem esses conhecimentos teóricos, articulando-os com a prática reflexiva. Sendo essa etapa da vida do estudante tão importante, busca-se proporcionar um meio mais completo de orientação de atuação, levando-o a refletir sobre as informações relacionadas ao Estágio Supervisionado na literatura existente, a fim de que essa prática possa ser desenvolvida pautada pelos objetivos da formação consciente de um cidadão emancipado e crítico, capaz de relacionar as atividades intelectuais às atividades práticas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta parte do trabalho, apresenta-se o referencial teórico. Para entender o tema do estágio supervisionado, buscou-se nessa parte refletir sobre a construção do pensamento do trabalho aliado à questão da educação com o objetivo de atender às demandas econômicas da sociedade vigente e às mudanças que ocorreram nas legislações para que houvesse essa integração.

Por fim, traz a questão da evolução da legislação de estágio e seus objetivos, bem como a reflexão sobre sua utilização na formação integrada partindo do princípio do trabalho como princípio educativo.

### **2.1 Educação e trabalho**

O avanço das tecnologias no mundo contemporâneo promoveu mudanças nos processos produtivos, sendo necessário que as instituições de ensino também acompanhassem esses avanços para atender às novas exigências da produção capitalista. Com isso, o país experimentou seguidas políticas educacionais influenciadas pelos interesses econômicos.

Em virtude do estabelecimento dessas políticas educacionais, que foram habitualmente descontinuadas com a criação de reformas posteriores, o déficit no sistema educacional é histórico, havendo sido, por anos, preterido pelos governos desde o período do Brasil-colônia, em que o investimento em Educação era o mínimo possível, fato que se observa, ainda, nos dias atuais. Sabe-se que essa área não recebe a aplicação financeira e a prioridade necessárias para ser estendida a todos os cidadãos com a qualidade que deveria ter. Após o período de crescimento da industrialização no país, a Educação passa a ser vista com um olhar um pouco mais atento, mas ainda não suficiente. Segundo Saviani (2008), com o incremento da industrialização e da urbanização, na primeira metade do século XX, houve também um incremento correspondente nos índices de escolarização, porém com ritmo aquém do necessário.

Na década de 1970, com o aumento da necessidade de profissionais que estivessem minimamente capacitados para as novas demandas do mercado, uma vez que esse período “foi marcado por um crescimento econômico excepcional conhecido como o ‘milagre brasileiro’, caracterizado pela construção de grandes obras de infraestrutura e aumento do consumo de bens duráveis e produção de automóveis” (ASSIS e NETA, 2015, p.199), a escola precisou assumir para a classe trabalhadora o papel de formadora de profissionais com qualificação técnica adequada a atender a essas novas demandas e, assim, “evitar a ‘frustração de jovens’ que não ingressavam nas universidades nem no mercado por não apresentarem uma habilitação

profissional. Isto seria solucionado pela ‘terminalidade’ do ensino técnico” (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2005 p.33). Com isso, a escola ofereceria uma possibilidade de futuro e subsistência à parcela da população que não tinha condições de dar continuidade aos estudos em nível superior, pela necessidade de se iniciar, necessariamente, no mercado de trabalho e atenderia, ainda, às exigências do mercado capitalista com profissionais habilitados para o desenvolvimento desse setor. Esses argumentos levaram à promulgação da lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que promoveu a profissionalização obrigatória no Ensino de Segundo Grau e acentuou a demanda para os estágios profissionalizantes (REIS, 2012). Por essa lei, a carga horária dos cursos técnicos foi dividida de forma que houvesse predominância da parte especial em relação a parte geral. No entanto, com a publicação da lei 7.044/82, que cancelou a profissionalização compulsória, mas manteve a possibilidade da formação técnica, toda a carga horária ficou destinada somente à formação geral. Acentuando assim a dualidade do ensino e priorização do acesso ao ensino superior àqueles que cursavam os cursos propedêuticos (FRIGOTTO; CIAVATTA e RAMOS, 2005)

A vinculação do Ensino Médio ao mundo do trabalho é, atualmente, uma realidade expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96)<sup>2</sup> – LDB – e no Decreto nº 5.154/2004 (o qual revogou o Decreto nº 2.208/97, trazendo, assim, novamente, a possibilidade de integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM).

A integração do Ensino Médio à Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio (EPTNM), é uma das formas de articulação permitida por este decreto, pois segundo consta no seu artigo 4º, §1º a articulação poderá ocorrer em 3 formas: I – integrada: realizada na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II – concomitante: para os alunos que estejam cursando o nível médio e a educação profissional técnica de nível médio com a existência de matrículas distintas para cada curso. Nesse último modelo, a formação pode ocorrer na mesma instituição de ensino, em instituições de ensino distintas, ou em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, nos quais se realizem o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados e; III – subsequente, para aqueles que já tenham concluído o ensino médio.

A LDB de 1996, em seu art. 22 afirma que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da

---

<sup>2</sup> Anteriormente essa vinculação já constava na LDB de 1971 (Lei 5.692/71), ao dispor que a qualificação para o trabalho seria um dos objetivos da formação do 1º e 2º graus.

cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Segundo este dispositivo, o Ensino Médio tem por finalidade:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Lei 9.394/96, art.35).

Ao fazer a abordagem sobre as finalidades do Ensino Médio, Ramos (2008, p.5) observa que esse artigo da LDB de 1996 objetiva o aprimoramento da pessoa humana e que, para isso, é necessário que o foco do projeto educacional sejam os sujeitos e sua emancipação e não mais o mercado de trabalho. Para isso ocorrer, deve ser criado um projeto educacional que rompa a dualidade do ensino e se concentre na formação humana.

O decreto nº5.154/2004 estabelece, no seu art. 2º como premissas da EPTNM a organização por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da Educação, do Trabalho e Emprego, da Ciência e Tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; e a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Esses dispositivos de leis deixam evidente que o objetivo-fim da educação na sociedade atual é o trabalho. Nesses textos, há a definição de que uma das formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio se dará na forma integrada, ou seja, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Essa característica do ensino médio integrado, pautado na articulação entre Ciência, Educação, Trabalho e Tecnologia deve ser empregado durante todo o processo formativo, permitindo aos estudantes uma ligação com todas as dimensões da vida, mantendo-se a integração entre conhecimentos gerais e específicos, garantindo a esses jovens a possibilidade de uma formação omnilateral e politécnica, pautando-se o trabalho com princípio educativo. Deve ser oferecida, ainda, uma formação que contemple todo o ser do homem, que provoque ruptura com o homem limitado da sociedade capitalista, proporcionada por uma escola unitária, omnilateral e politécnica defendida por diferentes autores.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) explicam que as concepções de trabalho e ciência no Ensino Médio deveriam proporcionar aos estudantes a compreensão dos fundamentos das

técnicas diversificadas utilizadas nos processos de produção e não adestramento de técnicas para produção. Dessa forma, a proposta seria para uma formação de politécnicos, e não de técnicos, através do rompimento da dicotomia entre educação técnica e básica. Para esses autores, a organização do Ensino Médio tomando as bases da politecnia, significaria incorporar nesse nível de ensino processos de trabalhos reais, através dos quais seria possível a “assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que está na base da produção moderna” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.42).

Tratar a questão do trabalho como princípio educativo no Ensino Médio consiste em fazer com que os jovens percebam que é através do trabalho que o homem se constitui a partir da sua interação com o meio e constrói as suas relações sociais e lhes permite, também se apropriarem da consciência de si e do mundo de forma crítica. A escola deve ser unitária, omnilateral e politécnica no sentido de permitir o acesso de todos a uma educação não fragmentada, que supere a dicotomia entre escola interessada e escola desinteressada, entre trabalho intelectual e manual; que permita a formação completa do homem através da integração dos elementos fundamentais da vida – trabalho, ciência e cultura. A formação do homem pautada nesses princípios teria por objetivo fundamental “proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas” (RAMOS, 2010 p.67).

A questão da integração do Ensino Médio à Educação Profissional Tecnológica (EPT) está relacionada ao direito à aquisição do conhecimento na sua totalidade, permitindo aos alunos compreender a realidade social na qual estão inseridos e não tendo por objetivo final a empregabilidade. Através do trabalho o homem produz o seu conhecimento. Ao agir sobre a natureza, ele a modifica e ao mesmo tempo modifica a si próprio. A formação educacional e profissional por si só não garante a esses jovens a colocação no mercado de trabalho, pois ela é influenciada pela lógica capitalista. Marise Ramos (2008) defende que:

A escola e os sistemas de ensino precisam ter uma visão crítica do mercado de trabalho e construir o processo formativo no qual, ao tempo em que proporcionam acesso aos conhecimentos, contribuam para que o sujeito se insira no mundo do trabalho e também questione a lógica desse mesmo mercado (RAMOS, 2008, p.28).

A escola deve priorizar pela formação do cidadão consciente, munindo-o de habilidades e conhecimentos, para que seja crítico da realidade em que está inserido e não corrobore com a formação do sujeito alienado imposta pelo sistema vigente. Nesse sentido, o currículo deve proporcionar a esses estudantes uma educação geral, articulando as disciplinas propedêuticas e as de formação específica, não preterindo uma em relação à outra.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - lei nº 9.394/96), estipula que a Educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, devendo o ensino ser ministrado seguindo o princípio, além de outros, da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. A preparação para o trabalho pela Educação se mostra evidente nesse dispositivo de lei. Esse princípio coloca em prática a formação para o trabalho através da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que pode ser desenvolvida pelas instituições nas formas articulada (integrada ou concomitante) e subsequente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCN/EPT), expressa na Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, preveem que a prática profissional poderá abranger diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho. Tais como, “experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações” (BRASIL, 2021).

Um das atividades ofertadas aos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a partir da qual possam desenvolver uma práxis que fortaleça os seus aprendizados, que lhes permita compreender a realidade, para que possam articular o conhecimento teórico com a prática de forma criativa e produtiva é o Estágio Supervisionado. Entendendo nesse contexto, a práxis, segundo Freire (1987), como reflexão e ação dos homens sobre o mundo a fim de transformá-lo.

## **2.2 O estágio supervisionado**

Inicialmente, buscou-se conhecer as muitas definições de estágio contidas em diferentes dispositivos, por isso ao buscar compreender o conceito de estágio nos dicionários, deparou-se com a significação de que se caracteriza como um:

- Tempo dedicado à prática de uma profissão.
- Período que se permanece em uma empresa para aprendizagem e aprimoramento do cargo que se pretende ocupar definitivamente.
- Qualquer situação transitória de preparação (ESTÁGIO,2022).

Diante dessas acepções pode-se compreender o estágio como um período de aprendizagem em ambiente externo à escola no qual se dedica à aquisição de conhecimentos e preparação profissional através da prática. Ou seja, parte-se do trabalho desenvolvido no estágio

para o desenvolvimento de competências e habilidades<sup>3</sup> que, no Ensino Médio Integrado, não se limitam ao desenvolvimento de um ofício, mas a compreensão do mundo na sua totalidade de forma crítica através do diálogo reflexivo entre teoria e prática.

Atualmente, a prática do estágio é regulamentada pela lei nº11.788/2008. Essa lei traz, em seu artigo 1º, a definição de estágio. Segundo esse dispositivo, o estágio se caracteriza por ser um

**ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho**, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008 – grifo da pesquisadora).

Complementa-se essas definições com a reflexão de Reis (2012) que afirma ser o estágio um momento da vida do estudante no qual o mesmo

exerce uma atividade prática de aprendizagem dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares (...) sob responsabilidade e coordenação/supervisão da instituição de ensino (REIS, p.129, 2012).

Dessa forma, a prática do estágio com supervisão de um professor se constitui um importante componente curricular na formação do estudante, assumido como ato educativo da instituição educacional, constituindo o projeto pedagógico do curso. O estágio caracteriza-se por ser uma simulação da realidade profissional e dessa forma se traduz numa oportunidade educacional de contextualização curricular através da prática (PACHECO, 2012). Assim sendo, segundo a lei 11.788/2008, o estágio pretende proporcionar a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando que o estudante esteja apto para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008, § 2º). Entende-se, dessa forma, que a utilização do estágio não está atrelada somente à formação de um profissional para atuação no mercado de trabalho, mas também do sujeito consciente de seus direitos e deveres na sociedade.

Segundo a Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021 (esta Resolução revogou a Res. CNE/CEB nº6/2012), a carga horária destinada a Estágio Profissional Supervisionado, quando previsto como obrigatório em plano de curso, em quaisquer das formas de oferta do curso Técnico de Nível Médio, deverá ser adicionada à carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional (BRASIL, 2021). Dessa forma, não se retira tempo de

---

<sup>3</sup> No que se refere à construção do currículo com base somente em competências e habilidades, Ciavatta (2005) explica que essa construção leva a formações pragmáticas e tecnicistas e que, portanto, são incompatíveis com a formação integrada.

outros componentes curriculares que se fazem necessários para a plena formação do estudante, garantindo-lhes a oportunidade de desenvolvimento para a cidadania e para o trabalho.

Nathanael (2006) qualifica que o estágio deve estar atrelado a três aspectos integrados entre si: os objetivos do curso, o conjunto dos conhecimentos interdisciplinares adquiridos na aprendizagem e a prática laboral relativa aos estudos feitos pelo aluno. Dessa maneira, tendo em vista que a prática do estágio é uma atividade educativa, esta tem de ser organizada, possuir objetivos a serem alcançados, ser voltada para a aprendizagem do estudante e não ser confundida com a busca de produtividade. É importante que o estudante esteja inserido em situações reais de trabalho para favorecer o seu desenvolvimento profissional, mas o seu desenvolvimento deve estar vinculado às questões pedagógicas da escola, tendo por objetivo último o aprendizado das atribuições como futuro profissional.

Santos (2012, p.17) expõe que o

elo que existe entre o mundo de dominação pelo trabalho e estágio se torna fortemente influenciado pelo poder da classe dominante. A escola de ensino Médio profissionalizante, dentro dessa conjuntura, vem tendo dificuldade de conceber uma educação que contemple também a formação geral.

A burguesia dominante exerce influência sobre a sociedade e sobre a escola, conduzindo à fragmentação do conhecimento, direcionando o ensino de acordo com a sua conveniência, para a formação de trabalhadores fragmentados, acríticos, sem possibilidade da formação geral. Tal fato se deve à prioridade que se dá às atividades manuais para as classes menos favorecidas, ao invés de se fazer uma integração dos conhecimentos intelectuais e manuais. Com atenção voltada para a formação da consciência política e social do estudante, Kulcsar (1991, p. 58) considera que a união da teoria à prática, através do Estágio Supervisionado, poderá auxiliar o aluno a compreender e a enfrentar o mundo do trabalho. Dessa forma, essa atividade adquire contornos com características não somente pedagógicas ao unir a teoria à prática, mas também com características sociais.

A prática do estágio deve levar o estudante a, mais do que aprender um ofício, ter uma formação que lhe permita compreender a realidade em que vive, refletindo sobre a forma como as relações se estabelecem na sociedade, particularmente, no mundo do trabalho.

### 2.2.1 Breve histórico da legislação de estágio

A questão do estágio no ordenamento jurídico brasileiro teve seu marco de forma rasa com o Decreto-lei nº 1.190 em 1939. Nesse Decreto, que trata da organização da Faculdade de Filosofia, o estágio não é tratado de forma evidente, tratando apenas que as aulas práticas seriam realizadas em laboratórios, gabinetes ou museus e que visaria a aplicação dos conhecimentos

desenvolvidos nas aulas teóricas.

Reis (2012) expõe que nos anos em torno de 1942 a 1946 existia referência a estágios nos cursos profissionalizantes, entretanto, era uma abordagem inicial. Um exemplo disso é o Decreto-lei 4.073 de 1942, o qual informa somente que o estágio consistiria em um “período de trabalho realizado pelo aluno, sob controle da competente autoridade docente em estabelecimento industrial” (BRASIL, art.47, 1942) que se relacione com o seu curso.

Em 1967, através da Portaria 1.002 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, foi instituída a categoria de estagiário, papel a ser exercido por alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas de nível colegial. Entretanto, apesar de dar origem a essa classe, a citada Portaria não trazia em seu texto a definição do que vinha a ser estágio. No documento, essa portaria já prescrevia a necessidade de um documento firmado com as Faculdades ou Escolas Técnicas, chamado contrato-padrão de Bolsa de Complementação Educacional, no qual deveriam constar os seguintes itens:

- a) a duração e o objeto da bolsa que deverão coincidir com programas estabelecidos pelas Faculdades ou Escolas Técnicas; b) o valor da bolsa, oferecida pela empresa; c) a obrigação da empresa de fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de estágio; d) o horário do estágio (BRASIL, 1967).

Apesar de haver essas informações no contrato-padrão, outros direitos dos estudantes não estavam assegurados, principalmente, quanto às atividades que seriam desenvolvidas. Esse documento apenas estabelecia o compromisso da empresa em receber os estagiários, mas não o seu compromisso com a parte pedagógica do estágio. Da forma como este contrato se apresenta na lei, assemelha-se a um contrato trabalhista.

Mediante a Lei nº 6.494 de 1977 foi definido que os estagiários deveriam ser alunos regularmente matriculados e frequentando comprovadamente os cursos de Educação Superior, de Ensino Médio, de Educação Profissional de nível médio ou superior ou escolas de Educação Especial do ensino público ou privado. O Decreto 87.497 de 1982 (que regulamentou a lei 6.494/77) esclarecia em seu artigo 2º que o estágio curricular era compreendido pelas

- atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (BRASIL, 1982).

Em 1994 foi publicada a Lei 8.859 que modificou alguns dispositivos da Lei nº6.494/1977 e garantiu aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Dentre as alterações provocadas por esta lei, havia a determinação de que os estágios

proporcionariam a complementação da aprendizagem do educando além de que eles deveriam ser planejados, executados, acompanhados e avaliados, devendo estar em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

Apesar da regulamentação do estágio curricular, durante muitos anos, essa atividade estava vinculada aos interesses dos contratantes que dispunham dos estagiários como mão de obra barata na produção e deixavam de lado o princípio formativo e educativo, que deveria ser o objetivo do estágio.

Após anos de vigência, esses dispositivos foram revogados pela lei 11.788/2008 – atual lei do estágio –, elaborada com o objetivo de proporcionar mais segurança e proteção aos estudantes estagiários, trazendo algumas importantes alterações em relação às leis anteriores. Dentre as principais modificações estão: a obrigatoriedade na celebração de termo de compromisso tripartite (estagiário ou seu representante legal, concedente e instituição escolar, deixando a escola de agir somente como interveniente); determina os agentes de integração como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio e os seus deveres (art. 5º); traz no seu bojo as obrigações das instituições de ensino (art.7) e das empresas concedentes (art.8º), assim como os direitos do estagiário (art. 10º ao 14º); e a possibilidade de punição das concedentes nos casos reincidentes de descumprimento da presente lei, uma vez que caracterizaria assim vínculo de emprego do estudante com a parte concedente (art.15).

Caso a concedente descumpra os requisitos legais dispostos, ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente. Apesar de trazer em seu texto punição para as empresas privadas e públicas, essa lei não prevê punição para as instituições de ensino que descumprirem-na. Essa ausência de maior rigor no cumprimento das normas pode ser desfavorável ao processo de aprendizagem através do estágio pela instituição de ensino, prejudicando, assim, o processo formativo dos estudantes.

A presente lei orienta, ainda, sobre a existência de dois tipos de estágio: obrigatório ou não obrigatório. Nos casos em que a Instituição de Ensino optar pela obrigatoriedade do estágio para conclusão do curso profissionalizante, essa determinação, a depender do currículo do curso, deverá constar no projeto pedagógico do curso. Nos casos de estágio não obrigatório, o estudante receberá de forma compulsória bolsa ou outra forma de contraprestação que deve ser definida pela instituição conveniada e, também, o auxílio-transporte. Enquanto que sua concessão é facultativa nos casos de estágio obrigatório.

Ainda, segundo a atual lei de estágio, é possível que os alunos desenvolvam atividades

de extensão, de monitorias e de iniciação científicas e que estas sejam equiparadas ao estágio desde que previstas no projeto pedagógico do curso.

### 2.2.2 Importância do Estágio Supervisionado

Ao se pensar em uma educação que vise à construção de conhecimentos para a atuação consciente e crítica da realidade, com vistas a uma educação profissional de qualidade, espera-se que a formação do sujeito seja realizada tomando “o trabalho como ponto de partida, concebido como atividade teórico/prática, síntese entre ciência, técnica e humanismo histórico” (KUENZER, 1989, p.23). Nesse sentido, toma-se o trabalho como práxis humana, no qual o homem constrói o seu conhecimento e a sua própria identidade a partir da interação com o meio social, com a ciência e com a tecnologia.

Compreendendo a inclusão do Estágio Supervisionado no currículo escolar do EMI à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como esse ponto de partida, nos deparamos com o fato de essa prática se constituir em um importante componente do projeto pedagógico dos cursos profissionalizantes com objetivo de preparar o estudante para a formação para o trabalho produtivo e para a vida cidadã, além de auxiliar na construção da sua própria identidade, através de atividades pedagógicas desenvolvidas em ambiente de trabalho. Kuenzer (1989) enfatiza que para essa participação no sistema produtivo e na vida cidadã acontecer, faz-se necessário que a formação do estudante proporcione-lhe tomar posse dos saberes científico-tecnológico e histórico-crítico.

Segundo Nathanael (2006), o estágio é um instrumento que proporciona aos estudantes, a partir do contato com as atuações profissionais, uma visão holística do curso. Esse período permite que avaliem sua vocação para determinada formação profissional, pois, como observa Seraceni (2015), muitos jovens escolhem suas carreiras sem possuírem um conhecimento de como se constitui o dia a dia da atuação profissional ou do ambiente em que podem atuar. No estágio, ao vivenciarem a experiência do desempenho profissional e ao compartilharem conhecimentos com os profissionais da área poderão confirmar ou não a sua identidade como profissionais.

Além disso, esse momento da formação permite que os estudantes adquiram amadurecimento teórico, conhecimento das técnicas e reflitam sobre as relações produtivas e sociais existentes na sociedade. Nesse sentido, pode-se compreender a importância da relação teoria-prática na efetividade do estágio supervisionado, que deve levar o estudante a uma reflexão sobre o objetivo dessa atividade na sua formação. Compreende-se o Estágio

Supervisionado como a atividade oferecida aos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, a partir da qual possam desenvolver uma práxis que fortaleça seus aprendizados. Essa atividade deve lhes permitir, ainda, a compreensão da realidade, para que possam articular o conhecimento teórico com a prática de forma criativa e produtiva.

O cumprimento do estágio não deve ser confundido com emprego e não gera vínculo empregatício de qualquer natureza nos casos de estágio obrigatório ou não obrigatório, ou seja, o estudante-estagiário não tem assegurado os direitos previstos na CLT e não deve ser confundido com o aprendiz<sup>4</sup>. Por isso, a lei 11.788/2008 estipula que devem ser observados três requisitos na sua aplicabilidade, quais sejam: a matrícula e a frequência regular do educando na instituição de ensino, a presença de um termo de compromisso assinado pelo educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. É importante frisar o compromisso da instituição concedente em seguir as atividades previstas no plano de atividades do estagiário, presente no termo de compromisso assinado junto ao estudante e à instituição educacional, a fim de proporcionar ao estudante-estagiário atividades compatíveis com o fim pedagógico e formativo do estágio.

Para garantir a efetividade no cumprimento do estágio, a referida lei menciona a existência de dois importantes personagens no acompanhamento do estudante-estagiário: o professor orientador da instituição de ensino e o supervisor da parte concedente. Estes sujeitos deverão, respectivamente, ser os responsáveis pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades do aluno-estagiário e possuir formação ou experiência profissional compatível com a área de conhecimento desenvolvida no curso, assegurando, dessa forma, o cumprimento de um estágio que se objetive como ato educativo e que relacione teoria e prática, auxiliando no desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

O estabelecimento do estágio como um componente curricular obrigatório implica em mais uma alternativa de garantir ao estudante a oportunidade de uma aprendizagem construída pela experiência vivida e contextualizada. Zabalza (2015), ao conceituar o que seria um bom estágio explica que isso demandaria haver a incorporação de um conjunto de elementos que resultariam numa boa aprendizagem. Esses elementos seriam a reflexão, a observação, a capacidade de se adaptar a uma nova situação, a capacidade de planejar e realizar um projeto, o conhecimento *in situ* da profissão, além das formas habituais a serem desempenhadas. Por

---

<sup>4</sup> Segundo o ECA (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), o aprendiz é o adolescente maior de quatorze anos e que tem assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários. Ou seja, possui vínculo empregatício.

isso, a participação da orientação e supervisão da escola e da empresa concedente nesse processo devem auxiliar ao estudante a relacionar os conhecimentos adquiridos em sala com a prática desenvolvida no ambiente de estágio de forma que a reflexão dessa relação o conduza à compreensão geral da formação pretendida.

Nesse sentido, a supervisão deve ser entendida como “momentos sucessivos de encontro para significar e dar sentido, de preferência em grupo, às ações desenvolvidas e para estabelecer alternativas viáveis à forma com que foram desenvolvidas” (ZABALZA, 2015). Trata-se de trazer significado ao que é experienciado na prática e se utilizar da teoria para compreender as ações tomadas e refletir sobre novas formas de percepção e atuação, além de incluir nessa reflexão aspectos éticos e políticos para compreender como as situações se organizam e “em que medida sua atitude como profissionais poderá ajudar a enfrentá-las adequadamente” (ZABALZA, 2015).

### 2.2.3 Relação teoria e prática

Ao se estabelecer a relação da teoria com a prática através do estágio supervisionado, a escola permite ao sujeito um processo de aprendizagem que foge do método passivo, bancário, conforme observa Paulo Freire (1987, p.33), que consiste em o educador fazer “‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”. O Estágio Supervisionado garante ao aluno a contextualização do que foi apresentado em sala de aula, pois, ao permitir que ele interaja ativamente com o objeto de estudo, facilita, dessa forma, a assimilação do conteúdo e uma aprendizagem com significado. Ele é um ato educativo que tem como função “suplementar o conhecimento adquirido em sala de aula, vivenciando, na prática, o saber teórico que advém do conjunto de disciplinas do currículo de curso” (NATHANAEL, 2006, p.125).

O estágio é uma possibilidade de, através de uma educação pelo trabalho, proporcionar ao estudante uma formação verdadeiramente politécnica englobando os princípios da ciência, da cultura e do trabalho, rompendo com uma educação dicotômica entre formação intelectual e manual. Kuenzer (2004) traz a reflexão de que essa formação politécnica só será possível se houver uma seleção criteriosa dos conteúdos e da metodologia que será utilizada.

Saviani (2011), ao abordar o papel da teoria e da prática na pedagogia histórico-crítica ressalta que:

Quando entendemos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade da

sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria (SAVIANI, 2011, p.91).

De acordo com o que foi retratado por Saviani, pode-se compreender que essa é uma relação dependente e complementar, no sentido de que a melhoria qualitativa da prática depende de um bom embasamento teórico que seja capaz, ainda, de justificar as mudanças nessa prática. O autor ressalta que o inverso também deve ser feito ao se pensar na teoria a partir da prática, uma vez que o desenvolvimento da teoria também depende da prática.

A importância em se articular teoria e prática dentro do estágio supervisionado consiste em propiciar uma educação que vise à compreensão holística do mundo e atuação de forma crítica e consciente, num movimento constante de reflexão-ação-reflexão e não tratando o agir e o pensar como momentos distintos da aprendizagem, permitindo assim, como afirma Freire (1996), construir um aprendizado não apenas para se adaptar a uma situação, mas acima de tudo transformar a realidade para nela intervir, recriando-a.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa buscou, através da literatura disponível sobre a temática do Estágio supervisionado nos Institutos Federais, analisar como se tem configurado o estágio obrigatório curricular no Colégio Pedro II. Para isso, abordagem se pauta nos princípios da pesquisa qualitativa, pois “essa teoria dá uma explicação para comportamentos e atitudes e pode ser completada com variáveis, construções e hipóteses” (CRESWELL, 2007, p.141). Gerhardt e Silveira (2009) completam afirmando que essa abordagem tenta compreender a totalidade do fenômeno e apresenta como características a

hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos (GERHARDT; SILVEIRA,2009).

No que se refere à classificação da pesquisa quanto aos objetivos, pode-se classificá-la como exploratória, já que tenciona buscar maior conhecimento do problema, a fim de que se torne mais claro (GIL, 2002). Nesse caso, busca-se a obtenção de maiores informações sobre a temática Estágio supervisionado. Esse tipo de pesquisa proporciona um planejamento bastante flexível, tendo sido adotados, neste trabalho, os procedimentos de pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Tendo em vista as limitações impostas pela pandemia da COVID-19 para o desenvolvimento da presente pesquisa através do acesso aos estudantes, optou-se pela pesquisa bibliográfica a fim de que se pudesse ter consciência da abordagem dada no Estágio supervisionado através das pesquisas científicas. A pesquisa bibliográfica se constitui como um elemento importante presente em todas as pesquisas, pois, como afirma Gil (2010, p.29-30), ela “é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema”. Seu desenvolvimento se dá a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

Esse procedimento auxilia o pesquisador a melhorar e atualizar o conhecimento de determinado assunto, não se limitando a uma “mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No que diz respeito à pesquisa documental, esta foi realizada, tomando-se por base a análise dos documentos institucionais do Colégio Pedro II relacionados ao Estágio curricular.

### 3.1 Instrumento de pesquisa e análise

Por se tratar de uma pesquisa voltada para a revisão da abordagem do Estágio supervisionado nos Institutos Federais (IF) e buscando-se atingir os objetivos propostos, a pesquisa se desdobrou, inicialmente, em realizar uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), além do Google Acadêmico e sites de diferentes IFs. Foi delimitado o intervalo de tempo de 2008 a 2021, tendo em vista a vigência da lei de estágio (11788/2008) e a lei nº11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por isso, não fizeram parte da pesquisa os trabalhos desenvolvidos em anos anteriores a 2008, bem como aqueles desenvolvidos em instituições outras que não nos IFs e/ou em segmentos escolares que não do Ensino Médio.

A fim de se obter o maior número possível de trabalhos que se referem ao estágio supervisionado optou-se por buscar pelas seguintes palavras-chave: “Estágio”, “Estágio Supervisionado”, “Ensino Profissional e Tecnológico” e “Ensino Médio Integrado”. Esses termos foram pesquisados combinados, conforme quadro a seguir, a fim de proporcionar melhor filtragem.

**QUADRO 1 – QUANTITATIVO DE TRABALHOS ENCONTRADOS DENTRO DAS COMBINAÇÕES INFORMADAS.**

| <b>COMBINAÇÕES</b>   | <b>RESULTADOS</b> |
|--|-------------------|
| Estágio Supervisionado + Ensino Médio Integrado              | 4                 |
| Estágio Supervisionado + Educação Profissional e Tecnológica | 6                 |
| Estágio Supervisionado + Educação Profissional               | 44                |
| Estágio + Ensino Médio Integrado                             | 36                |
| Estágio + Educação Profissional                              | 198               |

Fonte: A autora, 2021

Inicialmente, constatou-se que a busca resultou numa quantidade expressiva de trabalhos. A partir desses resultados, iniciou-se uma leitura exploratória, mais precisamente uma leitura do título, do resumo dos textos e da introdução, quando necessárias maiores informações, objetivando a identificação daqueles que tratavam do estágio supervisionado de estudantes do ensino médio integrado nos IFs. O objetivo dessa leitura foi identificar o público-alvo, o local de desenvolvimento e verificar se o estágio supervisionado era o foco principal da pesquisa. Em seguida, foram retiradas as pesquisas que apareceram em mais de uma combinação de busca e aqueles que não condiziam com os requisitos para essa pesquisa. Isso significa que foram desconsideradas as pesquisas que tratam o estágio no ensino superior ou de Escolas Técnicas Estaduais, bem como aquelas que não trabalhavam o estágio como ponto

principal da pesquisa. De resultado final, constatou-se que, ao todo, apenas 10 pesquisas estavam dentro dessa abordagem. Esse resultado demonstra a carência de estudos voltados para os estágios dos Institutos Federais, instituições que preconizam a formação integral do sujeito tendo o trabalho como princípio educativo. As dissertações analisadas encontram-se no quadro abaixo:

**QUADRO 2 – DISSERTAÇÕES ANALISADAS.**

| Autores        | Títulos das dissertações  |
|----------------|---|
| PEREIRA, 2008  | O estágio supervisionado na formação dos alunos do colégio agrícola senador Carlos Gomes de Oliveira/SC: a relação entre o discurso e a prática.            |
| FARIA, 2009    | Estágio Curricular Supervisionado: a contribuição para a formação profissional do técnico agrícola no Instituto Federal de Minas Gerais.                    |
| RIOS, 2010     | Estágio supervisionado externo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano – campus Senhor do Bonfim: implicações e perspectivas.         |
| VIEIRA, 2010   | O estágio supervisionado curricular na formação do Técnico em Agropecuária no IFPB – Sousa.   |
| RIBEIRO, 2011  | Ensino Médio Integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional.   |
| SANTOS, 2012   | Análise da função do estágio curricular obrigatório do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal do Ceará – campus Crato, na perspectiva discente. |
| MARTINEZ, 2014 | Concepções e práticas de estágio supervisionado no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.         |
| FONSECA, 2015  | Concepções de Estágio Curricular Supervisionado no Curso Técnico em Enfermagem do Campus Araguaína do IFTO.   |
| BAZANA, 2020   | Os elementos formativos presentes no estágio curricular de um curso técnico integrado ao ensino médio.  |
| RAULINO, 2021  | Podcast sobre estágio supervisionado: uma proposta de orientação para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado                  |

Fonte: a pesquisadora, 2021

Concomitante a essa busca nos bancos de teses e dissertações, foi realizada uma pesquisa sobre as legislações referentes à temática da pesquisa, assim como uma pesquisa no site do Colégio Pedro II sobre os documentos que tratam do estágio supervisionado, a fim de que se pudesse compreender como o assunto é abordado por essa instituição. Verificou-se que os documentos referentes a estágio acessíveis através do site da instituição são o Regulamento do Estágio supervisionado (manual de estágio de 2018), e os documentos de Ficha de

autoavaliação do Estagiário, Ficha de avaliação do Estagiário, Ficha de registro de atividades, Plano de Estágio e o Termo de compromisso. Através da Coordenação do Curso Técnico do colégio, obteve-se o Regulamento atual (2020).

No momento posterior, iniciou-se a fase de leitura, análise e recolhimento das informações que respondessem ao problema da pesquisa, bem como das informações que permitissem identificar como o Estágio supervisionado está sendo abordado em diferentes Institutos com relação ao Colégio Pedro II. A leitura do material seguiu os objetivos traçados por Gil (2002) para a forma de leitura realizada na pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, buscou-se

- a) identificar as informações e os dados constantes do material impresso;
- b) estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto;
- c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores (GIL, 2002).

No que diz respeito à análise das informações obtidas após a leitura, ela foi realizada, tomando como direcionamento a análise de conteúdo de Bardin (2016). Segundo essa autora, a análise de conteúdo se apresenta como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p.44) e, para isso, leva em consideração não somente as palavras, mas também a realidade na qual se constitui.

Após a leitura inicial de conhecimento do material selecionado, foi realizada uma nova leitura, na qual foram selecionados fragmentos do texto que apresentavam informações que pudessem responder aos objetivos da presente pesquisa. Para composição desses fragmentos dos textos, foram selecionados trechos dos resultados qualitativos e quantitativos obtidos pelos autores das dissertações em suas pesquisas, incluindo também falas dos entrevistados que serviram de explicação para justificar tal achado. Esses fragmentos, definidos por Bardin de unidades de contexto, foram dispostos em planilha Excel, na qual, em seguida, foram pormenorizados a fim de delimitarem-se as unidades de análise. Para delimitação das unidades de análise, tomaram-se como referência as construções frasais que se referiam às percepções dos atores envolvidos no desenvolvimento do Estágio supervisionado.

Em seguida, após uma leitura crítica desses fragmentos e buscando-se sintetizar as informações encontradas, esses dados foram colocados em uma planilha para melhor visualização; foram submetidos a uma primeira separação (categorização) com base na semântica (tema) dos trechos selecionados das dissertações. As categorias foram criadas a partir dos elementos encontrados. A categorização permitiu visualizar como determinada temática se

apresenta em diferentes Instituições de Ensino. Apesar de ser possível essa compreensão, a pesquisa não se deteve na forma como cada uma se institui individualmente, mas buscou compreender os pontos em comum ou não entre elas, a fim de se obterem respostas que pudessem oferecer subsídios para replicar ou promover mudanças a fim de não se prejudicar a qualidade do desenvolvimento do estágio de outras instituições. Após a mencionada categorização, pode-se depreender que essas categorias maiores (divididas pelos temas que continham em sua escrita), quando pormenorizadas, continham em seu interior subcategorias desses temas maiores.

Importante salientar que, nessa pesquisa, não houve a preocupação em considerar ou não, se dentro de cada categoria, uma determinada unidade de análise tenha sido produzida por somente uma pesquisa ou por várias por se compreender que as diferentes formas de trabalhar a questão do estágio nos diferentes Institutos Federais podem proporcionar diferentes percepções e situações. Com isso, todas foram consideradas para fins de análise.

Para determinação das categorias, buscou-se a utilização das propostas de Bardin (2016) para definição das categorias de fragmentação da comunicação. Objetivou-se que devessem ser mutuamente exclusivas, homogêneas, pertinentes, objetivas, fiéis e produtivas. O sistema de categorização não foi previamente estabelecido, surgindo da posterior classificação dos elementos após sua separação, de acordo com a temática que traziam em seu corpo.

Após a separação das unidades de análise, procedeu-se a descrição das categorias e as suas respectivas inferências. As categorias surgidas após a separação das unidades de análises são as seguintes: Concepção de Estágio; Objetivos do Estágio; Atribuições da instituição de Ensino; Sobre as concedentes; Teoria-prática; Planejamento e realização das atividades; Obrigatoriedade; Tempo de Estágio Supervisionado; Expectativas; Forma de obter o Estágio; Informações antes do Estágio Supervisionado; Comportamentos; Benefícios; Pontos positivos; Acompanhamento-avaliação; Dificuldades e pontos negativos; Opções de melhoria. Essas categorias serão trabalhadas em tópico mais adiante.

Em seguida, foi realizada uma leitura interpretativa a fim de se relacionarem as informações das obras selecionadas com o problema para o qual se busca solução.

Apesar de a pesquisa ter buscado na literatura especializada as contribuições para compreender como o estágio se apresentava no processo de formação dos jovens estagiários de diferentes Institutos Federais, procurou-se compreender como essa questão é trabalhada no Colégio Pedro II, por ser a instituição na qual a pesquisadora atua como servidora. Para compreender como o Colégio Pedro II conduz o Estágio Supervisionado realizou-se, então, uma

comparação com os regulamentos de estágio de outros IFs. Para essa comparação, foi dado foco as questões que são trabalhadas de forma distintas, por entender que são essas questões que podem trazer contribuição para a forma de conduzir o estágio. A seleção dos regulamentos de estágio dos outros IFs ocorreu baseado na disponibilidade de acesso através dos sites das instituições, dando prioridade, quando possível, aos IFs utilizados como campo de pesquisa das dissertações analisadas.

O Colégio Pedro II é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede da reitoria situada no Campo de São Cristóvão nº 177, São Cristóvão, Rio de Janeiro. Caracteriza-se por apresentar uma estrutura *multicampi*, possuindo, ao todo, 14 *campi* e o Centro de Referência em Educação Infantil Realengo divididos entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Caxias. Equiparado desde 2008 a Instituto Federal pela lei nº 11.892, é a única instituição que compõe a rede federal de educação a possuir em sua estrutura todos os níveis do Ensino Básico, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, sendo este ofertado nas categorias Ensino Médio Regular, Técnico Integrado e Proeja, além de cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* (Carta de Serviços ao Usuário – CP2, 2019).

Com os resultados obtidos através dessa pesquisa pretende-se alcançar os jovens do EMI que iniciarão a prática do Estágio Supervisionado, pois, como afirmam Alves e Hermont (2014, p.18), durante o Ensino Médio muitos jovens ainda estão em busca de se encontrar em relação ao futuro, tanto nas questões profissionais quanto nas pessoais e que, por isso, manter um diálogo estreito com as questões que os desafiam se constitui em uma valiosa estratégia.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 – Questões que o Estágio Supervisionado apresenta na literatura

Nesta parte da pesquisa são relatadas e refletidas as questões encontradas na literatura científica sobre a temática do Estágio Supervisionado. Os pontos presentes nas dissertações analisadas foram divididos em categorias para melhor identificação de abordagem. As categorias foram criadas e nomeadas tomando por princípio a separação das unidades de análise de acordo com a sua semântica. A partir dessa separação pode-se observar a frequência de cada categoria composta por essas unidades. Com isso, obteve-se o seguinte resultado:

**TABELA 1 – RELAÇÃO DAS CATEGORIAS E A FREQUÊNCIA DE CADA UMA**

| <b>CATEGORIA</b>                         | <b>QNTD. DE UNIDADES DE ANÁLISE</b> | <b>FREQUÊNCIA</b> |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| Concepção de estágio                     | 13                                  | 2,71%             |
| Objetivos do estágio                     | 5                                   | 1,04%             |
| Atribuições da IE                        | 4                                   | 0,83%             |
| Sobre as concedentes                     | 11                                  | 2,29%             |
| Teoria e prática                         | 27                                  | 5,63%             |
| Planejamento e realização das atividades | 25                                  | 5,21%             |
| Obrigatoriedade                          | 8                                   | 1,67%             |
| Tempo de Estágio                         | 10                                  | 2,08%             |
| Expectativas                             | 32                                  | 6,67%             |
| Formas de obter o ES                     | 8                                   | 1,67%             |
| Informações antes do ES                  | 19                                  | 3,96%             |
| Comportamentos                           | 22                                  | 4,58%             |
| Benefícios                               | 100                                 | 20,83%            |
| Pontos positivos                         | 28                                  | 5,83%             |
| Acompanhamento-avaliação                 | 46                                  | 9,58%             |
| Dificuldades e pontos negativos          | 90                                  | 18,75%            |
| Opções de melhoria                       | 32                                  | 6,67%             |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>480</b>                          | <b>100%</b>       |

Fonte: A pesquisadora a partir da análise das dissertações (2022)

Através da Tabela 1, pode-se observar que as dissertações analisadas abordam, em sua maioria, os benefícios e as dificuldades relacionadas à realização do estágio. Dessa forma, entende-se que há uma preocupação e empenho em compreender o que esse componente curricular vem proporcionando na formação técnica dos estudantes do Ensino Médio Integrado.

Nas linhas seguintes, apresenta-se o detalhamento dessas categorias.

#### CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO

A lei 11.788/2008 dispõe sobre o estágio de estudantes que “estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos” (art. 1º). Em seu fundamento define estágio como um ato educativo escolar supervisionado o qual é desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos. Nesse sentido, o estágio se constitui como elemento primordial na formação do futuro técnico através do trabalho como princípio educativo.

Ao trabalharem os entendimentos dos atores que estão vinculados a esse componente do currículo do Ensino Médio Integrado, na pesquisa de dissertação de Martinez (2014) foi concebido que o estágio é um processo no qual o "aluno permanece na empresa, exercitando atividades relativas à sua formação sob orientação de um professor". As pesquisas de Raulino (2021) e Fonseca (2015) mostram que o público entrevistado percebe o estágio como oportunidade de prática, visto também, pelos professores entrevistados por Vieira (2010), como um treinamento específico, o qual deve ser acompanhado por um profissional conhecedor de determinada especificidade que terá de repassar ao estudante-estagiário conhecimento técnico sobre a área, além de ser compreendido como parte do trabalho como docente da instituição, na pesquisa de Fonseca (2015). Infere-se dessas exposições que os atores participantes não compreendem a essência do estágio supervisionado como elemento formador no Ensino Médio Integrado, pois ao reduzir o estágio a um treinamento perde-se a concepção do estágio considerado um ato educativo, voltando-se a sua utilização somente para a atividade laboral, assemelhando-se aos pressupostos tecnicistas da educação.

Pacheco (2012) enfatiza que mesmo com a similaridade do estágio em relação ao desempenho profissional, ele ainda é uma simulação do real, sendo concebido como uma “oportunidade educacional de contextualização curricular através da prática” (PACHECO, 2012, p.103). Dessa forma, por mais que no Ensino Médio profissionalizante o estágio seja identificado como um adestramento, ou nas palavras encontradas nas pesquisas, como um treinamento, em determinada habilidade, o ensino médio como um todo deve proporcionar aos alunos a aquisição dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e não o adestramento em técnicas produtivas (SAVIANI, 2007). Isso significaria proporcionar aos alunos a possibilidade de uma educação politécnica.

## OBJETIVOS DO ESTÁGIO

A segunda categoria foi definida como Objetivos do Estágio. Nela encontram-se dados que abordam a visão dos atores do estágio acerca do que compreendem ser os objetivos dele na formação, bem como informações sobre os aspectos que permitem alcançar os objetivos. Refletindo sobre isso, essa categoria foi subdividida em duas subcategorias. Essa divisão ocorreu, pois identificaram-se dois dados diferentes sobre a temática, mas que se complementam: uma identifica que o estágio tem como objetivo a formação e a qualificação profissional e outra subcategoria dispõe sobre os elementos necessários para que o estágio atinja o seu objetivo.

Na primeira subcategoria mencionada, observou-se, na pesquisa de Fonseca (2015), que os entrevistados informaram que o estágio teria como finalidade a formação para o trabalho, além de aperfeiçoar essa qualificação. Já na segunda subcategoria, através da análise do trabalho de Raulino (2021), obteve-se a informação de que para que o estágio atinja os seus objetivos na formação do estudante, é necessária a presença de três componentes: o estudante como elemento principal, a atuação do supervisor e da empresa concedente e, também, é preciso que haja oportunidades de estágio na área de formação.

Pela lei 11.788/2008, o estágio tem como objetivo proporcionar aos estudantes o aprendizado de competências relativas a atividade profissional e à contextualização curricular, de forma a promover o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Pensando na utilização do estágio no EMI e os pressupostos que envolvem essa integração, o estágio tem por objetivo não só a simples formação para o mercado de trabalho, pois como nos revela Ramos (2008),

formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (RAMOS, 2008, p.5).

Dessa forma, o estágio, ao atingir seus objetivos, proporciona ao estudante a compreensão do todo que está relacionado à categoria trabalho, compreendendo-o como prática econômica e no seu sentido ontológico.

## ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A terceira categoria definida após análise dos dados é a “Atribuições da Instituição de Ensino”. Essa categoria surge da visão dos sujeitos pesquisados, por Santos (2012) e Martinez (2014), sobre qual seria o papel da instituição de ensino (IE) no desenvolvimento do estágio.

Nela, revela-se que esses grupos veem que a Instituição teria um papel de relevância na captação e divulgação de vagas de estágio, devendo possuir um banco de dados de empresas, além de orientá-los e encaminhá-los para as vagas disponíveis.

Adverte-se para o fato de que, apesar de ser uma atividade na qual o estudante deva demonstrar autonomia e iniciativa, parte-se do princípio de que, por se tratar de uma atividade obrigatória, integrante do currículo do curso técnico, a escola deveria orientar com mais eficiência os alunos e se organizar de forma a assegurar que o local de estágio pretendido atenda às demandas pedagógicas necessárias à formação do estudante. Nesse sentido, infere-se que faz parte das atribuições da instituição de ensino elencar as oportunidades de estágio disponíveis em empresas idôneas que atendam às demandas pedagógicas e não busquem apenas por uma mão de obra barata, bem como atuar no processo de divulgação dessas vagas para não incorrer na possibilidade de que os estudantes consigam estágio apenas para atender a uma questão burocrática da sua formação.

Outro aspecto relacionado a essa categoria, observado através de Martinez (2014) no IFRJ/Duque de Caxias, é a atuação do diretor de ensino diante das demandas que surgem no estágio, devendo estabelecer o diálogo entre os orientadores de estágio, a coordenação do curso e à Coordenação de Integração Empresa-Escola (CoIEE). E, dessa forma, assegura-se a efetividade da aprendizagem do estudante-estagiário.

Pela lei de estágio (Lei 11.788/2008), a Instituição de Ensino tem por obrigação:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas (BRASIL, 2008).

Percebe-se uma visão limitada dos pesquisados sobre quais seriam, de fato, os deveres da Instituição de Ensino e como deveria ser sua atuação na condução do estágio supervisionado. Ao comparar a visão dos pesquisados com os dispostos em lei, identifica-se que a IE tem muito

mais a contribuir para o processo formativo pelo estágio do que somente a captação de vagas. Diante das obrigações expressas na lei, entende-se que a Instituição deve atuar durante todas as fases do estágio. De forma resumida, inicialmente ela responsabiliza-se pela celebração dos termos de compromisso após a avaliação das instalações das concedentes e institui um professor para realizar a orientação do estudante. Durante o processo, esse professor acompanha o estagiário para verificar se a concedente cumpre as normas estabelecidas e solicita ao estudante a apresentação semestral do relatório de atividades. Por fim, atua na construção de instrumentos avaliativos dos estágios.

## SOBRE AS CONCEDENTES

No que diz respeito à categoria “Concedentes de estágios”, ela é composta por resultados que nos mostram algumas percepções sobre a visão das concedentes sobre o estágio e os estagiários e como deve ser a atuação dessas empresas ou instituições para a efetividade dessa atividade. O primeiro aspecto demonstra que para elas, as concedentes, além da necessidade de os estagiários terem uma boa relação com a equipe profissional, existe também a ideia de o estágio poder ser uma forma de obtenção de mão de obra qualificada. Entretanto, aparece também a percepção de que, em muitas empresas, o estagiário é utilizado apenas como mão de obra mais barata. Esse fato deveria levantar séria preocupação das Instituições de Ensino e dos órgãos fiscalizadores, uma vez que, segundo Reis (2012), tal fato se apresenta como de conhecimento doutrinário e jurisprudencial, por se caracterizar como uma fraude dos direitos trabalhistas e previdenciários no ordenamento jurídico brasileiro.

O segundo aspecto, observado na análise das pesquisas, revela os benefícios para as empresas que recebem os estudantes-estagiários, que seriam: colaborar para o crescimento da empresa, difundir informações, auxiliar na administração e na execução de programas da empresa (VIEIRA, 2010).

O último item busca, através da percepção dos professores, identificar as ações das unidades concedentes para a realização de bons estágios. Nesse último ponto, o trabalho de Martinez (2014) afirma que, para os professores, haverá um estágio satisfatório se a empresa concedente possibilitar ao estudante:

- 1º) supervisão e orientação em relação à atividade de estágio, por meio de profissionais qualificados para tal função;
- 2º) possibilidade de aprendizagem e formação, por meio de atividades ligadas à área de formação do aluno;
- 3º) bom ambiente de trabalho, oferecendo segurança ao estudante;
- 4º) apoio, acolhimento, incentivo e flexibilidade em relação aos horários do estágio;
- 5º)

ofertar bolsas e demais benefícios; 6º) oferecer treinamento ao estudante (MARTINEZ, 2014, p.130-131).

De fato, pela instituição da lei de estágio, a atuação da empresa deve pautar-se por:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;
- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. (BRASIL, art 9º, 2008)

Entretanto, observando somente a lei, subentende-se que a atuação da empresa relaciona-se somente ao cumprimento burocrático e administrativo do estágio. Tendo a atuação dirigida para um viés pedagógico, somente o inciso II e o inciso I do referido artigo, tratam da celebração do Termo de compromisso e do cuidado que a empresa deve ter para que os pontos acordados no termo sejam cumpridos.

Dessa categoria pode-se inferir que a atuação das concedentes é primordial para a boa realização do estágio supervisionado. O compromisso firmado através do Termo de Compromisso busca legislar sobre a forma de atuação da concedente em relação ao andamento do estágio, assegurando ao estudante a execução de atividades que proporcionem aprendizado não somente da parte técnica, mas também na parte da reflexão. É importante que a concedente de estágio busque atuar de forma a cumprir os itens determinados no Termo de compromisso a fim de que os estudantes tenham uma formação no estágio tanto dos aspectos profissionais quanto sociais e culturais.

## TEORIA-PRÁTICA

A categoria Teoria e Prática é composta por duas tratativas sobre esse tema: uma, que se aproxima da forma como a instituição de ensino age para a integração dessa relação e outra,

que mostra a percepção sobre essa temática.

No que compete à forma de atuação da instituição diante da integração teoria-prática, Pereira (2008) encontrou em seus estudos opiniões diversas em relação a essa atuação. Enquanto para alguns a escola promove a integração do aluno à realidade de estágio, orientando, cobrando as atividades e responsabilidade dos alunos, além de considerarem que o conteúdo ensinado na escola proporciona um bom desenvolvimento no ES, para outros entrevistados essa integração não ocorre de fato. Ela é marcada por relatos que demonstram: a) A escola não se preocupa com o aprendizado no Estágio Supervisionado; b) A realidade de estágio é aquém das aulas na escola; c) A escola não trabalha de forma a proporcionar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno para que ele possa compreender a realidade.

No outro ponto abordado dentro dessa categoria, os indivíduos entrevistados nos trabalhos de Fonseca (2015), Pereira (2008) e Santos (2012) enfatizaram que a aplicação prática daquilo que foi visto em sala de aula durante o estágio favorece a formação da identidade profissional, ajudando-os a identificar as suas áreas de interesse e salientando que a aprendizagem ocorrida durante o estágio oferecia oportunidade de interação com os conteúdos teóricos vistos em sala de aula. Entretanto, alguns estudantes observaram que a aprendizagem prática ocorrida no estágio não interage com os conteúdos teóricos. Por outro lado, apresentam também as mudanças necessárias para integrar melhor a teoria e prática, sendo consideradas as opiniões mais recorrentes: aumento do número das aulas práticas na escola, maior integração entre escola e empresa e mudança no calendário escolar (SANTOS, 2012).

Depreende-se dessa categoria, que a relação da escola com a concedente de estágio faz o necessário para manter a integração dos conteúdos vistos na escola e os vistos no local de estágio, a fim de proporcionar aos educandos uma educação que lhes permita correlacionar os conhecimentos e técnicas, compreender a realidade na qual estão inseridos e, também, dar oportunidade de se identificarem com a área de estudo, confirmando ou não a sua aptidão profissional. Dessa forma, entende-se que o estágio se constitui em um dos horizontes “de captação do mundo além das rotinas escolares” no qual os alunos podem se apropriar “da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano” (CIAVATTA, p.101, 2005). Sendo assim, o estágio é um elemento que permite o diálogo entre os campos teóricos e práticos. E esse diálogo indissociável entre a teoria e a prática profissional deve estar presente em todo o processo de ensino e aprendizagem através de estratégias que assegurem a “contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade que proporcionam a compreensão dos significados” (BRASIL, 2021).

## PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na categoria “planejamento e atividades” estão as sentenças que versam sobre a forma como os estudantes percebem a questão do planejamento das atividades do estágio e como essas atividades ocorrem de fato.

Nas pesquisas analisadas, os estudantes relatam que nem sempre participam da elaboração do planejamento das atividades. Em sua maioria, o planejamento dessas atividades é realizado pelo professor orientador. Nessa mesma abordagem, alguns relatam não haver planejamento das atividades, enquanto outros afirmam haver essa etapa. Entretanto, na pesquisa de Faria (2019) apesar de ser relatado que o planejamento foi realizado, o encaminhamento das atividades parece não ter sido feito da maneira mais adequada. Nesse sentido, pode-se concluir a necessidade de uma reformulação do planejamento, de forma que seja assegurada ao estudante a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (BRASIL, 2008).

No que compete à realização das atividades, as pesquisas trazem diferentes percepções. Alguns estagiários experienciaram a subestimação das suas capacidades, tendo sua atuação limitada a atividades manuais e atividades que exigiram domínio operacional e escasso conhecimento técnico. Esse resultado mostra a importância de haver o planejamento das atividades em colaboração com a escola, bem como instruir os alunos de informações acerca das atividades que competem a sua área de formação para que sua atividade lhe proporcione aprendizado de competências próprias da sua atividade profissional e com contextualização curricular do curso realizado (BRASIL, 2008) e lhes permitam refletir sobre como está sendo conduzido o estágio pelas concedentes. Isso proporciona aos estudantes a capacidade de questionar as atividades que estão sendo desenvolvidas durante o estágio e, como é evidenciado pelos resultados obtidos por Pereira (2008), os estudantes entrevistados consideraram importante esse questionamento.

Em contrapartida, outros resultados, encontrados por Vieira (2010), demonstraram que os estudantes que participaram das pesquisas analisadas puderam realizar atividades que estavam de acordo com a área de produção de cada empresa e condizentes com a sua preparação profissional, que requeriam o conhecimento teórico para a execução das atividades práticas e, ainda, no trabalho de Rios (2010), pode-se observar relatos de que os entrevistados desenvolveram atividades que lhes exigiram competência em níveis de maior complexidade,

uma vez que participaram das atividades de planejamento.

Outro fato evidenciado pelos resultados mostra que os alunos sentem-se mais seguros no desenvolvimento das atividades quando orientados por pessoa capacitada, quando são instruídos dos riscos de determinadas atividades. É importante, também, segundo eles, que recebam o conhecimento teórico e prático da atividade que irão realizar.

No que se refere à realização das atividades e à construção da aprendizagem a partir delas, Zabalza (2015) observa que a falta de orientação na realização das atividades ocasiona baixa potencialidade formativa e, durante esse processo, faz-se necessário dedicar um momento para que o estudante possa refletir sobre a experiência vivida de modo que possa repensar sobre suas ações e sua experiência. Esse refletir sobre a ação permite que o estudante não seja um reproduzidor acrítico das atividades, mas que articule uma experiência de trabalho em cenários profissionais reais e inclua nessa reflexão “aspectos éticos e políticos que os ajudem a entender por que as coisas são como são e em que medida sua atitude como profissionais poderá ajudar a enfrentá-las adequadamente” (ZABALZA, 2015). Nesse sentido, não se trata apenas de um simples fazer por fazer ou de uma repetição do que aprendeu, mas uma aproximação da práxis através da reflexão consciente e da sua relação com o saber teórico.

## OBRIGATORIEDADE DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A categoria nomeada de “Obrigatoriedade do Estágio Supervisionado” aborda as percepções encontradas por Martinez (2014) sobre essa questão, ou seja, a obrigatoriedade do estágio supervisionado para a conclusão do curso técnico no IFRJ.

Na pesquisa de Martinez (2014), a maioria dos professores se manifestou a favor de a certificação estar condicionada à realização e à conclusão do estágio. Um dos motivos levantados foi o fato de proporcionar a experiência de visualizar o que será feito quando profissional formado. Aqueles que defenderam a não obrigatoriedade do estágio expressaram duas razões para esse pensamento: essa atividade, muitas vezes, acaba sendo somente uma burocracia a ser cumprida e, também, a dificuldade com que muitos jovens se deparam para conseguir uma vaga de estágio. Apesar dessas opiniões diversas, os professores consideraram que seria arriscado colocar o estágio opcional aos estudantes, pois muitos poderiam optar por não o realizar.

Depreende-se dessa categoria, tomando como base a literatura sobre o tema, que o estágio é etapa importante para a formação do técnico de ensino médio, funcionando como uma

oportunidade de vivenciar no local de trabalho uma outra forma de adquirir conhecimentos. Acredita-se que, se passar a ser optativo, o estágio pode não dar novas oportunidades de aprendizado aos estudantes. Sendo considerado obrigatório e constante no currículo do curso, ou seja, considerado parte essencial na formação do estudante, a escola deveria auxiliá-lo para inserção nas vagas de estágio dirimindo, assim, uma das burocracias ligadas a essa etapa e melhor atuar na explicação dos aspectos oficiais que permeiam essa etapa da formação.

Para Zabalza (2015), o que legitima a presença do estágio no currículo dos cursos e faz jus à sua valorização como boa prática formativa é a possibilidade de essa atividade proporcionar aos estudantes “aprendizagens relevantes para a sua formação”. Dessa forma, compreende-se que mesmo com as burocracias envolvidas para a efetivação do estágio, há de se levar em consideração o elevado ganho formativo e informativo aos estudantes-estagiários.

#### TEMPO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A carga horária (CH) mínima de cumprimento de Estágio Supervisionado (ES) varia de acordo com o perfil profissional do curso escolhido, devendo ser incluída no projeto do curso, quando de caráter obrigatório, para aprovação do estudante e obtenção do diploma.

Analisando as respostas encontradas por Faria (2009) e Bazana (2020), observa-se, na categoria “Tempo de Estágio”, que a percepção sobre o quantitativo de horas de estágio é muito pessoal, pois em ambas as pesquisas não houve consenso entre as respostas, apesar de a maioria ter respondido que a CH é adequada para o estágio alcançar seus objetivos. Nas justificativas daqueles que compreendem que a CH não é suficiente e que veem necessidade de mais tempo de estágio, percebe-se a intenção em melhorar a aprendizagem.

Observou-se, nessa categoria, que para alguns, a carga horária tem sido insuficiente para que o estágio cumpra seus objetivos na formação do conhecimento do estudante-estagiário e, para outros, as oportunidades geradas ao longo do estágio são suficientes para a construção e aperfeiçoamento do aprendizado do estagiário, não precisando, assim, aumentar a carga horária do estágio. Podem-se incluir na gama de possibilidades que influenciam o aprendizado do estudante não somente as condições oferecidas pela empresa concedente, mas também o próprio interesse do estudante, bem como a sua percepção sobre a importância dessa etapa de sua formação para o aprendizado.

## EXPECTATIVAS

Tudo que é novo e desconhecido gera um conjunto de expectativas. O estágio, sendo um momento da formação do estudante, gera muitas expectativas sobre a forma como se dará esse processo na realidade. Nesse sentido, pode-se dividir a categoria “Expectativas” em dois grupos: expectativas quanto à aprendizagem e expectativas quanto a oportunidades.

Na categoria “Expectativas” estão reunidos os dados obtidos por Faria (2009), Vieira (2010), Ribeiro (2011), Martinez (2014) e Raulino (2021), que abordam as expectativas que os estudantes tinham sobre o estágio e sobre os impactos em sua formação. Estão presentes também, em Martinez (2014), as expectativas que os orientadores traziam a respeito da aprendizagem e postura dos estudantes.

No que compete à visão dos estudantes, os resultados alcançados por Faria (2009) e Raulino (2021) demonstraram que, quanto às expectativas sobre a parte pedagógica proporcionada pelo estágio, eles esperavam colocar em prática o que tinham aprendido no ambiente da escola e também utilizar o momento do estágio para verificar e ampliar o nível dos seus conhecimentos, esperando, assim, ser possível conseguirem demonstrar os conhecimentos adquiridos e a sua confiança na realização das atividades. Nesse mesmo ponto, esperavam que as atividades desenvolvidas durante o estágio fossem relacionadas à área do curso.

Quanto ao estágio como formação profissional, os estudantes entrevistados por Martinez (2014) revelaram o desejo de ser o estágio a primeira experiência profissional e, para isso, tinham como expectativa também a concretização da obtenção de uma vaga, além de que o estágio pretendido viabilizasse uma remuneração (ou ajuda de custo) para sua permanência nesse ambiente. Com isso, apresentaram também como resposta a expectativa em saber onde iriam realizar o estágio.

Essas expectativas explicitadas pelos alunos funcionam como elementos motivadores para empreenderem a busca pela conquista da vaga, a busca de informações para o preparo da documentação e da definição do período do estágio. As expectativas também se referem à falta de informações sobre as condições para deslocamento e alojamento, caso necessário e, ainda, as diretrizes do estágio, entre outros.

Com relação às expectativas geradas pós-estágio, no trabalho de Ribeiro (2011) observou-se que os alunos demonstraram o desejo de conseguir que os conhecimentos, as experiências e os relacionamentos interpessoais durante o estágio proporcionassem efetivo preparo para atuação na sua área de formação e também a inserção no mercado de trabalho. A

esse respeito, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) refletem que, originalmente, a educação profissional não foi planejada para garantir ao aluno o seu ingresso no mercado de trabalho, mas que é também uma possibilidade de aproximá-lo do “mundo do trabalho” com mais autonomia a partir de um compromisso ético da política educacional para a preparação desses estudantes para o desempenho da profissão para a qual busca habilitação. Apesar de o foco não ser a empregabilidade desses jovens, a educação “não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida” (CIAVATTA, 2005, p.98-99).

No que diz respeito à percepção dos professores, Martinez (2014) obteve como resultado que estes afirmaram esperar que os discentes, através do estágio, pudessem demonstrar não só conhecimentos técnicos, como desenvolvimento da postura profissional.

Infere-se, a partir do exposto, que muitas expectativas apresentadas pelos estudantes são motivadas pelo desconhecido. O não saber o que encontrar pode gerar dúvidas e inseguranças.

## FORMA DE OBTER O ESTÁGIO

Uma etapa a ser cumprida pelo estudante antes do início do período de estágio é a tão almejada obtenção de vaga. A categoria “Formas de obter um estágio” trata da forma como os estudantes conseguiram a sua vaga de estágio (SANTOS, 2012; VIEIRA, 2010; MARTINEZ, 2014). Nos dados obtidos pelos pesquisadores, manifesta-se a atuação marcante do próprio estudante para obtenção de uma vaga de estágio. É importante ressaltar que, em alguns casos, há também a intervenção da família do aluno no processo de busca de empresários que oferecem estágio, além da própria ação da Instituição de Ensino para a celebração de convênios com as empresas.

Outra questão presente nesse tópico é a escolha do campo de atuação do estágio. Santos (2012) relata que a maioria dos estudantes optou pela realização do seu campo de estágio sem interferência da escola.

Compreende-se desse tópico que muitos podem auxiliar o estudante na conquista da vaga de estágio, facilitando para ele esse processo. Outra questão que leva à reflexão é a escolha do campo de atuação pelo próprio estudante, pois isso pode significar um interesse do aluno no desenvolvimento do estágio em uma área que seja de seu agrado e não somente uma obrigação a ser cumprida para obter o diploma no final do curso.

De acordo com a atual lei de estágio, as instituições de ensino e as concedentes podem

utilizar-se dos serviços dos agentes de integração, sejam eles públicos ou privados, para a realização de estágio. Esses agentes têm como dever:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes (BRASIL, 2018).

Como já abordado, faz-se necessária a atuação da escola no processo de obtenção de vaga de estágio, seja pela atuação direta ou através dos serviços dos agentes de integração, dando-lhes direção a fim de que os estudantes possam realizar esse componente curricular em um ambiente idôneo, que lhe acrescente mais conhecimento e não em uma empresa que objetive exploração da força de trabalho, sem se preocupar com o caráter pedagógico do estágio para a formação do futuro profissional.

#### INFORMAÇÕES ANTES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Como mencionado anteriormente, o momento do estágio gera inúmeras expectativas para os estudantes. Uma forma de minimizar a ansiedade motivada por essas expectativas é oferecer aos estudantes informações anteriores ao início do estágio. Por isso, na categoria “informações antes do Estágio Supervisionado” são agrupados elementos dos trabalhos de Pereira (2008) e Raulino (2014), nos quais são mencionadas as falas dos estudantes sobre dúvidas e necessidades de informações que gostariam de ter tido sanadas antes de começarem a estagiar.

Percebe-se que, na visão dos professores, as informações primordiais que os alunos deveriam ter, versa muito sobre o comportamento no ambiente de estágio. Raulino (2021) evidencia em seus resultados a preocupação dos professores para que os estudantes, antes de iniciar o estágio, tomem consciência de que seu comportamento deve se aproximar de uma postura profissional e, para isso, precisam ter senso de responsabilidade com relação aos seus horários, comportamentos e posturas. A autora afirma que os estudantes precisam compreender que suas ações podem prejudicar futuros estagiários e, por isso, precisam assumir essa consciência sobre as suas atitudes, uma vez que podem não só prejudicar o andamento do seu aprendizado em ambiente de trabalho como também influenciar para que a empresa decida continuar ou não a receber novos estagiários, principalmente os oriundos do mesmo Instituto de educação.

Raulino (2021) acrescenta também que nesse momento anterior, os alunos precisam saber que, como aprendizes, poderão vir a cometer erros e, que por isso, não devem ter vergonha de perguntar e de trocar informações com as pessoas.

Para atender às exigências do estágio e como se dará o seu desenvolvimento, os alunos precisam conhecer como esse componente curricular é trabalhado na IE. A sugestão dada pelos professores participantes da pesquisa de Raulino (2014) é que os estudantes desde cedo procurem conhecer como funciona essa etapa da sua formação. E, nas pesquisas analisadas, os alunos demonstram que gostariam de ter obtido informações sobre o período de realização do estágio, as áreas sobre as quais poderiam seguir no estágio, as atividades que iriam compor seu plano de estágio, os documentos necessários para esse momento e o que lhes cabe resolver.

Quanto a esse tipo de informação, Zabalza (2015) reforça a importância de identificar as fases que compõem a atividade de estágio, bem como de saber articular os dispositivos de ajuda que são necessários à compreensão dos estudantes em cada etapa antes do início do estágio. Acrescenta, baseando-se nas conclusões de Wilson (1996), a necessidade de serem incorporadas ao curso diretrizes claras e concisas sobre essa prática. Dessa forma, o plano de estágio também deve orientar os estudantes sobre como aproveitar as práticas que serão realizadas.

A maioria do público pesquisado por Pereira (2008) relatou ter pouco conhecimento sobre a lei de estágio, isto é, falta aos alunos informações importantes sobre os deveres de cada ator desse processo, bem como informações sobre os seus direitos. Apesar de esse trabalho ter sido realizado no ano de publicação da atual lei de estágio, a falta de informações sobre a lei pode refletir na falta de conhecimentos dos alunos, hoje em dia, sobre ela.

Infere-se dessa categoria que desconhecer o mecanismo que assegura, principalmente, os direitos do estagiário é extremamente preocupante, pois o induz à aceitação de determinada situação por lhe faltar subsídios para questionar. Faz-se necessário, também, esclarecer ao estudante a seriedade do momento do estágio para a sua aprendizagem, orientando-o, desde o início, sobre a sua forma de agir num ambiente externo à escola, mas capaz de gerar impactos tanto para o aprimoramento dos seus conhecimentos quanto para os futuros estagiários que irão pleitear uma vaga. Além disso, a parte burocrática do processo de estágio levanta bastantes dúvidas, necessitando ser mais bem esclarecidas ao estudante as etapas do processo, os documentos necessários e, também, orientações sobre a forma como pedir ajuda em caso de necessidade.

## COMPORTAMENTOS

A categoria “Comportamentos” apresenta os resultados obtidos por Vieira (2010), Ribeiro (2011), Bazana (2020) e Raulino (2021). Em suas pesquisas, esses autores buscaram entender quais os comportamentos esperados e os comportamentos indesejados na visão dos professores e das empresas concedentes de estágio. Bazana (2020) sugere também os comportamentos que a instituição de ensino deve desenvolver nos alunos para auxiliar no sucesso do estágio e menciona os momentos em que isso ocorre.

Os principais comportamentos desejados mencionados nas pesquisas de Vieira (2010) e Raulino (2021) são: assumir um compromisso; construir seu conhecimento; relacionar o que aprendeu no instituto com o que aprendeu na empresa (relação teoria-prática); buscar respostas para os problemas que se apresentam; responsabilidade/comprometimento; autonomia; curiosidade; humildade; interesse; diálogo; respeito; pontualidade, assiduidade; confiabilidade; assertividade; dar contribuições pertinentes; agir eticamente; responder pelos seus próprios atos; desempenhar atividades que lhes são confiadas; desempenhar bem suas atividades; demonstrar sua competência técnica.

Em complemento às situações expostas nas pesquisas analisadas, pode-se basear no postulado por Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2009). Esses autores ressaltam que cabe aos estudantes, durante o estágio, estarem atentos e também

demonstrar seu conhecimento pela teoria aprendida, realizar seu trabalho com dignidade, procurando, em sua área de atuação, demonstrar que tem competência, com simplicidade, humildade e firmeza, lembrando-se de que ser humilde é saber ouvir para aprender, e ser simples é ter conceitos claros e saber demonstrá-los de maneira cordial (BIANCHI, ALVARENGA, BIANCHI, 2009, p.8).

Dessa forma, compreende-se que é necessário que os alunos saibam se posicionar nas situações que lhes aparecem, mantendo sempre o respeito aos profissionais, mas também respeitarem-se na condição de pessoas em processo de aprendizagem tendo ciência das atividades que lhes cabem como estagiários e refutando aquelas que não se relacionam à sua formação.

No que se refere aos comportamentos indesejados, nos trabalhos de Ribeiro (2011), Bazana (2020) e Raulino (2021), são mencionados: mentira, omissão; procrastinação; falta de zelo; desinteresse, distração; faltas e atrasos; pouca proatividade; perfil tímido; falta de habilidades e de competências comportamentais; problemas no aspecto comportamental.

Entende-se que entre os itens elencados pelos pesquisadores relacionados aos

comportamentos desejados e esperados, há aqueles que dizem respeito à postura, como ter responsabilidade, pontualidade, assiduidade, comportamento ético, responsabilidade por seus próprios atos, demonstração de competência técnica e comprometimento. Outros comportamentos dizem respeito a ações que impactam a aprendizagem, não mais a uma atuação puramente profissional, como autonomia, curiosidade, interesse, desempenho de atividades que lhes são confiadas, empenho em relacionar o que foi aprendido no instituto com o que aprendido na empresa, bom desempenho das atividades, busca de respostas para os problemas que se apresentam e contribuições pertinentes.

Em uma de suas abordagens, Bazana (2020) busca identificar através dos professores e supervisores, como a instituição pode auxiliar aos alunos visando à formação para as relações sociais e profissionais. Partindo de comportamentos tidos como indesejados, pensa-se que a instituição poderá atuar na perspectiva de “desenvolver habilidades de comunicação interpessoal”, pois assim, “poderá ajudar a aluna em futuros processos seletivos/trabalho”. Além de gerar “maior estímulo a autonomia e participação nas atividades” (BAZANA, 2020, p.70). Os professores relataram que essas ações ocorrem “de forma pontual, pelo uso de exemplos, por meio de diálogo e de algumas estratégias isoladas em sala de aula” (BAZANA, 2020, p.70).

No que diz respeito aos comportamentos indesejados, compreende-se que muitos comportamentos mencionados possam ter relação com a falta de maturidade de alguns jovens ou com a insegurança de lidar com uma das primeiras grandes responsabilidades como futuro profissional, que podem ser trabalhadas tanto pela escola quanto pela empresa concedente, levando-os a refletir sobre os ganhos que podem ser gerados, principalmente, para o seu aprendizado. Quanto a esse aspecto, Zabalza (2015) reflete que alguns alunos precisam de tempo para, segundo sua definição, “adquirir as chaves de conduta e de comunicação” que lhes proporcione compreender os significados do que ocorre no estágio.

## BENEFÍCIOS

O estágio se configura como um componente curricular que permite o aprendizado através do trabalho. Aprendizado este tanto de aspectos profissionais como preparação para a vida cidadã, autônoma e crítica.

Nessa categoria serão abordados os benefícios encontrados nas dissertações analisadas a partir da percepção dos atores do processo de estágio. Os benefícios elencados nessa categoria são tomados a partir da percepção dos atores sobre o estágio enquanto atividade curricular. Eles

foram agrupados em subgrupos que nos permitem compreender como essa atividade é percebida e sua importância no processo de formação do técnico de nível médio. De uma forma geral, pode-se compreender que os maiores benefícios proporcionados pelo desenvolvimento do estágio supervisionado para os estudantes são os seguintes: vivência profissional/experiências; construção do conhecimento; possibilidade da construção e da confirmação da identidade profissional; mudanças comportamentais; remuneração; melhor preparo profissional; possibilidade de ingresso no mercado de trabalho. Esses benefícios foram inicialmente colocados em subgrupos, para melhor identificação dos benefícios, mas não se considera que seja uma divisão rígida por compreender que eles dialogam entre si e se complementam, não havendo uma diferenciação inflexível entre eles. A seguir, encontram-se as suas manifestações nos textos analisados.

Dentre os benefícios mencionados, um dos que apresentaram maior representatividade foi em relação à possibilidade da “vivência e experiência profissional” proporcionada pelo estágio. Neste subgrupo podem ser identificadas, através das pesquisas de Pereira (2008) e Santos (2012), percepções que identificam a vivência de experiências profissionais como uma forma de aprendizado para os alunos, assim como a oportunidade de experimentar “realidades práticas e sólidas vivências de campo” no estudo de Vieira (2010, p.59).

Os benefícios encontrados por Martinez (2014) que se enquadram nessa categoria, revelam que na visão dos alunos o estágio significa a primeira experiência com o mundo do trabalho. Vieira (2010) identificou que para os estudantes o estágio representa a possibilidade de lidar com novas situações que não seriam possíveis lidar somente com o conhecimento teórico. Na pesquisa de Martinez (2014) pode-se observar outro ponto bastante importante que é o fato de o estágio ser uma forma de “conhecer e interagir com profissionais da área de formação do aluno”, uma vez que essa interação traz bastante benefício para o estagiário na construção do seu conhecimento como aluno e como futuro profissional, aprendendo a trabalhar em equipe e desenvolvendo um relacionamento interpessoal.

O contato estabelecido com os profissionais das empresas e as trocas de experiências e conhecimentos, bem como a oportunidade de vivenciar os aspectos profissionais em ambiente de trabalho possibilita ao estudante o contato com diferentes conhecimentos que são importantes para a formação de um profissional. Além disso, percebeu-se nas análises das pesquisas que a oportunidade de o estudante colocar em prática os conhecimentos construídos no ambiente da escola (PEREIRA, 2008; FARIA, 2009; VIEIRA, 2010; MARTINEZ, 2014;

BAZANA, 2020; RAULINO, 2021), bem como se apropriar do conhecimento através da prática (SANTOS, 2012) também são bastante importantes nessa construção do saber.

Pode-se inferir que a vivência e a experiência profissional trazidas pelo desenvolvimento do estágio proporcionam ao estudante um novo olhar sobre os conteúdos aprendidos dentro de sala de aula ao proporcionar que transpassem o limite que a escola tem no ensino de determinados conteúdos por conta de sua estrutura. O contato com outros profissionais no seu ambiente de trabalho permite aos alunos ricas trocas de experiências que vão auxiliá-los numa formação mais completa, ampliando suas visões de mundo.

Na subcategoria “Construção dos conhecimentos” estão elencadas as possibilidades de o estágio atuar na construção do conhecimento pelo estudante.

Percebe-se, de uma forma geral, que os estudantes veem o momento de estágio como uma oportunidade na qual podem construir seus conhecimentos. Dentre os principais argumentos levantados nas dissertações, consta ser esse período vantajoso para integrar diversas disciplinas, além de pesquisar, analisar e avaliar de maneira geral todas as atividades inseridas em seu curso (VIEIRA, 2010) o que os permite ampliar os conhecimentos técnicos adquiridos durante o curso e que, conforme identificado por Raulino (2021), poderão ser utilizados também durante as aulas na instituição.

Pereira (2008), Faria (2009) e Vieira (2010) destacam que os próprios alunos identificaram que, a partir da aprendizagem surgida no estágio, eles podem reconhecer as suas deficiências de conteúdo e suprir as suas necessidades de conhecimento. A experiência do estágio oferece a possibilidade de, também, corrigirem os erros que possivelmente cometem no desenvolvimento da sua aprendizagem.

Na percepção dos professores entrevistados por Viera (2010) e Martinez (2014), o processo de ensino-aprendizagem oferecido pelo estágio na construção do conhecimento é visto de forma positiva. Os mestres ressaltam que, além de ampliar os conhecimentos técnicos adquiridos ao longo do curso, o estágio permite uma boa relação entre teoria e prática.

Com relação à “construção e confirmação da identidade profissional”, observou-se que, para alguns dos alunos presentes nas pesquisas (VIEIRA, 2010; MARTINEZ, 2014), o estágio se constitui em um momento oportuno para testar sua aptidão, verificar sua afinidade com a profissão na qual está se formando e elencar meios para a construção da carreira profissional. Nesse sentido, ressalta-se que o estágio se constitui como uma situação de trabalho que oportuniza a construção de competências profissionais (VALLE, 2015).

Como revela Ramos (2008), no entanto, “formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho”. Segundo esta autora, a formação profissional, e

nisso podemos inserir o estágio como esse caminho, proporciona a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas e habilita as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões.

Dentre as percepções sobre o estágio de um dos entrevistados por Martinez (2014), consta ser o estágio um momento definitivo para a busca por uma nova área profissional quando não identificado com o curso. Em contrapartida, em uma das falas obtidas por Vieira (2010) percebe-se a intenção de atuar na profissão quando concluir sua formação, pois afirma ser o estágio uma oportunidade de “ter um contato mais amplo com realidades práticas e conhecer o dia a dia de sua futura profissão” (VIEIRA, 2010, p.60). Dessa forma, verifica-se a importância de os estudantes atuarem no estágio não só pelos conhecimentos que podem ser construídos para sua vida, mas também como uma forma de se perceber dentro daquela profissão na qual está se formando.

À medida que os conhecimentos vão sendo construídos, podem-se perceber mudanças no comportamento do indivíduo que aprende. Entende-se, então, que “toda aprendizagem gera mudanças no comportamento do aprendiz” (PIOVESAN, 2018, p.60). No entanto, assim como cada indivíduo aprende de forma diferente, os comportamentos também são distintos entre os indivíduos. O estágio pode ser considerado como um outro estilo de aprendizagem, nesse caso, externo aos muros da escola, e que proporciona a mudança no comportamento do estudante através da experiência. Para composição da subcategoria “Mudanças comportamentais” tomou-se por base as pesquisas de Vieira (2010) e Bazana (2020).

A pesquisa de Vieira (2010) mostra que o estágio atua como um formador da autoconfiança do estudante por submetê-lo a situações-problemas durante esse período. Ao tentar resolver as questões que lhe são impostas, o estudante desenvolve seu conhecimento prático o que lhe proporciona amadurecimento.

Bazana (2020), em seu estudo, de forma objetiva, mostra que a atuação no estágio pode desenvolver nos estudantes comportamentos, tais como: responsabilidade, iniciativa, relacionamento interpessoal, comprometimento, pontualidade, interesse, dedicação, esforço, proatividade, atenção, boa vontade, disponibilidade, sociabilidade e assiduidade. Tais comportamentos são úteis não só para a vivência do indivíduo como estagiário, mas também como cidadão capaz de contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Infere-se que para que os estudantes consigam desenvolver esses comportamentos eles precisam ser motivados tanto pela Instituição de Ensino quanto pela concedente de estágio. Para isso, essas instituições devem atuar juntas de forma a assegurar aos estudantes meios propícios para o progresso da sua formação como, por exemplo, atuação na área de sua formação e

atividades que proporcionem reflexão sobre a ação. Ademais, entende-se que os comportamentos mencionados nas pesquisas citadas referem-se a comportamentos que podem estar ligados aos aspectos profissionais, mas que desempenham um papel importante na aquisição de novos conhecimentos tanto no ambiente de trabalho como no ambiente escolar.

Na subcategoria “profissional mais preparado” é apresentada a percepção identificada em algumas das pesquisas (VIEIRA, 2010; FARIA, 2009; MARTINEZ, 2014 e BAZANA, 2020) sobre ser o estágio supervisionado uma etapa importante e indispensável para a formação do técnico na visão de alunos e professores, momento no qual acumula-se experiência para competir também no mercado de trabalho (VIEIRA, 2010).

Dentre os argumentos localizados nessas pesquisas, encontra-se o pensamento de que “sem estágio, nenhum aluno sairá capacitado” (FARIA, p.48, 2009) e preparado para a sua atuação como técnico (MARTINEZ, 2014). Nesse sentido, o argumento exposto na pesquisa de Santos (2012) vem ratificar que através do estágio o estudante passará a ter melhor compreensão da sua inserção no mundo profissional, ao mesmo tempo que proporciona a sensação da responsabilidade de ser um profissional competente (VIEIRA, 2010).

Entretanto, Ribeiro (2011) encontrou na sua pesquisa a percepção dos professores sobre o desenvolvimento de competências para o ingresso no mercado de trabalho. Para muitos deles, o estágio é ambiente propício para o desenvolvimento de competências profissionais. Contudo, não foi unanimidade entre os professores creditarem ao estágio o desenvolvimento de competências próprias para atuarem como profissionais na sua área de formação.

Ao que se refere às competências, Ramos (2010) sintetiza que ela caracteriza-se pela mobilização de saberes por meio de esquemas mentais adaptados e flexíveis: análise, síntese, inferência, analogias associações, generalizações, dentre outros. No entanto, ressalta que o desenvolvimento dessas competências devem ser consequências do processo pedagógico e não o conteúdo a ser ensinado. Ou seja, o foco na EPT e, conseqüentemente, nos estágios devem ser o estudante e a mobilização dos saberes que compõem o currículo para além do desenvolvimento de competências.

O que se pode entender desses argumentos é que quando se fala em uma formação profissional, não basta proporcionar ao estudante somente o acesso a informações teóricas. Faz-se necessário que as atividades propostas no estágio complementem, de fato, essa formação de tal maneira a garantir aos alunos a oportunidade de relacionar teoria e prática de forma consciente, além de permitir o aprendizado, através do trabalho, de saberes que a escola por si

só não consegue alcançar, como o desenvolvimento das competências profissionais e dos comportamentos anteriormente mencionados.

A realização do estágio, além de permitir que os estudantes se sintam profissionais mais bem preparados também é apontado como meio de se obter a primeira experiência e se conseguir o primeiro emprego. Diferentes pesquisas ressaltam o estágio como “primeiro passo para entrar no mercado de trabalho” (PEREIRA, 2008, FARIA, 2009; MARTINEZ, 2014). Nessa perspectiva, Faria (2009) e Raulino (2021) identificaram que alguns alunos vislumbram a possibilidade de que o estágio possa proporcionar um emprego formal. É importante, no entanto, que os alunos não ignorem que a função do estágio não se restringe somente à formação para o emprego, mas a possibilidade de compreender criticamente o trabalho tomando por princípio o seu sentido ontológico e histórico (COSTA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2019).

Um benefício foi mencionado em apenas uma das pesquisas, mas por julgar ser importante como resultado do desenvolvimento do estágio e por considerar a heterogeneidade das instituições e das realidades em que o estágio é desenvolvido, precisa ser abordada nessa dissertação. A questão da remuneração no estágio foi mencionada no trabalho de Martinez (2014) devido à necessidade de subsistência do aluno. O recebimento de uma remuneração ou uma ajuda de custo não é uma realidade experienciada em todos os estágios, por isso acreditase que não apareceu como possibilidade de benefício nas outras pesquisas. Essa remuneração é uma realidade mais presente nos estágios de cargos de ensino superior.

A própria lei de estágio (lei 11788/2008) desobriga à concedente o pagamento de bolsa ou outra forma de contraprestação ao afirmar no seu artigo 12 que “o estagiário poderá receber” o auxílio no caso de estágio obrigatório e instituir o pagamento compulsório dessa bolsa nos casos de estágio não obrigatório. O não recebimento pela maioria dos alunos de um auxílio de manutenção no estágio será discutido no tópico referente aos pontos negativos.

## PONTOS POSITIVOS

A categoria “Pontos positivos” retrata a percepção que os atores tiveram a partir da vivência de estágio. Esse ponto não retrata sobre o que eles acreditavam ser vantajoso ao se realizar o estágio (categoria benefícios) e sim o que puderam comprovar a partir da experiência vivida.

Os pontos positivos aqui elencados não decorrem de questionamentos diretos das pesquisas sobre a avaliação que os estudantes possuíam sobre o estágio desenvolvido, mas

apareceram nos seus relatos e se apresentaram de forma positiva para o seu aprendizado.

Na pesquisa desenvolvida por Pereira (2008) e Martinez (2014) um dos pontos que os alunos consideraram bastante positivo foi a atuação da Instituição de Ensino ao longo do desenvolvimento do estágio. Enquanto os alunos participantes da pesquisa de Pereira (2008) elogiaram o comprometimento da instituição no processo de ensino-aprendizagem mais adequado às condições reais de estágio, em Martinez (2014), reconheceram como positivo o fato de a Instituição estabelecer parcerias com outras instituições de ensino e, também, oportunizar vagas internas para que os alunos realizassem o estágio.

Em Vieira (2010), depara-se com uma percepção positiva sobre a atuação do supervisor de estágio. Uma das opiniões revela-nos que não só o supervisor, do seu estágio, estava sempre à disposição para orientar as atividades, o que contribuiu para o aprendizado do estagiário, como também considera boa a orientação recebida pela empresa. Em Bazana (2020) é destacado como positiva a atuação do estagiário pela sua participação colaborativa nas discussões e propostas de melhorias para o desenvolvimento das atividades no seu campo de atuação.

Quanto ao desenvolvimento das atividades de estágio, os estudantes ressaltaram, em Raulino (2021), que, para o seu desenvolvimento profissional, foi importante a atribuição de atividades de maior complexidade e a convivência em ambiente de trabalho. E essa atuação, permitiu que os alunos entrevistados por Rios (2010) agregassem ao estágio a ratificação da sua identificação com o curso. Nesse sentido, Zabalza (2015) compreende que as práticas que permitem que os alunos progridam em seu nível de responsabilidade são as atividades mais interessantes e que produzem maior maturidade aos alunos.

O estágio, como uma das etapas da formação profissional, é idealizado pelos alunos e gera bastante expectativa sobre como se dará. Faria (2009) ao querer saber dos estagiários se as expectativas tinham sido correspondidas com o andamento do estágio obteve respostas afirmativas no sentido de: "aprendi mais do que pensava que iria aprender"; "houve uma boa recepção, "foi exatamente como eu imaginava"; "Pude colocar em prática tudo aquilo que foi adquirido por mim em termos de conhecimento"; "Aprendi coisas que só tinha visto teoricamente". Esses argumentos reiteram o estágio como complementação da formação acadêmica, que gera expectativas quanto ao nível de aprendizagem que irá proporcionar. Essas falas demonstram a relevância do estágio, permitindo a compreensão de que a experiência proporcionada pelo estágio alcançou seus propósitos formativos, pois esteve centrada no perfil profissional e funcional do curso (ZALBALZA, 2015)

Fonseca (2015) desenvolveu sua pesquisa tomando o estágio do curso de Enfermagem. Nesse curso, o estágio tem uma característica diferente das demais ao instituir o estágio para cada área de disciplina técnica, além de ter a figura de orientador e supervisor numa só pessoa: o professor da instituição. Nessa pesquisa foram considerados positivos 4 pontos:

(1) esforço demonstrado pelos professores de estágio e alunos estagiários em relacionar teoria e a prática (...); (2) o permanente acompanhamento/supervisão dos estagiários pelos professores de estágio tem um papel decisivo (...); (3) a preocupação com a formação do técnico em Enfermagem sob a perspectiva do emprego (...); (4) os professores de estágio realizam avaliações constantes (FONSECA, 2015, p.92).

Este último ponto, apesar de ser visto como ponto positivo na pesquisa mencionada, pode levar à reflexão sobre como a atuação de um único profissional no papel de orientador/supervisor, que já é de conhecimento e de intimidade dos alunos, pode influenciar na formação do profissional técnico. Se essa atuação pode limitar a reflexão sobre o ser profissional e, também, ficar condicionada à visão estrita de uma única pessoa. Nesse ponto, acredita-se que nos estágios que tenha uma multiplicidade de pessoas em volta do estagiário, por trazer diferentes percepções sobre a ação profissional, poderá oferecer ao estudante a possibilidade de refletir sobre sua atuação ao perceber as diferentes formas de ser profissional.

#### ACOMPANHAMENTO/ AVALIAÇÃO

Na categoria “Acompanhamento e Avaliação” estão descritas as percepções encontradas nas pesquisas analisadas que versam sobre como e quando o acompanhamento e orientação foram realizados, bem como descreve como foi a atuação dos orientadores e supervisores nesse processo. Outros pontos inseridos nessa categoria contêm elementos sobre o relatório e a avaliação do estágio.

No que se refere ao acompanhamento e à orientação em si, as respostas obtidas pelos pesquisadores geram preocupação, pois em seus achados constatou-se que nem todos alunos dispunham de orientação e acompanhamento frequentes, tendo acontecido esses momentos principalmente na época da construção do relatório final (MARTINEZ, 2014; BAZANA, 2020). O público entrevistado por Bazana (2020) realizou o estágio em anos diferentes – 2016, 2017 e 2018 – e, talvez por isso, essa autora tenha encontrado como respostas que para alguns alunos a orientação aconteceu em todas as etapas do estágio enquanto que para um grupo menor esse momento aconteceu somente após o estágio ou apenas na elaboração do relatório final, como foi confirmado pelas falas de alguns professores.

Em Fonseca (2015) observa-se que esses acompanhamentos e essas orientações ocorreram durante todo o período de estágio e em todos os procedimentos realizados. Infere-se que esse fato se justifica pela natureza do curso em si, no qual o professor é, ao mesmo tempo, orientador e supervisor, sendo ele também responsável pelo planejamento das atividades. Ribeiro (2011) informa que o acompanhamento é realizado através de visita técnica, contatos por telefone e também através de relatório de estágios dos alunos. Martinez (2014), por sua vez, observa que essa ida ao campo de estágio ocorre uma única vez por razão da assinatura do Termo de Convênio.

Ao se refletir sobre o papel de quem executa o papel de acompanhamento e orientação do estágio, pensa-se no supervisor (escolhido pela concedente) e o orientador (ligado à Instituição de Ensino). Nas pesquisas que abordaram o papel da figura do supervisor (FARIA, 2009; SANTOS, 2012; MARTINEZ, 2014; BAZANA, 2020) no processo de formação durante o estágio, alguns alunos alegam desconhecer essa figura no campo de estágio e quando afirmam terem recebido a supervisão, esse papel não se concentra em uma pessoa em específico (MARTINEZ, 2014). Esse fato pode gerar uma confusão para o estudante quando necessitar dirigir-se a alguém e também gerar um problema quando a avaliação do estagiário é feita pela empresa. Bazana (2020) descreve em seus resultados que uma parcela do grupo entrevistado não reconhece a contribuição do supervisor para o seu aprendizado. Contudo, outras pesquisas identificaram que um outro grupo de estudantes considerou ótimas a supervisão e orientação recebidas na empresa (FARIA, 2009), considerando relevante essa atuação para o desempenho do seu papel de técnico (SANTOS, 2012).

No que tange à atuação do professor nesse acompanhamento do aluno no estágio, alguns alunos entrevistados o reconhecem como avaliador, acompanhante, supervisor e orientador (FONSECA, 2015), sendo considerado o responsável pelo bom desenvolvimento do estágio (MARTINEZ, 2014) e um dos colaboradores para o aprendizado do aluno durante essa etapa da formação (BAZANA, 2020). Apesar disso, Raulino (2021) o descreve em seus resultados como tendo a vaga função de assistir o estagiário em sua atuação na unidade concedente.

Ao se aproximar do momento final do estágio, muitos alunos entendem que nesse momento devem ter o acompanhamento e a orientação do professor-orientador para a necessidade da construção do relatório final de conclusão. Raulino (2021) descreve que nesse relatório os alunos são orientados a descrever as atividades realizadas no período, em ordem cronológica, citando sua atuação, o objetivo da atividade, as etapas de realização e as dificuldades técnicas encontradas durante seu desenvolvimento. Bazana (2020) ressalta que a

construção desse relatório adquiriu evidência quando mencionada a relação do professor-orientador e o aluno.

Faria (2009) identificou que para as empresas pesquisadas, a apresentação do relatório pelo aluno para uma banca examinadora apresenta grande importância para sua avaliação. Fonseca (2015) chama atenção para o fato de que a construção desse documento através de uma escrita reflexiva foi poucas vezes mencionada.

Depreende-se desse contexto que a construção desse relatório apenas como descritor de atividades realizadas durante o estágio desconsidera a potente capacidade reflexiva que essa etapa poderia fornecer aos estudantes sobre a sua atuação, a sua capacidade de interpretação e compreensão da realidade vivida e a sua formação. Essa inferência é corroborada quando se observa que, em Fonseca (2015), a avaliação do estudante se dá pelo que ele apresenta em relação aos aspectos técnicos inerentes à profissão e pelo uso de instrumentos para verificar o domínio do conhecimento teórico. Na pesquisa desse mesmo autor, observa-se que os professores são as pessoas que irão determinar quais os procedimentos/ atividades que os alunos deverão realizar e que a sua execução será avaliada através da observação do domínio técnico apresentado pelo aluno. Trata-se, nesse ponto, da mera execução de tarefa sem a preocupação da reflexão sobre sua aplicação.

## PONTOS NEGATIVOS/ DIFICULDADES

Na categoria “Pontos negativos/Dificuldades” estão especificados as percepções e os aspectos negativos com os quais os atores se depararam durante o andamento do estágio desenvolvido. Pode-se afirmar que os argumentos dissertam sobre as seguintes concepções: atividades, comportamento/mentalidade, diploma, empresa, estágio, falha no acompanhamento da instituição de ensino, falta de preparo, financeiro, horário, informações sobre estágio, mercado de trabalho, planejamento, etapa final do estágio, vagas.

No que diz respeito às atividades, as opiniões dos atores entrevistados por Ribeiro (2011) referem-se ao fato de que em alguns casos o estagiário foi colocado para desenvolver atividades sem relação com o acordado em contrato, em atividades que o colocavam como assistente, descaracterizando o objetivo do ES na visão de Martinez (2014), ou, como observado em Vieira (2010), colocado em funções cujas atividades não exigiram conhecimento prévio para serem desenvolvidas. Compreende-se desses achados que a presença dos estudantes no estágio estava sendo configurada apenas para o cumprimento de uma exigência de formação

não havendo preocupação com os conhecimentos que poderiam ser construídos a partir de atividades que tivessem relação com a sua formação. A presença do estagiário em ambiente de trabalho não deve ser para cumprir qualquer atividade e, assim, completar a carga horária necessária, mas deve proporcionar conhecimentos e vivências a partir da sua área de formação. Isso coincide com uma das falas obtidas por Faria (2009) em relação à necessidade de as atividades fornecerem mais conhecimentos aos estagiários.

Santos (2012) e Fonseca (2015) encontraram respostas antagônicas sobre a questão de desenvolvimento de atividades. Enquanto o primeiro obteve como manifestação a pouca incidência de atividades práticas durante o desenvolvimento do estágio, o segundo recebeu como resposta negativa o fato de haver priorização da prática dos procedimentos técnicos. Essa oposição de ideias leva à reflexão sobre as diferentes formas que o estágio pode ser compreendido dentro da formação profissional.

Essas opiniões encontradas pelos autores mencionados acendem uma luz importante sobre o objetivo do estágio na formação do técnico de nível médio e sobre como esse componente curricular, tido como obrigatório nas instituições pesquisadas por eles, tem sido considerado e trabalhado nessa formação. Se a prática é complemento da teoria e vice-versa, a priorização de um sobre o outro e a não reflexão sobre a ação não nos leva a uma formação que se propõe integral nos seus objetivos.

Outro ponto citado como negativo pelos estudantes e professores entrevistados é com relação à forma como o estudante se coloca no estágio, ao seu comportamento e mentalidade para atuar nesse espaço. Enquanto em Vieira (2010) os alunos afirmam ter medo de errar e se sentirem inseguros para realizar as atividades práticas, os professores entrevistados por Martinez (2014) reclamam da falta de maturidade de alguns alunos e da timidez demonstrada por alguns deles, que podem vir a atrapalhar o seu desenvolvimento pessoal e profissional (VIEIRA, 2010). Essa timidez quando superior à sua iniciativa faz com que os estudantes se sintam inseguros para tirar suas dúvidas, diminuem a interação com os empregados da empresa. Conseqüentemente, reduz a possibilidade de trocas de experiências e de conhecimentos que poderiam ser incrementados pela atuação no estágio.

Diferentemente dos outros cursos de formação profissional, no curso de enfermagem por ser o professor orientador também o supervisor do estágio, Fonseca (2015) obteve como resultado que um ponto negativo citado por esses atores é a dependência do estagiário durante toda a vivência do estágio. Compreende-se que, apesar de levantarem essa questão como um ponto negativo no desenvolvimento do estágio, o tipo de condução utilizada no estágio de

enfermagem inibe a participação do estudante no planejamento das atividades que serão desenvolvidas. Com isso, a tomada de iniciativa própria acaba por não acontecer e os transforma apenas em executores de tarefa, não os levando a refletir sobre sua atuação e sobre a importância de determinada atividade para o seu processo formativo.

Outro ponto levantado nas pesquisas analisadas foi a falta de preparo dos estudantes para exercer algumas atividades de estágio (VIEIRA, 2010; RIBEIRO, 2011; SANTOS, 2012; BAZANA, 2020). Dentre as razões para justificar esse despreparo, Bazana (2020) obteve como resposta desses alunos a falta de conhecimentos que não tiveram em aulas anteriores. Essa falta de conhecimentos, encontrada em Martinez (2014), foi creditada ao fato de considerarem que tiveram poucas aulas práticas que lhes substanciassem, ao fato de que os conteúdos exigidos no estágio não estavam previstos na ementa do curso ou, como identificada em Vieira (2010), por deficiência de conhecimentos de uma forma geral. Além disso, em Raulino (2021), os alunos argumentam que os conteúdos sabidos não eram suficientes para execução das atividades previstas.

Dentre os motivos para essa falta de preparo, Pereira (2008) obteve como resposta que a ausência de uma disciplina específica de estágio traz transtornos para os estudantes na condição de estagiários. Ideia corroborada por Vieira (2010) ao obter como resposta que a ausência de um professor acompanhando o estudante numa etapa anterior ao estágio fez com que chegasse menos preparado na empresa concedente.

Essas dificuldades encontradas pelos alunos talvez possam ser explicadas, mas não justificadas, pela forma desarticulada como o estágio pode estar sendo conduzido dentro dos projetos pedagógicos dos cursos em relação às outras disciplinas. Essa desconexão fica mais evidente nos casos em que o estágio é colocado no final do curso (ZABALZA, 2015). Compreende-se que a falta de planejamento integrado entre as disciplinas presentes no currículo permite que o estudante, ao ingressar no estágio, não tenha tido a oportunidade de aprender determinados conteúdos que lhes seriam importantes para essa etapa curricular.

O processo de conclusão do estágio também gera alguns desconfortos aos estagiários, em Bazana (2020) identifica-se que isso ocorre muito em função do preenchimento do relatório e da dificuldade com a defesa do estágio. Enquanto em Vieira (2010) e Martinez (2014) os relatos versam sobre a não orientação na elaboração e organização desse documento de conclusão, no trabalho de Raulino (2021) observa-se que os estudantes tiveram orientação na organização e na escrita do documento, mas sentiram dificuldades por não haver uma padronização na sua construção encontrando-se relatórios com diferentes formas de elaboração.

Um ponto que chama atenção em Fonseca (2015), e que é considerado também como um ponto negativo no processo de estágio, é a não visibilidade da escrita reflexiva no relatório final, constituindo-se esse documento apenas como um identificador de atividades realizadas, mas sem nenhum aprofundamento sobre elas.

No que diz respeito às questões relacionadas aos pontos negativos das empresas, as pesquisas analisadas levantam como pontos a postura da empresa com os estagiários, a sua organização e estrutura e o preparo dos supervisores escolhidos para acompanhar o estagiário.

Pela lei 11.788/2008 (art.9º, III), é atribuição da empresa concedente “indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente” (BRASIL, 2008). A esse respeito, Zabalza (2015) traz colaboração no sentido de levar a refletir que todo trabalhador na função de ensinar a outro deve possuir 4 capacidades: a) capacidade comunicativa – que se refere a saber explicar o que faz; b) capacidade tutorial e didática – no sentido de saber orientar o trabalho das pessoas que estão sob o seu comando; c) capacidade avaliativa – relativa a saber valorizar o que seus formandos fazem e; d) capacidade relacional – ser compreensivo e tolerante diante dos possíveis erros e inconsistências de seus alunos. Dessa forma, faz-se necessário que a empresa busque selecionar profissionais que possuam esses saberes a fim de que possam ser criados vínculos e aprendizagens mais consistentes.

Um dos aspectos levantados pelos entrevistados por Raulino (2021) é o fato de a empresa ter receio quanto à atuação dos estagiários, por estes não terem experiência e por serem, na sua maioria, menores de idade. Segundo Vieira (2010), esse é um dos motivos pelos quais as empresas apresentam uma certa resistência em aceitar estagiários. Por outro lado, a atuação de certas empresas gera outros problemas relacionados aos estagiários, no sentido de que são utilizados como mão de obra barata e, Vieira (2010) afirma que, não há preocupação por parte da empresa com a formação profissional desses jovens. Esse mesmo autor evidencia que algumas empresas que abrem oportunidade de estágio não conhecem o papel do técnico e, por isso, não exploram seus conhecimentos de forma adequada.

Ao se pensar no processo de aprendizagem proporcionado pelo estágio, um dos fatores de grande importância é a atuação do supervisor de estágio escolhido para acompanhar o estagiário. Entretanto, ao analisar as pesquisas, pode-se observar que há reclamações quanto ao preparo desse profissional para exercer essa função. Na pesquisa desenvolvida por Faria (2009), aparece como percepção sobre essa atuação a fala de um estudante que se queixa de que

"supervisores não eram tão adequados e experientes para ser supervisor" (FARIA, 2009, p.48), fato observado também nos resultados de Ribeiro (2011), Bazana (2020) e de Santos (2012), que ressaltam a falta de profissionais capacitados para instruir as atividades. Além das críticas em relação ao preparo dos supervisores, os estagiários também criticam o pouco tempo cedido por esses profissionais para atuar na supervisão.

As empresas não são avaliadas negativamente somente nesses pontos mencionados, mas também quanto à qualidade da sua infraestrutura que, de acordo com a pesquisa de Pereira (2008), oferece poucas condições para o desenvolvimento do estágio. A organização da empresa no sentido de controle dos horários dos estudantes também foi outro aspecto negativo observado pelos estudantes. Essas questões se apresentam como um problema para os alunos e é corroborado pela reflexão de Zabalza (2015), que expõe que três características das concedentes apresentam forte influência na qualidade do aprendizado do estagiário: as características materiais, o estilo de funcionamento e a "cultura institucional". Esses pontos abordados pelos entrevistados representam dificuldade nos estágios realizados. E esse autor entende que "as práticas desenvolvidas em cenários estimulantes e enriquecedores deixam um estrato formativo muito maior, melhor organizado e mais duradouro" (ZABALZA, 2015, p.107). Com isso, compreende-se que quanto melhor for a estrutura proporcionada e quanto mais bem preparado for o profissional da empresa para acompanhar o estagiário, maior a possibilidade de construção de aprendizagens de qualidade por esses jovens.

Nesse ponto, com relação aos resultados obtidos pelas pesquisas analisadas, infere-se que há um certo descompromisso com o estagiário e com a sua formação, reduzindo as potencialidades do estágio à execução de tarefas simples e pouco instrutivas. Os problemas levantados nessas pesquisas podem comprometer diretamente a construção do conhecimento do estagiário e o pouco ou nenhum acompanhamento da instituição de ensino em relação ao desenvolvimento do estágio nas empresas pode ensejar prejuízo para a formação dos seus estudantes.

As empresas quando se propõem a aceitar estagiários assinam um contrato no qual se responsabilizam não só pelo cumprimento das atividades, mas também pela supervisão dessas atividades de modo que possibilite aos estudantes conhecerem os aspectos ligados à sua atuação profissional. Além disso, o estágio permite que esses estagiários tenham uma visão da forma como as relações de trabalho se estabelecem. Diante dos expostos negativos sobre a atuação das concedentes, questiona-se como as empresas vêm atuando de fato no desenvolvimento do estágio, considerando o seu caráter pedagógico e profissionalizante.

Como mencionado anteriormente, determinadas dificuldades enfrentadas pelos jovens nas empresas onde estagiam podem decorrer da falha no acompanhamento do estágio por parte da Instituição de Ensino (IE). Ribeiro (2011) revela, em seus resultados, o descontentamento de alguns estudantes com a escola por falta de organização no seu acompanhamento e por faltar um profissional da instituição de ensino para acompanhar o estágio junto à empresa.

A atuação dos professores no processo de orientação do desenvolvimento do estágio, das atividades a serem realizadas, bem como na elaboração dos relatórios finais também foram reclamações de alguns alunos entrevistados nas pesquisas analisadas (VIEIRA, 2010; MARTINEZ, 2014) que lamentaram não terem tido o acompanhamento de um professor que pudesse prepará-los melhor desde as etapas iniciais (VIEIRA, 2010) e do baixo envolvimento que o orientador demonstra com o estágio (BAZANA, 2020).

Sendo a etapa da formação tão importante para o desenvolvimento da aprendizagem e sendo o estágio um componente curricular obrigatório nos cursos pesquisados, compreende-se que a IE tem falhado na sua organização, no acompanhamento e na preparação dessa etapa do currículo, sendo necessário discutir o estágio como qualquer outra disciplina constante no currículo do curso. Bianchi, Alvarenga e Bianchi (2009) consideram que estagiar é atribuição do aluno e que cabe à IE, na figura do professor, promover a supervisão. Dessa forma, faz-se necessário que cada ator execute as atribuições que lhes cabem e que estão dispostas na lei para que o estágio cumpra seu papel formativo de complementar a formação do estudante.

Segundo a lei de estágio (lei 11.788/2008), nos casos em que está previsto o estágio como componente obrigatório da formação, é facultado o pagamento de bolsa ou qualquer outra contraprestação aos estudantes, por isso, a manutenção financeira desses alunos nos estágios é um dos motivos de reclamação. Vieira (2010) desenvolveu sua pesquisa 2 anos após a publicação da referida lei e já obteve nos seus resultados os relatos de dificuldades financeiras para o pagamento do deslocamento, estada e alimentação do estagiário. Anos depois, Martinez (2014) e Raulino (2021) retratam os mesmos problemas.

Entende-se que, por não haver a obrigatoriedade na prestação desse auxílio, muitas empresas optam por não o fazer e com isso, os estudantes enfrentam mais um desafio para conseguir se manter e concluir o seu curso.

O estágio supervisionado é uma etapa da formação presente no currículo dos cursos de Ensino Médio Integrado. A sua realização ocorre, muitas vezes, paralela ao desenvolvimento de outras disciplinas. Com isso, observa-se que conciliar o horário das aulas com os horários

de estágio é uma das dificuldades enfrentadas pelos estudantes-estagiários, de acordo com Martinez (2014), pois pode resultar em coincidir os horários, como observa Ribeiro (2011) em sua pesquisa.

Pelos trabalhos de Martinez (2014) e Raulino (2021), pode observar que nesse momento da formação, os estudantes são obrigados a aprender organizar seu tempo a fim de darem conta das exigências pedagógicas e escolares, como as tarefas das outras disciplinas, as atividades de estágio e a escrita do relatório de conclusão do estágio. Essas conciliações entre horários e atividades quando não são bem administradas influenciam o desempenho do aluno, provocando uma queda no seu rendimento escolar, conforme respostas obtidas por Vieira (2010) e Martinez (2014).

Uma das fases do estágio que apresenta grande importância para o seu desenvolvimento é a fase de planejamento das atividades. Apesar de terem aparecido pontos negativos sobre essa fase somente em duas pesquisas, (FARIA, 2009; FONSECA, 2015) dada a sua importância para o bom desenvolvimento dessa etapa da formação do estudante, considerou-se importante mencioná-la neste trabalho.

As reclamações citam dois pontos opostos. Faria (2009) retrata que há o planejamento das atividades, entretanto, ele é feito sem a participação dos estudantes e conduz o estágio como uma aula prática. Já nos resultados de Fonseca (2015), observa-se que não houve o planejamento de atividades que seriam passadas aos estudantes.

Atenta-se sobre essas observações que ambas não consideram o aspecto formativo do estágio na EPT, já que o resume a pura aplicação da prática, como também desconsidera a participação do estudante na elaboração do plano de atividades, incorrendo, assim, em não cumprimento da Lei 11.788/2008. Segundo a lei, esse plano deverá ser elaborado em acordo das 3 partes – o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino.

O processo para obter vagas de estágio foi mais um dos pontos levantados e que necessitam ser revistos. O ponto mais impactante das reclamações, localizado nos resultados de Martinez (2014), Vieira (2008) e Raulino (2021), é a dificuldade que os estudantes têm de obter uma vaga de estágio por não haver um número suficiente de empresas conveniadas com a IE para receber a demanda existente de alunos-estagiários e, conseqüentemente, haver escassez de vaga. Além disso, as pesquisas obtiveram como resposta que os alunos acabam por ter de assumir a responsabilidade pela obtenção de vaga sem saber direito onde podem desenvolver o estágio por não conseguirem identificar as empresas que possuem vagas na sua área de

formação (MARTINEZ, 2014; RIBEIRO, 2011). E, ao mesmo tempo, Martinez (2014) revela, a partir de suas pesquisas, que, segundo os alunos, a IE não oferece informações satisfatórias sobre as possíveis vagas de estágio. Essa falta de informação pode incorrer na possibilidade de o estudante realizar um estágio que não lhe ofereça boas condições de desenvolvimento.

Essa fase demanda muita atenção, pois uma vez que se coloca o estágio como componente do currículo que é obrigatório para a conclusão da formação profissional, espera-se que a IE atue de forma a oferecer aos alunos subsídios suficientes para a sua obtenção. Entende-se a necessidade de os alunos assumirem uma postura proativa nesse momento, mas não se considera razoável que a responsabilidade fique somente a cargo do estudante sem apoio e orientação eficientes por parte da escola. Muitas vezes, com o encaminhamento da Instituição não é certo que o aluno consiga o estágio, como identificado por Ribeiro (2011), e sem esse direcionamento a possibilidade de arrumar vaga torna-se mínima.

Além dos pontos já mencionados, pode-se perceber nas análises das pesquisas que os alunos consideraram como negativo o fato de as empresas lhes solicitarem conhecimentos que não estavam ligados à sua formação, como o domínio de outras línguas e também a cobrança de experiência prévia na área (MARTINEZ, 2014). Essa questão da experiência torna-se ainda mais frustrante, considerando-se o fato de que muitos dos estudantes à época do estágio são menores idade tendo nele o seu primeiro contato com o mundo do trabalho. Em Martinez (2014), pode-se constatar que essas dificuldades são enfrentadas também pelos pós-formados ao tentarem ingressar no mercado de trabalho, tanto pela idade quanto pela pouca experiência.

Grande parte dessas questões poderiam ser sanadas com a ampla divulgação de informação pela IE. Entretanto, essa ação foi considerada insuficiente e insere-se aqui como mais um dos pontos considerados negativos no desenvolvimento do estágio, tanto pela falta de orientação prévia (VIEIRA, 2010) quanto pela escassa divulgação de informações a respeito do estágio (MARTINEZ, 2014) de uma forma geral, seja pela não divulgação de vagas, seja pela falta de orientação sobre documentos necessários, seja também pela informação das atividades que competem à área de formação do estudante.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelos alunos-estagiários, Martinez (2014) deparou-se, em sua pesquisa, com a fala de um dos coordenadores, na qual afirma considerar injusta que a conclusão do ensino médio e, conseqüentemente, a obtenção do diploma estejam atreladas à exigência do cumprimento do estágio.

Nesse ponto, entende-se que a ampla oferta de informações iniciais poderia auxiliar aos

estudantes-estagiários a quebrar as barreiras encontradas visando o bom desenvolvimento do estágio para a sua formação.

## OPÇÕES DE MELHORIAS

Após a identificação dos pontos anteriormente mencionados, pode-se observar, nas pesquisas analisadas, que, ao mesmo tempo em que há críticas ao estágio e a alguns de seus aspectos, algumas sugestões de melhorias também foram citadas. Nessa categoria, há percepções identificadas nas pesquisas de Faria (2009), Vieira (2010), Martinez (2014), Bazana (2020) e Raulino (2021).

Um dos pontos levantados é a necessidade de se rever a atuação da coordenação de estágio e a atuação dos orientadores. Vieira (2010) cita a necessidade de haver um acompanhamento mais próximo da Coordenação de Estágio e Raulino (2021) informa que, em seus resultados, um de seus entrevistados observa que a Coordenação de Estágio se ocupa somente da parte burocrática do estágio, sem oferecer orientação ao estudante. Nesse sentido, entende-se que é necessário que o aluno seja informado das providências necessárias para a obtenção do estágio e a sua efetiva realização de acordo com as normas da instituição. Segundo um dos entrevistados, os alunos “não sabem o que está acontecendo ali no meio. Se não tiver alguém que possa acolher eles na instituição, esse processo é muito pior do que deveria ser” (RAULINO, p.45, 2021). Segundo os resultados obtidos por essa autora, outra questão que deve ser observada pela coordenação de estágio relaciona-se à proximidade da IE com as concedentes de estágio, pois assim diminuiria os conflitos entre valores e comportamentos.

Uma das principais questões levantadas como um problema pelos alunos e professores é a dificuldade em se conseguir uma vaga de estágio. Isso porque ou há poucas informações sobre a disponibilidade de vagas ou há poucas relações de convênios entre instituição de ensino e concedentes disponíveis para oferecer estágio. Nesse sentido, as pesquisas de Martinez (2014) e Faria (2009) depararam-se com a sugestão de que a IE se responsabilize pela ampliação do número de concedentes conveniadas, além de oferecer mais informações e um efetivo acompanhamento do estágio.

Uma forma de transpor essa carência poderia ser as IE fazerem uso dos serviços dos agentes de integração, uma vez que cabe a eles “como auxiliares no processo de aperfeiçoamento” do estágio identificar as vagas de estágio disponíveis (BRASIL, 2008). Dessa forma, facilitaria à IE a captação de vagas referentes aos cursos que oferece.

Martinez (2014) propõe, ainda, que a IE possa rever a obrigatoriedade do ES, em virtude das burocracias encontradas, e possibilitar momento de formação, preparando os alunos para entrevistas de estágio e processos seletivos.

No sentido de repensar a atuação da Instituição de Ensino, em Vieira (2010) há a sugestão de que a IE poderia verificar junto às empresas quais as dificuldades encontradas e repassar para os alunos estagiários orientando-os a fim de saná-las. Outro ponto bastante interessante abordado foi a opção de promover encontro do alunos-estagiários com aqueles que já passaram pelo estágio na intenção de compartilharem suas experiências. Dessa forma, os estudantes poderiam chegar aos locais de estágio já tendo ciência do que irão encontrar, o que poderia diminuir a ansiedade criada pelo desconhecido.

A relação do professor-orientador com o estagiário é outro ponto discutido anteriormente e sobre o qual há propostas de modificações. Bazana (2020) obteve em suas respostas a necessidade de se estabelecer “maior envolvimento do professor orientador durante a realização do estágio”. Esse pouco envolvimento do professor poderia ser revertido nos casos em que o estágio é contabilizando na carga horária do professor, não sendo mais considerada uma sobrecarga de trabalho.

Entende-se que deva ser realizado todo e qualquer esforço no sentido de se refletir como está sendo conduzido o estágio no processo de aprendizagem do jovem estudante. Assim como as demais disciplinas são discutidas e planejadas, o estágio supervisionado também necessita de uma constante avaliação e reflexão para se saber se está sendo eficiente para a formação que se pretende oferecer ao aluno. A partir dos pontos negativos e das dificuldades encontradas, será possível a busca de novas formas de atuação e de propostas de melhorias.

#### 4.2 – REFLETINDO SOBRE A CARTILHA

A ideia de elaborar uma cartilha, a fim de divulgar informações importantes sobre o estágio supervisionado aos estudantes que irão iniciá-lo ou mesmo para aqueles que o estejam desenvolvendo, surgiu pelo fato de ser a cartilha um canal de comunicação de fácil leitura que busca passar o máximo de informações de forma direta e concisa e pode ter característica lúdica.

Na pesquisa sobre a definição de cartilha nos dicionários, encontraram-se como respostas diferentes acepções, dentre as quais: é um tratado ou compilação com informação elementar; um conjunto de regras ou de indicações a serem seguidas (CARTILHA, 2021a); e, livro para ensinar a ler (CARTILHA, 2021b).

Segundo Vieira (2017), esse recurso didático, derivado do termo “cartinha”, foi utilizado ao longo dos tempos pelos professores como fundamental instrumento para ensinar a ler e a escrever, na alfabetização, sendo considerado o primeiro livro didático no processo de escolarização. O termo “cartinha” advém do fato de que os professores se utilizavam de textos e cartas manuscritos por eles e documentos de cartórios para auxiliar no processo de alfabetização, uma vez que o acesso a livros didáticos impressos para utilização nas escolas era escasso (COLLARES, 2008).

Apesar da ampla utilização da cartilha no processo de alfabetização das crianças ao longo do tempo, Collares (2015) salienta que esse material didático limitava o ensino a uma técnica, no qual desconsiderava o que as crianças tinham a dizer, tornando-se uma leitura de soletração e memorização, independente da sua história de vida. De acordo com esta autora, as cartilhas que eram utilizadas nas escolas primárias “traziam uma concepção ideológica da época, pela expressão de ideias e poder” (COLLARES, 2015, p.25299), uma vez que o material utilizado nas escolas além de terem de ser autorizados pelo Estado, buscavam satisfazer e disseminar os aspectos políticos e sociais da sociedade capitalista vigente.

Na intenção de se manter o domínio sobre o que era ensinado nas escolas, a classe dominante promoveu mudanças nos currículos a fim de que as cartilhas fossem utilizadas também como uma forma de polir o comportamento do povo “de modo a impedir que as crianças fossem contaminadas por ideias subversivas” (COLLARES, 2008, p.21). Dessa forma, as cartilhas assumiram o papel de um manual de boas condutas, de amor à família, de obediência à Pátria e de catequisar os estudantes determinando, assim, o “comportamento humano às normas sociais, estipulando o modo de pensar, de ser e de agir” (COLLARES, 2008, p.21).

No entanto, apesar das definições anteriormente abordadas, a concepção de cartilha e o propósito de sua aplicação sofreram alterações ao longo do tempo. Inicialmente, sua utilização visava à alfabetização e ao doutrinamento dos estudantes mas, atualmente, é utilizada também como uma outra forma de ensino, a divulgação científica de diferentes informações para diferentes públicos. Nesse sentido, assim como nos afirma Vieira (2017), a cartilha pode ser entendida “como um instrumento privilegiado, como um objeto multifacetado, ou seja, um produto cultural, suporte de conhecimentos e métodos de ensino de várias disciplinas escolares e, ainda, um veículo de ideologias e culturas” (VIEIRA, 2017, p.26).

Muitas informações têm sido divulgadas através desse instrumento por se constituir em um material que apresenta fácil linguagem e apresentação no qual constam orientações e informações sobre determinado tema, facilitando assim o acesso por diferentes públicos a

diferentes conteúdos. Esse objeto também tem a facilidade quanto à sua forma de divulgação que, atualmente, pode ocorrer tanto no formato impresso quanto no digital.

Foi possível observar através de pesquisa sobre a cartilha e seus usos que este recurso tem sido bastante utilizado para a promoção e divulgação de assuntos referentes à saúde e ao meio ambiente, por se tratar de um tipo de tecnologia educacional que agrupa diferentes informações que direcionam a construção de novos saberes e são uma forma de reforçar as orientações recebidas de forma oral (BARRETO, 2019). Na saúde o seu uso tem sido amplamente utilizado para divulgar ações de prevenção e de cuidados com a saúde, informações sobre doenças e de tratamentos. Observou-se também que ela tem sido utilizada para abordar diferentes temáticas que se pretendem divulgar e explicar de forma mais clara e rápida

A cartilha não se enquadra em um modelo único de divulgação e de formato, a sua essência é a qualidade da informação passada de forma que possa ser acessada e compreendida pelo maior quantitativo de pessoas. Por esse motivo, compreende-se que seu uso para divulgação de informações dentro da escola, inclusive no Ensino Médio Integrado, possa facilitar a compreensão de alguns processos que tendem a ser mais burocráticos e que contenham significações mais complexas e detalhadas, uma vez que algumas informações constam em instrumentos normativos, cuja leitura ofereça alguma dificuldade para alguns estudantes. A cartilha pode, ainda, ser utilizada para consulta de informações sempre que houver dúvidas, sem a necessidade de um especialista para saná-las.

Dessa forma, a presente pesquisa foi construída tendo como objetivo final a construção do protótipo de uma cartilha de orientação sobre o Estágio Supervisionado para os estudantes do Ensino Médio Integrado do Colégio Pedro II. A escolha da cartilha como Produto Educacional deve-se ao fato de que se almeja que as informações cheguem aos estudantes de forma simples, leve e dinâmica. A ideia do protótipo é ser um marco inicial na construção coletiva de um instrumento que atenda às demandas dos estudantes da instituição. Nesta pesquisa, então, ela assume um papel de divulgadora de informações acessíveis e de rápida compreensão, a fim de melhorar a comunicação das informações entre a instituição e o estudante.

#### 4.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CPII

O Colégio Pedro II possui em sua composição 4 cursos de EMI: Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, Técnico em Instrumento Musical e Técnico em Administração. Em seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), o

estágio encontra-se na categoria de obrigatório para a conclusão do Ensino Médio e consequente diplomação.

Segundo o parágrafo único do artigo 2º do Regulamento de Estágio Supervisionado e Práticas Educacionais, o estágio suplanta o nível de treinamento sendo objeto de planejamento que envolve as ações de orientação, encaminhamento, supervisão e avaliação do aluno-estagiário (CP2, 2020). O fato de colocar o estágio como objeto de planejamento permite concluir que esse componente curricular, assim como os demais componentes da formação do estudante, deve passar por constantes revisões e avaliações, objetivando a melhoria e efetividade das ações da Instituição de Ensino.

A lei 11.788/2008 estipula, em seu artigo 2º, §3º, que poderão ser contabilizadas como carga horária de estágio as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica quando prescritas no projeto pedagógico dos cursos de graduação. No entanto, observa-se que o CPEI incorpora essa determinação também para os cursos de EMI ofertados pela instituição. Pois caracteriza que a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado (ECS), em cada curso, deverá ser integralizada por um conjunto de atividades, tendo cada uma delas uma carga horária definida em regulamento.

Dentre essas atividades, consta como obrigatória somente a apresentação do trabalho de conclusão de curso, que no caso do Técnico em Instrumento Musical será um recital e nos demais cursos um relatório nos moldes de um TCC. As demais atividades poderão ser realizadas de acordo com o interesse do estudante, dentre elas o Estágio Corporativo (entendido como atividade desenvolvida em ambiente de trabalho), para compor o total da carga horária do ECS. As outras atividades possíveis são: trabalho na área com vínculo empregatício formal; cursos na área de formação; participação em seminários, simpósios, conferências e congressos; palestra; monitorias; pesquisas e iniciação científica; apresentação de trabalhos em eventos científicos; viagens acadêmicas educacionais e visitas técnicas. No caso do curso Técnico em Administração é possível ainda participar do Escritório Modelo, desenvolvido na própria instituição. Cada uma dessas atividades possui carga horária específica em cada curso e a necessidade de documentos como forma de comprovação.

A análise do Regulamento de estágio do CPEI (COLÉGIO PEDRO II, 2020) e a sua comparação com os regulamentos de outros IFs (Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, IF Farroupilha, Instituto Federal do Maranhão – IFMA, Instituto Federal do Tocantins – IFTO e Instituto Federal do Ceará – IFCE), tomando como foco as diferentes formas como cada instituição conduz o estágio, permitiu ponderar sobre como se constitui o estágio nessa

instituição. A intenção na comparação e análise dos regulamentos de estágio permitiu identificar quais pontos precisam estar mais detalhados e quais precisam ser melhorados pelo CII. A comparação possibilitou compreender como cada instituição conduz o Estágio Supervisionado, as informações que são transmitidas por esses regulamentos e perceber quais meios conduzem melhor esse processo formativo na perspectiva de uma formação integrada, politécnica e omnilateral.

No que se refere às atividades que compõem o Estágio Curricular Supervisionado, ou seja, aqueles constantes como obrigatórios para a conclusão do curso, o CII normatizou, como já mencionado, que a carga horária poderá ser preenchida com outras atividades que não somente o estágio corporativo. Já a partir do regulamento de estágio do IFRJ (INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2021), compreende-se que essas atividades poderão ser consideradas na contabilização do Estágio Curricular caso o estudante não consiga o estágio numa empresa. O regulamento de estágio do IF Farroupilha (2010) não prevê outras atividades, mas coloca que a forma, a carga horária e os períodos de realização do ECS serão definidos no Projeto Pedagógico de cada curso.

Compreende-se que essa determinação do CII permitirá ao estudante a complementação do seu currículo e a ampliação de seus conhecimentos através de práticas variadas e contato com o trabalho tanto no seu aspecto laboral quanto no aspecto técnico-científico. Essas práticas poderão possibilitar melhor compreensão do estudante quanto à sua realidade e ao seu desenvolvimento politécnico e omnilateral através da integração dos elementos fundamentais da vida – trabalho, ciência e cultura (RAMOS, 2008).

Nos regulamentos de estágio podem-se observar as definições e finalidades do estágio para esses IFs. Para a maioria deles, o estágio é considerado como ato educativo e que, segundo o regulamento do CII (COLÉGIO PEDRO II, 2020), conecta a vida escolar/acadêmica à vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem e, dessa forma, ultrapassa o nível de treinamento. Entretanto, o IFMA define que o estágio tem por finalidade o “treinamento prático do estudante para facilitar sua futura absorção ao mercado de trabalho” (INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, 2016).

Em outro momento do regulamento de estágio do IFMA (2016), observa-se que uma das atividades que será considerada para fins de computação de carga horária de estágio é a participação do estudante no programa de Jovem Aprendiz, desde que prevista no PPC. É definido, em seu regulamento, que este programa destina-se à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens. A forma como o Instituto construiu o seu regulamento

permite concluir que o estágio, na sua visão, é tratado pelo viés da concepção tecnicista que reduz o aprendizado à execução de atividades com o objetivo puramente de permitir a entrada no mercado de trabalho. Entende-se, dessa forma, que, ao reduzir essa atividade a um treinamento, perde-se toda potencialidade de desenvolvimento da aprendizagem e da formação de um sujeito crítico através do trabalho. Numa sociedade que se constitui dual e fragmentária, a EPT não pode estar alheia às necessidades de subsistência dos seus alunos, mas seu objetivo deve proporcionar aos estudantes a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, bem como a habilitação para o exercício autônomo e crítico das profissões (RAMOS, 2008).

Quanto à finalidade da utilização do estágio pelo CP II no processo de formação do estudante, depreende-se, através do seu regulamento, que, pelo estágio, se garante o acesso a diferentes formas de construção do conhecimento e de formação do sujeito. Essa formação pauta-se na utilização do trabalho como meio dessa construção do conhecimento e não como objetivo único de treinamento para a entrada do sujeito no mercado de trabalho.

No que se refere ao desenvolvimento de estágio, a lei limita a 2 anos o estágio numa mesma empresa, exceto nos casos de o estagiário ser pessoa com deficiência. No IFRJ (INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2021) e no IF Farroupilha (2010) o Termo de Compromisso (documento que define a relação com a empresa) tem validade limitada a 24 meses, enquanto que no CP II, o contrato não pode ultrapassar 12 meses.

No que compete ao desenvolvimento do Estágio corporativo, ao se analisar o regulamento de estágio do CP II e compará-lo com os manuais de estágio de outras IFs, compreende-se que o regulamento no CP II apresenta informações relevantes para a realização do estágio. No entanto, a partir da leitura desse documento, pode-se observar que um ponto importante não foi mencionado e que pode influenciar na condução do estágio supervisionado uma vez que não está prescrito na norma de estágio do Colégio.

No artigo 9º do Regulamento de Estágio do CP II está manifestado o compromisso do colégio em zelar para que os estágios ocorram em locais que “tenham efetivas condições de proporcionar aos (às) alunos (as) estagiários (as) e licenciandos experiências profissionais satisfatórias pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio” (CP II, 2020). Entretanto, a leitura completa do documento não esclarece quem, dentro da instituição, possui a atribuição de assegurar essa qualidade aos estudantes, uma vez que não está explicitado em nenhuma de suas linhas a quem cabe a ida às empresas concedentes para conhecê-las e fiscalizar no local a forma como é desenvolvido o estágio, inclusive para fins de credenciamento

através de convênios. No entanto, observou-se que esta fiscalização foi creditada como sendo atribuição do professor de estágio nos regulamentos dos outros IFs mencionados.

Diante dos resultados obtidos através da análise bibliográfica sobre o tema estágio supervisionado, pensa-se que a ausência de especificação na norma do Colégio Pedro II sobre a quem compete a função de vistoriar as empresas pode ocasionar no credenciamento de instituições com estruturas aquém do necessário para a oferta de atividades apropriadas e ensejar na perda da qualidade pedagógica do estágio.

Sobre a abordagem do Estágio Curricular nos PPCs dos cursos oferecidos pelo CP II, o do curso Técnico de Desenvolvedor de Sistemas é o que apresenta maior quantidade de informações sobre o estágio, tais como: o período a partir do qual os alunos já podem realizar o estágio, a forma de obtenção; os momentos de orientação, acompanhamento e supervisão; o que é utilizado para a avaliação desse processo e os critérios para fazer jus ao diploma.

Alguns pontos observados em outros regulamentos aparentam oferecer maior subsídio de informações aos estudantes e, sendo assim, consideraria importante que o CP2 e outros IFs pudessem dispor de tais informações em seus regulamentos a fim de amenizar o surgimento de possíveis dúvidas. Dentre esses pontos, deparou-se no regulamento do IFCE (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2014) com a presença de uma lista de documentos necessários antes, durante e após a realização do estágio. Nos anexos desse documento estão os modelos dos documentos que precisam ser preenchidos, bem como deve ser a construção do Relatório de Conclusão. Consideram-se essas informações importantes, tendo em vista que nos resultados obtidos com esta pesquisa constatou-se que uma das grandes dificuldades encontradas pelos estudantes é exatamente a construção desse Relatório final (VIEIRA, 2010; MARTINEZ, 2014; RAULINO, 2021; FONSECA, 2015; BAZANA, 2021).

No que diz respeito ao Relatório de Conclusão do IFCE (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2014), percebe-se que se constitui em um documento no qual os alunos não descrevem apenas as atividades realizadas, mas também busca entender quais as dificuldades enfrentadas e fazer uma análise sobre diferentes pontos vivenciados no estágio tanto no que se refere à atuação do IF quanto da concedente. Considera-se esse modelo uma importante forma de fazer com que o aluno reflita sobre as experiências vividas, os benefícios para a sua aprendizagem e os pontos que precisam ser revistos para que essa etapa da formação do aluno de fato suplemente o “conhecimento adquirido em sala de aula, vivenciando, na prática, o saber teórico que advém do conjunto de

disciplinas do currículo de curso” (NATHANAEL, 2006, p.125).

Outro ponto que também gera dúvidas nos estudantes e que a sua visibilidade os auxiliaria com os aspectos burocráticos desse processo é a divulgação das etapas a serem seguidas durante o estágio. No site do IFTO (2021), na página que trata do estágio nos cursos técnicos, assim como no manual de estágio, está disposto um resumo das etapas que o estudante deve seguir desde antes iniciar o estágio até a sua conclusão, com os documentos necessários e a quem devem ser entregues.

Outra ação desse instituto para a divulgação de informação, mas que não está ligada ao regulamento de estágio, é a disposição no seu site de uma planilha em formato Excel com a lista de convênios ativos para consulta direta dos estudantes, sem que precisem se dirigir a uma pessoa em específico. Nessa lista consta o nome da empresa, a área de atuação, contato e número de vagas disponíveis. Nesse sentido, o trabalho da Instituição consiste somente na atualização dessa planilha. Ação semelhante pode-se ser encontrada no site do CP II, uma vez que este possui uma lista das empresas conveniadas com link direto para o site dessas instituições. No entanto, é necessário que o estudante pesquise dentro desses sites se há a disponibilidade de vagas de estágio.

Inferese-se que a quanto mais informações disponíveis os estudantes-estagiários e futuros estagiários, tiverem acesso, mais autonomia terão nas suas ações.

## 5 O PRODUTO EDUCACIONAL

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos Mestrados Profissionais, é necessário o desenvolvimento de um produto educacional (PE) que deverá ser aplicado em sala de aula ou outros ambientes de ensino. Ou seja, ele se constitui por ser o resultado de um processo criativo que surge a partir de uma pesquisa científica. A criação de um produto educacional visa responder a uma pergunta ou atender um problema ou uma necessidade do campo da prática profissional. Pode assumir diferentes formas, podendo ser um artefato real ou virtual ou mesmo um processo (BRASIL, 2019a).

Esse produto poderá ser produzido em formato artesanal ou um protótipo e poderá ser elaborado em formatos diversos: jogo, vídeo, cartilha, sequência didática, entre outros (BRASIL, 2019a). Nesse sentido, o Produto Educacional se constitui em elemento de aprendizagem desenvolvido junto a uma produção científica. Não deve ser considerado um apêndice do projeto, mas uma forma de responder aos problemas da pesquisa.

Rizzatti et al. (2020) destacam que o PE deve possuir em sua descrição os seguintes aspectos:

especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina (RIZZATTI et al, 2020, pág.4).

A construção do produto visa atender a demandas da educação de uma forma geral, mas não são considerados produtos acabados e imutáveis, uma vez que ao ser replicado, cada pessoa pode adaptar às suas necessidades, gerando alterações que podem construir novos PE.

### 5.1 – Refletindo sobre o Produto Educacional

Através dos resultados obtidos com a presente pesquisa, pode-se observar que algumas demandas apresentadas pelos estudantes podem ser amenizadas se houver melhor divulgação de informações sobre a etapa do estágio supervisionado pela Instituição de Ensino. Com isso, corroborou-se a ideia inicial de elaborar uma cartilha para melhorar o acesso às informações por esses estudantes.

No que se refere à elaboração do produto educacional, ele foi desenvolvido a partir das respostas obtidas com a pesquisa. Nesse sentido, foi elaborado um protótipo de cartilha informativa sobre a questão do estágio, a fim de orientar os estudantes, de forma mais acessível, sobre os procedimentos adotados para essa prática, além de abordar também, os principais

pontos da lei de estágio (lei nº 11.788/2008). Segundo a classificação dada pelo Relatório do Grupo de Trabalho de Produções Técnicas, o produto educacional resultado da presente pesquisa (Cartilha de Orientação) enquadra-se como um manual/protocolo, uma vez que expressa “conjunto das informações, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade. Pode ser um guia de instruções” (BRASIL, 2019b) com informações referentes aos procedimentos de estágio supervisionado e ao seu desenvolvimento.

No protótipo de cartilha, são apresentadas as questões frequentes observadas na análise bibliográfica. Tais indagações demonstram ser pontos que necessitam ser esclarecidos aos alunos-estagiários e aos futuros alunos-estagiários, com vistas ao bom desenvolvimento dessa etapa da sua formação profissional. A ideia foi abordar essa temática de forma clara e objetiva.

Apesar do crescente uso da tecnologia pelos jovens, acredita-se que ainda haja uma necessidade de acesso rápido a materiais na sua forma escrita, como meio de facilitar a busca de determinada informação específica. Julga-se que os recursos atuais não invalidem e nem diminuam a importância de outras formas de divulgação; apenas complementam e permitem o alcance de diferentes públicos com diferentes interesses. A justificativa para a criação deste produto, portanto, consistiu em facilitar o acesso a informações importantes que, muitas vezes, podem ser apresentadas de forma pouco acessível e com uma linguagem (para alguns) menos clara e, com isso, reduzir as possíveis dúvidas apresentadas pelos estudantes.

Para a construção deste instrumento, objetivou-se:

- identificar as principais questões abordadas pelos atores envolvidos no desenvolvimento do Estágio Supervisionado através da literatura;
- abordar os problemas identificados na pesquisa bibliográfica;
- refletir sobre quais os pontos essenciais da lei de estágio devem compor a cartilha.

Ao concluir a pesquisa, identificaram-se os principais pontos que deveriam ser abordados na cartilha. Esses pontos referem-se à definição e aos objetivos do estágio; agentes envolvidos e seus deveres; direitos dos estagiários; carga horária; atividades extras; etapas e documentos necessários e, ainda, pontos importantes da lei.

Para a construção da cartilha, consideraram-se as seguintes etapas:

1. escolha do tema principal;
2. identificação e seleção dos pontos a serem abordados;
3. descrição sucinta desses pontos;

4. distribuição organizada e clara desses pontos na cartilha;
5. uso de ilustrações que dialoguem com o texto escrito, a fim de tornar a leitura mais esclarecedora.

A cartilha foi produzida em capítulos temáticos sobre o estágio, nos quais foram desenvolvidas as ideias gerais de cada tema. Estabeleceu-se essa divisão para que a leitura possa ser feita de forma esclarecedora, permitindo ao leitor localizar a informação que deseje mais brevemente.

Após a divisão por temas específicos, procedeu-se à escrita dos conteúdos, tomando por base a lei 11.788/2018 e o manual de estágio do Colégio Pedro II. Esses aspectos foram levados em conta a partir dos resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica, sendo selecionados os pontos de exposição, de acordo com as necessidades levantadas pelos estudantes e professores a partir da análise dos textos.

Em seguida, organizaram-se as informações de forma compreensível com a colaboração de ilustrações, imagens e fluxogramas, com o objetivo de facilitar a visualização e o entendimento das informações apresentadas.

O Produto Educacional intitulado “Cartilha: Orientação Estágio Supervisionado” foi construído a partir da plataforma *online* Canva, que possui inúmeros elementos gráficos que podem auxiliar a construção de diferentes materiais, além de permitir a sua conversão em PDF – formato escolhido para a divulgação. A cartilha possui 50 páginas no total; está composta por capa, contracapa, sumário, apresentação, desenvolvimento e referências das obras consultadas. O desenvolvimento é composto de 7 partes: Estágio Supervisionado; Lei de Estágio; Documentos de Estágio; Atores do Estágio; Comportamentos; Estágio no CPEI; e Perguntas e Respostas. Cada capítulo foi construído com um objetivo específico de divulgação de informações.

Inicia-se a cartilha com uma parte que traz a explicação de alguns termos com os quais os estudantes-estagiários irão se deparar durante o desenvolvimento do estágio.

Na primeira parte, objetiva-se definir o estágio e destacar sua importância para a formação do técnico. Essa parte foi elaborada diante da constatação de que, para alguns, essa etapa da formação seria somente uma burocracia a cumprir no processo formativo do técnico do EMI.

A segunda parte, Lei de Estágio, traz informações importantes que constam na lei

11.788/2008. As informações constantes nesse tópico versam sobre os tipos de estágio previstos na lei, a carga horária diária permitida ao estagiário, seus direitos. A cartilha, em sua segunda parte, informa, ainda, as características próprias de um estágio, que não se confunde com emprego.

O terceiro tópico destina-se à informação dos documentos necessários ao período de estágio supervisionado. Foram elencados de acordo com a etapa em que cada um é utilizado: antes e depois do estágio, a fim de facilitar a compreensão do momento em que cada um deve ser utilizado para que o estudante já os tenha em mãos no momento necessário.

O segmento “Atores do Estágio” visa a elucidar quem são os componentes que participam do desenvolvimento de estágio, bem como informar suas atribuições. Considera-se uma parte importante a ser esclarecida, pois essa informação permite que os alunos possam identificar a quem recorrer, quando necessário. O conhecimento das funções de cada um assegura também ao estudante-estagiário que seus direitos sejam cumpridos.

No que diz respeito à seção “Comportamentos”, não se tem a intenção de se prescreverem comportamentos necessários, mas busca-se orientar os estudantes para que suas atitudes não prejudiquem o seu aprendizado. As atitudes adequadas auxiliam na manutenção de um bom relacionamento com a empresa concedente para, se assim desejado, pleitear uma oportunidade futura de emprego.

O sexto segmento dedica-se a esclarecer como o estágio é conduzido no Colégio Pedro II. Para isso, iniciou-se esse capítulo com informações sobre os cursos oferecidos no EMI e os objetivos de formação que se buscam alcançar. Em seguida, de forma sucinta, há informações constantes no Regulamento de Estágio, sobre quem pode realizar o estágio e como o estudante deve atuar para que o estágio possa ser iniciado, além de um esquema de como é o processo de início do estágio após a manifestação de interesse pelo estudante. A cartilha traz, nesse ponto, também, a lista das atividades disponíveis em cada curso para complementação da carga horária de estágio. Finaliza-se esse segmento da cartilha com a informação dos documentos solicitados pela Instituição, bem como *link* de acesso aos modelos disponíveis no site do Colégio.

Por fim, no último segmento da cartilha apresenta-se um quadro de perguntas e respostas que complementam todas as informações expostas anteriormente.

O sumário foi criado de forma que os estudantes possam clicar nos itens escolhidos e serem direcionados diretamente para o tópico de interesse. A cartilha foi desenvolvida para ser divulgada em formato PDF ou impresso.

Pretende-se que os alunos possam ter acesso a esse documento a partir do acesso via *QR-code* em cartazes disponíveis nos murais dos *campi* ou através do site da própria Instituição.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como tema central o estágio. Buscou-se, através dela, compreender mais sobre o estágio supervisionado e como esse componente curricular tem sido conduzido no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais a fim de oferecer subsídios suficientes para a construção de uma cartilha de orientação. Inicialmente, tinha-se como objetivo construir a pesquisa a partir da percepção dos alunos sobre essa temática, por se considerar que as considerações desse público poderiam trazer ricas contribuições sobre a condução do componente curricular do EMI. Entretanto, dentre os muito impactos que a pandemia de COVID-19 teve sobre a sociedade, a pesquisa precisou ser reformulada, tendo em vista que o público alvo, por questões socioeconômicas, teve dificuldade de assistir às aulas de forma remota. Por isso, utilizou-se a análise de outras dissertações sobre o tema para melhor compreendê-lo.

Para melhor entendimento dessa temática, iniciou-se a pesquisa partindo da compreensão da relação educação e trabalho, através do qual foi possível observarem-se os impactos que as decisões da sociedade capitalista tiveram sobre as políticas educacionais separando, em alguns momentos da história, a formação para o trabalho intelectual do trabalho manual, a fim de atender aos seus próprios interesses e às suas demandas, replicando na escola a dualidade existente na sociedade. Percebeu-se que a educação sempre foi utilizada como meio de perpetuar as desigualdades existentes na sociedade, de modo a proporcionar a uma parcela da população o acesso a uma formação geral que lhes garanta o prosseguimento nos estudos em nível superior e para aqueles reservados à atuação e imediato acesso ao mercado de trabalho, uma formação profissional fragmentada e alienante das relações sociais de produção e da sua condição de explorado.

Entende-se que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica busca ser a travessia para a formação do sujeito consciente, crítico e emancipado através da articulação entre Educação, Ciência e Tecnologia e Trabalho, oferecendo aos estudantes a integração dos conhecimentos específicos e gerais para uma formação omnilateral e politécnica e tendo o trabalho como princípio educativo. Foi possível constatar que o estágio, como ato educativo, se configura como elemento importante na formação desse estudante, a partir do qual pode desenvolver uma práxis que fortaleça o seu aprendizado e que lhe permita compreender a realidade, onde possa articular o conhecimento teórico com a prática de forma criativa e produtiva.

No ordenamento jurídico, o estágio, apesar da demanda de formação profissional nas

legislações educacionais, demorou a ser abordado com expressividade. Isso trouxe enfraquecimento, por muito tempo, nas relações com as empresas, permitindo que esses estudantes fossem subutilizados, sendo considerados formas de mão de obra barata, e que as atividades desempenhadas não lhes promovessem aprendizados relacionados à sua área de formação e nem lhes proporcionassem a compreensão das relações de trabalho aos quais estavam submetidos, sendo mais uma forma de alienar os menos favorecidos. A publicação da lei 11.788/2008 trouxe algumas garantias aos estudantes e definiu os deveres da IE e das concedentes no desenvolvimento do estágio.

Essa pesquisa compreendeu o estágio como uma das atividades pedagógicas ofertadas ao estudante, que permite uma aprendizagem através da experiência vivida e contextualizada, viabilizando desenvolver uma práxis que fortalecerá o seu aprendizado e permitirá compreender as partes da realidade na qual está inserido. Compreender o estágio através da concepção dos atores envolvidos com ele trouxe uma quantidade de relatos significativos e permitiu a compreensão de que as questões em prevalência apresentadas pelos atores nas diferentes categorias discorrem sempre sobre a IE e as empresas concedentes na condução desse processo que, em alguns casos, demonstraram não seguir a lei de estágio. Constatou-se, ainda, as questões sobre as quais os alunos gostariam de ter obtido informações antes de iniciar o estágio, como as possíveis áreas de atuação no estágio, as atividades do plano de estágio, os documentos necessários nesse processo, entre outros.

A pesquisa evidenciou a falta de conhecimentos e as reclamações que os estudantes apresentam sobre alguns aspectos envolvidos no desenvolvimento do estágio, inclusive, o desconhecimento sobre a lei 11.788, e como essas questões foram marcantes através das análises dos textos. A observância da lei de estágio se faz necessária a fim de garantir aos estudantes o cumprimento dos seus direitos. Entretanto, é preciso atenção para que o viés tecnicista do estágio não prevaleça sobre o caráter do trabalho como princípio educativo preconizado pela formação integral.

O fato de os alunos relatarem a falta de preocupação da escola com o estágio e que ela não trabalha de forma a proporcionar o desenvolvimento da aprendizagem do aluno para que ele possa compreender a realidade ou que os alunos não participam do planejamento das atividades, são situações que geram grande apreensão pelo tipo de formação que se pretende oferecer a esses estudantes. A análise das dissertações permitiu a identificação das questões positivas na condução dos estágios, mas também questões que necessitam de um olhar mais sensível e cuidadoso por parte, principalmente, das IE uma vez que é a responsável por

assegurar o cumprimento das questões pedagógicas.

Percebe-se que houve muitos relatos positivos sobre o estágio e as experiências vivenciadas pelos estudantes, que lhes proporcionaram um novo olhar sobre os conteúdos aprendidos em sala de aula. No entanto, entende-se que trabalhar sobre os argumentos que necessitam de melhorias irá proporcionar maior reflexão sobre esse componente curricular e, conseqüentemente, modificações a fim de se promover melhor desenvolvimento na sua condução para ofertar aos estudantes chances de uma profissionalização mais condizente com as perspectivas da educação integrada.

Compreende-se que há a necessidade de as instituições entenderem como os estágios são conduzidos nas concedentes, uma vez que relatos demonstram que os estudantes percebem esse momento como um treinamento, dessa forma não o visualizando como oportunidade de práxis reflexiva. Existe, também, a necessidade de as IE reverem a própria atuação diante dessa atividade, nos pontos de avaliação, acompanhamento e orientação do estágio e do relatório de conclusão.

Pode-se perceber que muitos pontos abordados não tiveram percepções unânimes em todos os quesitos e nem se pensou que isso seria possível, tendo em vista a heterogeneidade dos IFs pesquisados e o intervalo temporal considerado na pesquisa. No entanto, as similaridades encontradas demonstram que, ainda que haja uma evolução nessas questões, muito ainda tem se refletido e discutido para a melhoria do processo do estágio supervisionado a fim de não se incorrer nos mesmos problemas apresentados.

Por isso, é importante o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o estágio, tendo ciência da sua importância para uma educação que se propõe unitária e politécnica e por ser o estágio uma possibilidade de, através de uma educação pelo trabalho, proporcionar ao estudante uma formação verdadeiramente politécnica englobando os princípios da ciência, da cultura e do trabalho, rompendo com uma educação dicotômica entre formação intelectual e manual. Compreende-se que, além de permitir a apropriação de conhecimentos profissionais, o estágio permite, dessa maneira, uma aproximação do mercado de trabalho para os jovens que assim desejarem, além de permitir a ampliação dos seus conhecimentos através de outras formas de aprendizagem. Assim sendo, espera-se que as instituições de ensino possam reformular o seu planejamento a fim de orientar e acompanhar esses estudantes durante o estágio assim como o fazem em outras disciplinas.

A partir da pesquisa, considera-se válido oferecer aos estudantes, através do produto

educacional, informações sobre a lei 11.788/2008; o que é o estágio e o seu papel/importância no seu processo de formação, os deveres da IE e das concedentes e os seus direitos enquanto estagiários, para que os alunos tenham ciência clara do que compete a cada um e o que é viável cobrar; as suas atribuições; os benefícios em se realizar o estágio; os documentos necessários; tempo de estágio e carga horária; remuneração; comportamentos que favorecerão a sua aprendizagem durante esse período.

Inicialmente, o projeto para o produto educacional era a construção de uma cartilha que pudesse conter elementos necessários para auxiliar os estudantes-estagiários a obter informações de forma clara e objetiva. Isso se confirmou no decorrer da pesquisa, por se constatar que esse recurso didático pode agrupar diferentes informações em uma única ferramenta, além de conter uma linguagem que facilita a compreensão, por ser um meio que pode ser facilmente acessado por diferentes públicos em decorrência dos tipos de divulgação possíveis e por ser adaptável às demandas e necessidades de cada público-alvo, que, nesta pesquisa, será voltado para os alunos-estagiários do Colégio Pedro II.

A leitura do Regulamento de Estágio do colégio e dos PPC dos cursos de Ensino Médio Integrado, bem como do Regulamento de outros Institutos Federais possibilitou considerar que o Colégio Pedro II atua de forma a proporcionar aos seus estudantes a formação pelo trabalho, não se restringindo à realização do Estágio Corporativo, possibilitando o contato com diferentes práticas, que lhes permitem a construção do conhecimento, tomando ciência das diferentes formas de compreender as relações existente entre ciência, trabalho, cultura e tecnologia. No entanto, apesar de o Colégio Pedro II atuar de forma a promover aos estudantes da EPT uma formação que se almeja politécnica e unitária, pensa-se que as informações disponibilizadas para a condução desse processo precisam ser mais bem divulgadas para que maior número de pessoas receba as orientações necessárias. Os documentos normatizadores e orientadores disponíveis precisam oferecer aos estudantes informações mais detalhadas, além da necessidade de se rever seu Regulamento para não haver falhas no acompanhamento dos estudantes durante o estágio nas unidades concedentes. Considera-se importante, também, a divulgação através do site da Instituição de um quadro atualizado com as vagas de estágio disponíveis nas instituições conveniadas. Pois, acredita-se que assim, os estudantes poderiam atuar de forma mais confiante na manifestação de interesse pela vaga.

Por fim, considera-se necessária a ampliação dos estudos sobre o Estágio Supervisionado, promovendo uma verificação de como essa atividade está sendo conduzida nos IFs, ouvindo os atores envolvidos nesse processo, a fim de se promoverem mudanças

necessárias, através de atividades e metodologias que cumpram os objetivos formativos do estágio. É importante que sejam respeitados os princípios do Ensino Médio Integrado, que se propõe omnilateral, integral e politécnico para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos, conscientes e críticos da sua realidade, além de aumentar o subsídio de informações sobre a temática.

Propõe-se a avaliação do Produto Educacional (PE) pela banca instaurada para análise da defesa dessa dissertação, por ser este PE um protótipo daquilo que se almeja difundir ao Colégio Pedro II e, conseqüentemente, aos seus alunos. O PE desenvolvido com essa pesquisa não tem por objetivo ser taxativo e nem estar concluído, mas um meio que poderá, futuramente, se construir através da ação coletiva de todos os envolvidos, no qual possam agrupar as informações e dúvidas que surgem no dia-a-dia. A cartilha constitui-se num material de fácil divulgação, mas que pode ser facilmente adaptada as reais necessidades de cada lugar.

## 7 REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Zenaide; HERMONT, Catherine. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens. In: CORREA, Licinia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares. **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: <https://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/view/colecao-cadernos-tematicos-estrategias-metodologicas-de-trabalho-com-jovens/> Acesso em: 04 jun.2020

ASSIS, Sandra Maria de; NETA, Olivia Morais de Medeiros. Educação profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recuos. **Tópicos Educacionais**, Recife, v.21, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22424/18615>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro – 1º ed. Sao Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Ana Cristina Oliveira. **Construção e validação de cartilha educativa para promoção da saúde visual de crianças em idade escolar**. Cristiana Brasil de Almeida Rebouças. 2019. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Fortaleza, 2019.

BAZANA, Josiana Rita. Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio. 2020. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. Jaguari, RS, 2020.

BIANCHI, Anna; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: Estágio supervisionado**. 4ª Edição. São Paulo: Cengage Learnig, 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº4.073 de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm)>

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) Acesso em: 03/01/2020

BRASIL. **Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D87497.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D87497.htm)>. Acesso em: 12/07/2020

BRASIL. **Decreto-lei nº1.190 de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12/07/2020

BRASIL. **Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm)>.

BRASIL. **Lei nº8.859 de 23 de março de 1994**. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8859impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8859impresao.htm)>.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em 03/01/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudante. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)> Acesso em: 10/07/2019

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 20/05/2020

BRASIL. **Portaria Nº 1002, de 29 de setembro de 1967, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.** Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.allservice.org.br/interno.php?idPagina=estagios&estagio=portaria\\_n\\_1002](http://www.allservice.org.br/interno.php?idPagina=estagios&estagio=portaria_n_1002)>. Acesso em 16/07/2020

BRASIL. **Resolução nº1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> > Acesso em: 15/10/2021.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192) > Acesso em: 20/12/2019

BRASIL. **Documento Orientador de APCN.** Área 46: Ensino. CAPES, 2019a.

BRASIL. **Produção Técnica - Grupo de trabalho.** CAPES. Brasília, 2019b.

CARTILHA, *In*: PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. 2021a. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/>>

CARTILHA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021b. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. **História da cartilha paranaense nas Escolas do estado do Paraná.** Ponta Grossa, SP: 2008. Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Faculdade de Educação. 2008.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. A origem da cartilha no Brasil como instrumento privilegiado de controle do estado. **XII Congresso Nacional de Educação.** 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17575\\_7459.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17575_7459.pdf) >. Acesso em 15/12/2021.

COLÉGIO PEDRO II. **Carta de serviços ao usuário.** 2019. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/carta\\_servico\\_2019/Carta%20de%20Servi%C3%A7os%20ao%20Usu%C3%A1rio%202019.pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/carta_servico_2019/Carta%20de%20Servi%C3%A7os%20ao%20Usu%C3%A1rio%202019.pdf)> Acesso em 20/12/19

COLÉGIO PEDRO II. **Regulamento:** estágio supervisionado e práticas profissionais. Edição

2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007

ESTÁGIO. *In*: MICHAELIS, Michaelis On-line. Brasil: Melhoramentos, 2022.

FARIA, Cláudio Miguel Alves de. **Estágio Curricular Supervisionado**: a contribuição para a formação profissional do técnico agrícola no Instituto Federal de Minas Gerais. Orientador: Sandra Barros Sanchez. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. 2009

FONSECA, Álvaro José da Silva. **Concepções de Estágio Curricular Supervisionado no Curso Técnico em Enfermagem do Campus Araguaína do IFTO**. – Palmas, TO, 2015. Orientador: Alex Pizzio da Silva. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino Médio Integrado**: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A gênese do decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. IFCE. **Resolução nº28, de 08 de agosto de 2014**. Aprova o manual do estagiário. 2014. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/espaco-estudante/estagio-e-empregos/manual-do-estagiario-ifce-resolucao-no-028-2014.pdf/view>> Acesso em: abr.2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. IF Far. **Resolução Conselho Superior nº48, de 08 de outubro de 2010**. Regulamento dos estágios curriculares supervisionados para os cursos do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: <[http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20138249503631regulamento\\_estagios\\_if\\_farroupilha\\_versao\\_final\\_10\\_11\\_2010\\_atualizado\\_2013.pdf](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20138249503631regulamento_estagios_if_farroupilha_versao_final_10_11_2010_atualizado_2013.pdf)> Acesso em: abr. 2022.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. IFMA. **Resolução nº42 de 26 de abril de 2016**. Aprovar a Política de Estágio e Egresso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Disponível em <<https://proext.ifma.edu.br/estagio/#tab-normas-e-documentos>> Acesso em: abr.2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. IFRJ. **Resolução CONSUP/IFRJ n 53 de 20 de outubro de 2021**. Aprova o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório e não obrigatório para os Cursos Técnicos no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ. Disponível em <<https://portal.ifrj.edu.br/>> Acesso em: abr.2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. IFTO. **Estágio de cursos técnicos** – Informações e documentos de estágio para estudantes de cursos técnicos. 2021. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/ensino/estagio/documentos-de-cursos-tecnicos>> Acesso em: abr.2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Caderno Pesquisa**, São Paulo (68): 21-28. 1989. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118/1123>> Acesso em: 15.set.2020

KUENZER, Acácia Zeneida. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim Técnico Do Senac**, 30(3), 81-93. 2004. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/501>>

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: PICONEZ, Stela C.B. (org). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 20ªed. Campinas: Papirus Editora, 1991(1ªed). p.57-67.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ªed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARTINEZ, Suíze Gomes. **Concepções e práticas de estágio supervisionado no Campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. Orientador: José dos Santos Souza. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. – 2014.

NATHANAEL, Paulo. O estágio em foco. In: NISKIER, Arnaldo; NATHANAEL, Paulo. **Educação, estágio e trabalho**. São Paulo: Integrare Editora, 2006. p.125-145.

PACHECO, Eliezer (org.). **Perspectivas da educação Profissional Técnica de Nível Médio**: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC. Brasília, 2012. São Paulo: Editora Moderna – Fundação Santillana, 2012

PEREIRA, Moacir Soares. **O estágio supervisionado na formação dos alunos do Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira/SC**. Orientador: Sandra Barros Sanchez. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.2008.

PIOVESAN, Josieli et al. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem** [recurso eletrônico] 1. Ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.1 ebook.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. (2008?) Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf)>. Acesso em: 20/12/2019

RAMOS, Marise. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Educação e Realidade**. 35(1): 65-85. Jan/abr 2010.

RAULINO, Cíntia Grazielle de Souza. **Podcast sobre Estágio supervisionado**: uma proposta de orientação para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado –

Campo Grande: MS. Orientador: Prof. Dr. Odair Diemer. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul-IFMS, Campus Campo Grande, 2021.

REIS, Jair Teixeira dos. **Relações de trabalho: estágio de estudantes**. 2ªed. São Paulo: LTr, 2012.

RIBEIRO, Sílvia Fernanda Martins Dias. **Ensino Médio Integrado: o estágio como um dos elementos articuladores da formação geral e profissional**. Orientadora: Maria José Pires Barros Cardozo. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2011.

RIOS, Kamila Gonçalves. **Estágio supervisionado externo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – campus Senhor do Bonfim: implicações e perspectivas**. Orientadora: Lucília Augusta Lino de Paula. 2010. 53f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B. Vaz; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: [http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo\\_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf](http://profqui.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf) Acesso em: abr.2021.

SANTOS, Jucier Gonçalves dos. **Análise da Função do Estágio Curricular Obrigatório do Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Ceará – Campus Crato, na Perspectiva Discente**. Orientadora: Amparo Villa Cupolillo. 2012. 54f. Dissertação (mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/10/Jucier-Goncalves-dos-Santos.pdf> Acesso em: 20 dez. 2019

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan. /abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008 Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108> > Acesso em: 24/01/2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed.rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SERACENI, Ana Carla. Adolescência e a escolha de carreira. In: VALLE, Luiza Elena Ribeiro do (org.). **Aprendizagem na educação de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

VALLE, Luiza Elena Ribeiro do. Terapia cognitivo-comportamental e competência na educação de crianças e adolescentes. In: VALLE, Luiza Elena Ribeiro do (org.). **Aprendizagem na educação de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

VIEIRA, Dourivan Elias. **O estágio supervisionado curricular na formação do técnico em**

**agropecuária no IFPB – Sousa.** Orientadora: Maria da Salette Barboza de Farias. 2010. 116f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita.** Orientador: Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos. 2017. 197f. Tese (doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária** (Coleção Docência em Formação) (p. 107). Cortez Editora. Edição do Kindle. 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MODELO DE DIVULGAÇÃO DA CARTILHA NOS CAMPI

# Olá, Estudante!

Deseja ter mais informações  
sobre o

Estágio  
Supervisionado?

-----

Acesse o QR code





# CARTILHA

*Orientação Estágio Supervisionado*



2022



# CARTILHA

*Orientação Estágio Supervisionado*



Texto: Liana Vargas e  
Aira Martins



## RESUMO

Nos Programas de Mestrado Profissional faz-se necessário o desenvolvimento de um Produto Educacional que deverá ser aplicado em sala de aula ou em ambientes de ensino. Dessa forma, o Produto Educacional caracteriza-se por ser resultado de um processo criativo a partir de uma pesquisa científica e visa responder a uma pergunta ou atender a um determinado problema ou a uma necessidade da prática profissional, sendo possível que a sua produção ocorra sob forma artesanal ou como um protótipo. Como resultado da pesquisa intitulada "A prática do estágio curricular a partir da percepção de estudantes e professores do Ensino Médio Integrado", elaborou-se, como Produto Educacional, uma cartilha de orientação sobre o estágio supervisionado. Esse material caracteriza-se por ter linguagem e forma de divulgação simples. A sua produção ocorreu objetivando identificar as principais questões abordadas pelos atores envolvidos no desenvolvimento do Estágio Supervisionado através da literatura; abordar os problemas identificados na pesquisa bibliográfica e refletir sobre os pontos essenciais da lei de estágio que devem compor a cartilha. A partir da pesquisa realizada, pode-se perceber que os principais pontos que deveriam ser abordados na cartilha referem-se à definição e aos objetivos do estágio, aos agentes envolvidos e aos seus deveres, aos direitos dos estagiários, à carga horária, às atividades extras, às etapas e aos documentos necessários e, ainda, aos pontos importantes da lei. Esses pontos foram identificados, tomando-se por base as necessidades levantadas pelos estudantes e professores em bibliografia especializada sobre o tema. A construção da cartilha ocorreu com o auxílio da plataforma online Canva. Ela está organizada em 7 partes, cada uma possuindo um objetivo específico de divulgação de informações. Pretende-se que este seja disponível nos murais dos campi ou através do site da própria Instituição. Ressalta-se que este PE constitui-se um protótipo daquilo que se almeja difundir no Colégio Pedro II e, conseqüentemente, aos seus alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica. Sendo assim, não se tem a pretensão de que seja um objeto prescrito ou concluído, mas um documento sujeito a alterações elaboradas coletivamente, no qual estejam presentes as informações e dúvidas que surgem no dia a dia.

Palavras-chave: Cartilha; Produto Educacional; Estágio Supervisionado; Ensino Médio Integrado; Educação Profissional e Tecnológica.

# Sumário

Apresentação 06

Estágio Supervisionado 08

Lei de Estágio 10

Documentação de Estágio 15

Atores do Estágio 18

Comportamentos 24

Estágio no CP2 28

O Estágio no CP2 33

Perguntas e respostas 46

Referências 50

Para navegar pela cartilha, basta **clicar** nos itens do sumário

# APRESENTAÇÃO

Olá!

Sou um Produto Educacional (PE) produzido no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) a partir da dissertação intitulada "A PRÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO".

**O que posso oferecer?**

**Informações para auxiliar os estudantes que estão na época de realizar o Estágio Supervisionado a conhecer e compreender os trâmites que devem ser adotados para o bom desenvolvimento do estágio.**

**A quem me destino?**

**Estudantes dos cursos técnicos de nível médio integrado que irão vivenciar ou que já estão vivenciando o Estágio Supervisionado.**

*Vamos começar?*



## Vamos iniciar conhecendo alguns termos?

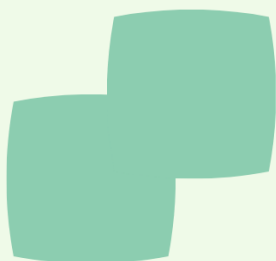


**Aditivo** – documento adicionado ao Termo de Compromisso após a sua assinatura. Será utilizado quando: a concedente optar pela renovação do estágio; quando houver qualquer alteração no Termo de Compromisso; ou, o contrato inicial de Estágio Corporativo não atingir a carga horária mínima do curso.

**Concedentes** – lugar no qual os alunos desenvolvem o seu estágio.

**Professor orientador** – profissional da Instituição de Ensino indicado para atuar como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

**Supervisor de Estágio** – profissional da empresa concedente com experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário indicado para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.





# *Estágio Supervisionado*

CONHECENDO UM POUCO  
MAIS SOBRE ESTE  
COMPONENTE CURRICULAR

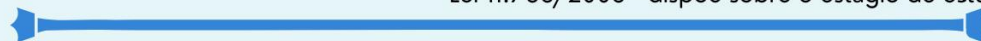
# Estágio Supervisionado

## O que é?

O estágio é um componente curricular que permite ao estudante articular a teoria com a prática, contextualizando os conhecimentos adquiridos em sala de aula com a experiência vivida no estágio.

"ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos"

Lei 11.788/2008 - dispõe sobre o estágio de estudantes



## Sua importância na formação do técnico.

Proporciona o **aprendizado** de competências relativas à **atividade profissional** e à **contextualização curricular**, de forma a promover o **desenvolvimento do educando** para a **vida cidadã e para o trabalho**. (Lei 11788/2008)



Possibilita a **confirmação da sua vocação e identidade** com o desempenho profissional.



Traz **amadurecimento** teórico.

Permite a **reflexão sobre as relações de trabalho** existentes na sociedade.

Habilita as pessoas para o **exercício autônomo e crítico** de profissões (RAMOS, 2008).



# *Lei de Estágio*

ASPECTOS IMPORTANTES  
QUE VOCÊ PRECISA  
CONHECER

## Você já conhece a lei de estágio?

*O estágio é regido pela lei nº 11.788/08.*

Essa lei é também conhecida por "Nova lei de estágio".

O **estágio** faz parte do **projeto pedagógico do curso**, além de integrar o itinerário formativo do educando.

O estágio visa ao **aprendizado de competências** próprias da atividade profissional e à **contextualização curricular**.

O estágio **não** estabelece **relação de emprego**



Para conhecer a lei por inteiro, [clique aqui](#)

# Estágio Supervisionado

*Dois tipos:*



*Obrigatória*

Aquele que precisa ser realizado para a aprovação no curso e obtenção do diploma.

Previsto no Projeto Pedagógico do curso.

Remuneração facultativa pela empresa.

*Não obrigatória*

Aquele cuja realização é opcional.

Carga horária adicionada à carga horária regular do curso.

Remuneração obrigatória pela empresa.

*Jornada diária*



**Qual é o limite de horas do estágio por dia?  
E por semana?**

**4 horas diárias e 20 horas semanais:** estudantes da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.



**6 horas diárias e 30 horas semanais:** estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

# Estágio Supervisionado

## *Carga Horária*

Variável em cada curso e de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso, que é definido pela Instituição de Ensino.

## *Requisitos para o estágio:*

**matrícula e frequência** do estudante no curso;

celebração de **Termo de Compromisso** entre o educando, a parte concedente e a Instituição de Ensino;

**compatibilidade entre as atividades** desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

Lei 11.788/2008, art.3º 

**OBS:** o não cumprimento desses requisitos irá caracterizar vínculo empregatício.



# Estágio Supervisionado

## ESTAGIÁRIO

*Quais são os seus direitos?*

### Seguro contra acidentes pessoais



OU Contratado pela empresa concedente.

Contratado pela Instituição de Ensino, alternativamente, no caso de estágio obrigatório.



**Redução da carga horária pela metade em período de provas.**

### Período de recesso\*

OU Estágio com duração de 1 ano ou mais: 30 dias de recesso.



Férias em tempo proporcional se estágio com duração menor que 1 ano.

*\*preferencialmente durante as férias escolares*

**Remuneração/ajuda de custo nos casos de estágio não obrigatório**



**Compatibilidade das atividades exercidas com as definidas no Termo de Compromisso.**

O estágio não poderá ter duração maior que **2 anos** na mesma concedente.





# *Documentos de Estágio*

QUAIS OS DOCUMENTOS  
NECESSÁRIOS E  
QUANDO UTILIZÁ-LOS

# Documentos



## Antes do Estágio

### CONVÊNIOS

Instrumento jurídico que estabelece uma relação entre a Concedente e a Instituição de Ensino para o recebimento de estagiários.

### TERMO DE COMPROMISSO

Acordo tripartite firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino. Vedada a atuação dos agentes de integração como representantes de qualquer das partes.

### PLANO DE ATIVIDADES

Documento elaborado em acordo das 3 (três) partes (estagiário, concedente e Instituição de Ensino) que será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que o desempenho do estudante for avaliado. Constam as atividades que serão realizadas pelo estagiário.



# Documentos



## Depois do Estágio

### RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

Documento obrigatório a ser apresentado no final do curso. Não há um padrão. Cada Instituição e cursos definem como deverá ser a sua construção.

Em geral, é um documento no qual são apresentadas as atividades realizadas durante o estágio e as aprendizagens proporcionadas por essas atividades.

### FICHA DE AVALIAÇÃO

Documento preenchido pelo supervisor para fins de avaliação do estagiário. A ficha de avaliação do CPII visa avaliar a capacidade cognitiva, qualidade do trabalho e conduta pessoal. Esse documento deverá ser encaminhado à Instituição de Ensino.

### FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO

Documento preenchido pelo estudante avaliando a sua conduta e postura durante o desenvolvimento do estágio.

### DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Documentos comprobatórios das atividades realizadas para contabilização da carga horária. Cada atividade tem o seu documento específico. Podem ser:

Certificados

Relatórios

Declarações

Registro de atividades

Carteira profissional com registro regular



*Atores  
do Estágio*

QUEM SÃO E  
QUAIS AS SUAS FUNÇÕES

# ATORES do Estágio



*Vamos conhecer  
cada um?*

# Estagiários

## Quem são?

Estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (art. 1º da Lei nº 11.788/2008)

É assegurado por lei às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.



# Instituição de Ensino

## Quem são?

Estabelecimento de ensino no qual o estudante está matriculado - colégio, faculdade, escola.

## Atribuições:

I – celebrar termo de compromisso com o **educando** ou com seu representante ou assistente legal e com a **parte concedente**;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

# Concedentes

## Quem são?

**São aqueles que podem contratar estagiários.**

Podem ser:

- pessoas jurídicas de direito privados;
- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

## Atribuições:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal para orientar e supervisionar os estagiários;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

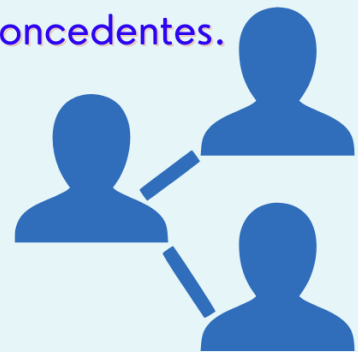
# Agentes de Integração

## Quem são?

Entidades públicas ou privadas que atuam mediante condições acordadas em instrumentos jurídicos apropriados como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio. Podem atuar como elo entre os estudante, Instituição de Ensino e concedentes.

## Atribuições:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.



Os agentes não podem cobrar qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços prestados.

Os agentes serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para realização de atividades não compatíveis com a programação curricular do seu curso.

O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.



# *Comportamentos*

O QUE ESPERAM DE VOCÊ?  
O QUE CONTRIBUI PARA  
A SUA APRENDIZAGEM?

# Comportamentos

*Comportamentos que favorecem o aprendizado*

Desejados



|                                    |                |               |
|------------------------------------|----------------|---------------|
| Responsabilidade / comprometimento | Autonomia      | Assertividade |
| Realizar as atividades propostas   | Humildade      | Ética         |
| Demonstrar competência técnica     | Diálogo        | Curiosidade   |
| Dar contribuições                  | Pontualidade   | Interesse     |
| Assiduidade                        | Confiabilidade | Respeito      |

# Comportamentos

*Comportamentos que prejudicam o aprendizado*

Indesejados



|                  |                                   |   |
|------------------|-----------------------------------|---|
| Mentiras         | Omissões                          | Problemas comportamentais                           |
| Falta de zelo    | Desinteresse                      | Distrações  |
| Faltas e atrasos | Pouca proatividade / Procrastinar | Falta de habilidades e competências comportamentais |

# Comportamentos

Alguns de seus comportamentos os auxiliam no processo de aprendizagem e outros os afastam do objetivo pedagógico do estágio.

No estágio, apesar de as atividades serem supervisionadas, a atuação do estudante é extremamente importante para que a aprendizagem se efetive, pois somente a partir da sua ação é que os conhecimentos poderão ser construídos.

Por isso, procurando tirar o melhor da relação teoria e prática que o estágio proporciona, é aconselhável que o estagiário comporte-se com...



**autonomia, curiosidade, interesse, dedicação nas atividades que lhes são confiadas, empenho em relacionar o que foi aprendido na escola com o que aprendido na empresa, bom desempenho das atividades, interesse na busca de respostas para os problemas que se apresentam e contribuições pertinentes.**



# *Estágio no CP2*

TUUUDO QUE VOCÊ PRECISA  
SABER!

# Quais os Cursos no CPII?

*Cursos no Ensino Médio Integrado  
Vamos falar um pouquinho sobre eles?!*

## Técnico em Meio Ambiente

**Eixo Tecnológico:**  
Ambiente, Saúde e Segurança

**Objetivo:** formar cidadãos e profissionais capazes de atender as demandas dos setores da sociedade relacionadas à preservação, conservação, otimização, minimização e remediação de impactos ambientais.



**Campus de Oferta:**  
São Cristóvão III

*Estágio Obrigatório*

*Carga horária de Estágio:*  
**400 horas**

# Quais os Cursos no CPII?

*Cursos no Ensino Médio Integrado  
Vamos falar um pouquinho sobre eles?!*

**Técnico em  
Instrumento  
Musical**

**Eixo Tecnológico:**  
Produção Cultural e Design

Objetivo: propiciar a formação técnica, voltada para o trabalho musical e/ou continuidade no Ensino Superior de Música.

**Campus de Oferta:**  
Realengo II

*Estágio Obrigatório*

*Carga horária de Estágio:*  
*400 horas*



# Quais os Cursos no CPII?

*Cursos no Ensino Médio Integrado  
Vamos falar um pouquinho sobre eles?!*

## Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

**Eixo Tecnológico:**  
Informação e Comunicação

**Objetivo:** possibilitar o domínio e utilização adequada da tecnologia; possibilitar conhecimento da constituição e princípios de funcionamento do computador, aprendizado de técnicas de programação e de análise de sistemas; qualificar profissionalmente os alunos de nível médio.



### **Campus de Oferta:**

Duque de Caxias, Engenho Novo II,  
São Cristóvão III e Tijuca II

*Estágio Obrigatório*

*Carga horária de Estágio:*

*400 horas*

# Quais os Cursos no CPII?

*Cursos no Ensino Médio Integrado  
Vamos falar um pouquinho sobre eles?!*

## Técnico em Administração

**Eixo Tecnológico:**  
Gestão e Negócios

**Objetivo:** capacitação de profissionais para o controle das rotinas administrativas; desenvolver as características empreendedoras dos estudantes; aprimoramento do educando como pessoa humana

### **Campus de Oferta:**

Duque de Caxias,  
Realengo II e Tijuca II

*Estágio Obrigatório*

*Carga horária de Estágio:*  
**300 horas**



# O Estágio no CPlI

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é **componente curricular OBRIGATÓRIO** para a obtenção do diploma em todos os cursos técnicos do Ensino Médio Integrado, devendo ser realizado sob orientação e supervisão.



"Constitui-se na interface entre a vida escolar/acadêmica e a vida profissional, dando continuidade ao processo de aprendizagem".  
(CP2,2020)

O estágio é realizado por alunos com idade **igual ou maior que 16 anos.**

Os alunos devem estar matriculados no **2º ou 3º ano dos cursos de Ensino Médio Integrado**, incluindo os cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)



O ECS deve ser encerrado no **prazo máximo de 18 meses após a conclusão** do último ano do curso.

Deve ser observado o prazo **limite de 5 anos** entre a data da matrícula e a conclusão do estágio.

# O Estágio no CPEI

## *Cabe ao aluno*

Para o desenvolvimento do estágio é necessário que os alunos assumam algumas importantes atribuições:

entrar em contato com o professor que será seu supervisor;

indicar as atividades que deseja realizar para validação do supervisor;

apresentar os documentos que comprovem sua participação nos eventos;

registrar sua presença nos eventos internos;

obter declaração, certificado ou diploma de atividade desenvolvida em atividades externas;

apresentar os documentos que comprovem sua participação nos eventos.



**Obs: Serão creditadas para Carga horária apenas as atividades que tenham sido previamente validadas pelo professor responsável pelo estágio.**



**Obs: É obrigatória a apresentação dos documentos que comprovem a realização das atividades para a contagem de Carga horária.**

# O Estágio no CPII

## Como funciona?

O Estágio Supervisionado é **OBRIGATÓRIO** em todos os cursos do Ensino Médio Integrado.

Cada curso tem definido no seu Projeto Pedagógico a carga horária destinada ao estágio.

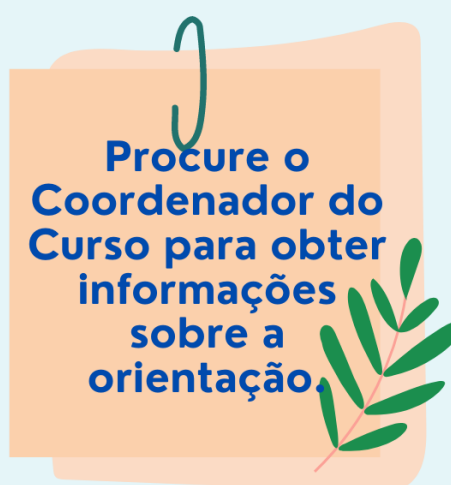
Dentro da carga horária de Estágio Supervisionado o aluno precisará cumprir as atividades obrigatórias e atividades eletivas, isto é, escolhidas a critério do estudante.

As atividades eletivas ou escolhidas devem complementar a carga horária restante.

Cada curso tem definido quais são essas outras atividades e qual a carga horária de cada uma.



*É possível iniciar o Estágio Supervisionado pelas atividades.*



**Procure o Coordenador do Curso para obter informações sobre a orientação.**

*Você sabe como está dividida a carga horária de Estágio no seu curso?*

*E quais são as atividades que podem compor o Estágio?*



# Técnico em Meio Ambiente

## Atividades de Estágio e Carga horária

Carga horária: **mínimo de 400h**

Distribuídas em:

Estágio Corporativo - 200 horas

Trabalho de Conclusão - 150 horas

\* Demais atividades - 50 horas



Estágio  
Supervisionado

\* Tipos de atividades que podem ser realizadas:

**Trabalho na área com vínculo empregatício** - sem limite

**Viagens acadêmicas** - máx. 60h (12 por viagem)

**Seminários, simpósios, congressos e conferências** - máx. 50h

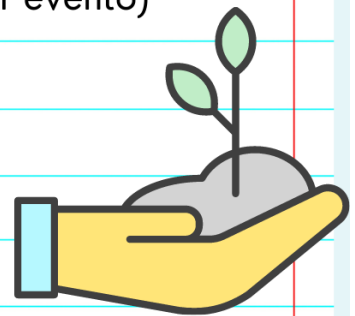
**Apresentação de trabalho** - máx. 20h (5h por evento)

**Pesquisa e Iniciação Científica** - máx. 150h

**Cursos de curta duração** - máx. 30h

**Visitas técnicas** - máx. 24h (6h por visita)

**Palestras** - máx. 30h



# Técnico em Instrumento Musical

## Atividades de Estágio e Carga horária

Carga horária: mínimo de 400h

Distribuídas em:

Trabalho de Conclusão (Recital) -  
200 horas

\* Demais atividades - 200 horas

Estágio  
Supervisionado

\*Tipos de atividades que podem ser realizadas:



\***Estágio Corporativo** - sem limite, com um mínimo de 200h

\***Trabalho na área com Vínculo empregatício** - sem limite

\***Curso de curta duração** - máx. 50h

\***Participação em seminários, simpósios, conferências e congressos** - máx. 20h (sendo 5h por evento)

\***Palestras** - máx. 15h

\***Monitoria de auxílio na organização de eventos musicais** - máx. 30h

\***Monitoria em disciplinas do Curso Técnico Integrado em instrumento musical e em Curso de Extensão** - máx. 100h

\***Pesquisa acadêmica sobre Prática musical** - máx. 20h

\***Participação em Concertos e apresentações musicais de importância acadêmica e artística** - máx. 50h

# Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

## Atividades de Estágio e Carga horária

Carga horária: mínimo de 400h

Distribuídas em:

Trabalho de Conclusão - 150 horas  
\* Demais atividades - 250 horas

} Estágio Supervisionado

\*Tipos de atividades que podem ser realizadas:

\***Estágio Corporativo** - *sem limite, com um mínimo de 200h*

\***Trabalho na área com Vínculo empregatício** - *sem limite*

\***Curso na área de Informática com tema relacionado ao Desenvolvimento de Software** - *máx. 100h*

\***Participação em seminários, simpósios, conferências e congressos** - *máx. 50h*

\***Palestras** - *máx. 50h*

\***Viagens acadêmicas Educacionais** - *máx. 50h*

\***Visitas técnicas** - *máx. 24h*

\***Monitoria de auxílio na organização de seminários, simpósios ou Congressos Internos em Atividades relacionadas ao Desenvolvimento de Sistemas** - *máx. 10 h*

\***Monitoria em disciplinas Técnicas do Ensino Médio Integrado em Informática** - *máx. 96h*

\***Pesquisa científica com atuação em atividades de Desenvolvimento de Sistemas** - *sem limite*

\***Apresentação de trabalho ligado à Informática em Eventos científicos** - *sem limite*

# Técnico em Administração

## Atividades de Estágio e Carga horária

Carga horária: mínimo de 300h

Distribuídas em:

Trabalho de Conclusão - máximo 50 horas

\* Demais atividades - 250 horas

} Estágio  
Supervisionado

\*Tipos de atividades que podem ser realizadas:

\***Estágio externo/ interno ou trabalho na área com vínculo empregatício formal**  
- sem limite

\***Escritório Modelo** - máx. 100h

\***Visitas técnicas** - máx. 20h

\***Monitoria** - máx. 80 h

\***Curso na área de Administração com tema relacionado às atividades desenvolvidas nas aulas** - máx. 150h

\***Palestras / Workshops** - máx. 80h

# Trâmites do ES

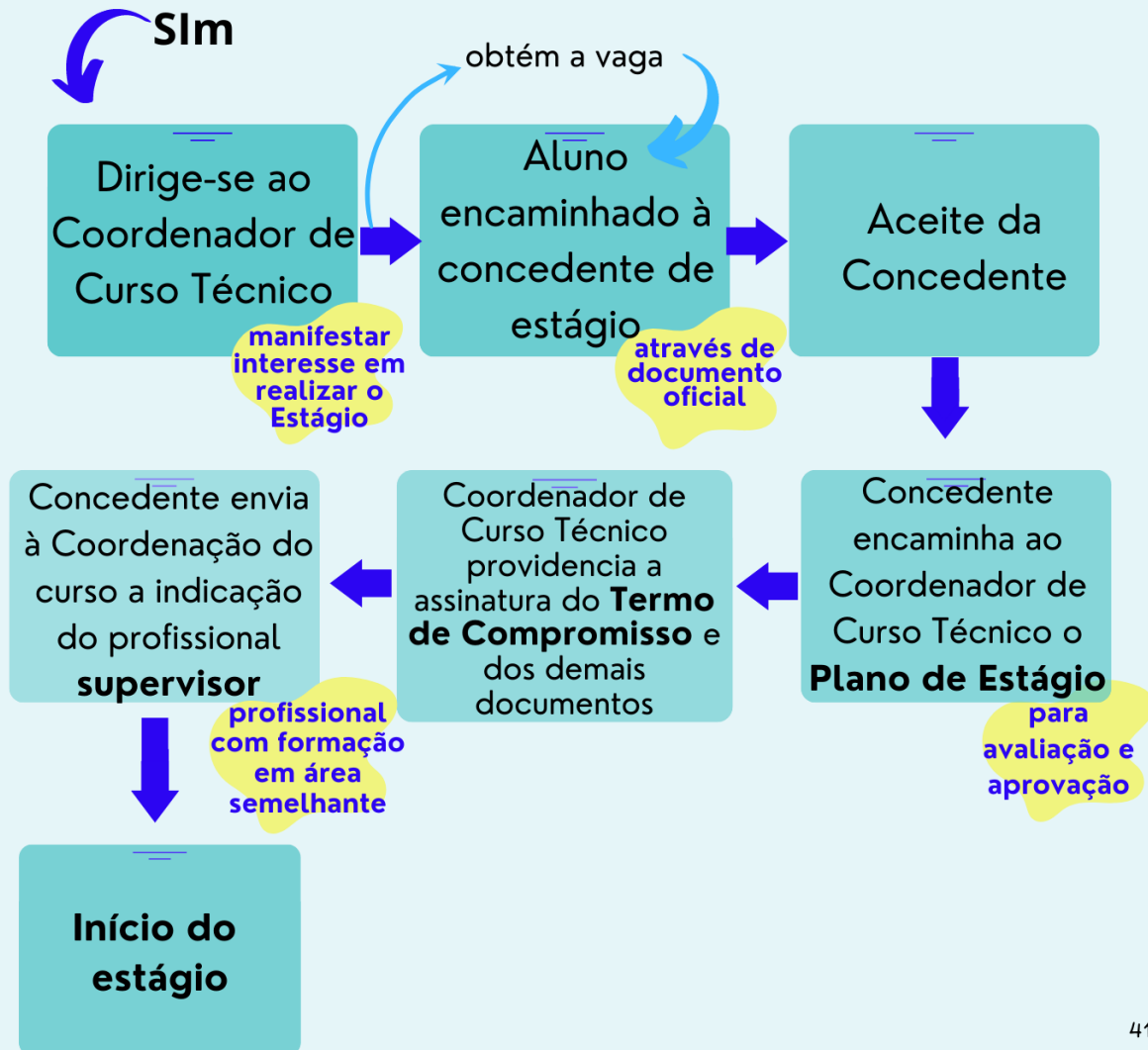


Quero iniciar o estágio.  
O que devo fazer?



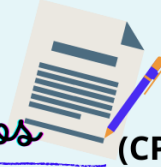
Só pode iniciar o Estágio o aluno com **idade maior ou igual a 16 anos** e que esteja matriculado no **2º ou 3º ano do EMI**

*cumpro esses requisitos?*



# Trâmites do ES

## Documentos Obrigatórios (CP2, 2020)



- I- **plano de Estágio** devidamente aprovado pela Coordenação Coordenador de Curso Técnico;
- II- **termo de Compromisso** assinado pelo (a) aluno(a) estagiário(a), pela concedente do Estágio Corporativo e pelo Colégio Pedro II;
- III- **relatório Técnico de Estágio e/ou Recital**, elaborado pelo(a) aluno(a) estagiário(a), sob a orientação do Coordenador de Curso Técnico;
- IV - **comprovação da carga horária cumprida**;
- V- **avaliação**, realizada pelo Supervisor de Estágio
- VI- **auto-avaliação**.

**OBS:** O Relatório Técnico é o trabalho de conclusão do estágio. Cada aluno deve procurar o Coordenador de seu curso para a orientação sobre o seu desenvolvimento.



No site do Colégio Pedro II, clique em **Área do Estudante**.

Em seguida, clique em **Central de Estágios**.

E depois clique em **Documentos Importantes**.

Aparecerá a tela abaixo com os modelos de documentos necessários.



Ou clique na imagem acima para ser direcionado para a página.



ENSINO MÉDIO INTEGRADO/ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ficha de Auto-Avaliação do(a) Estagiário(a)

Estagiário: .....

Curso Técnico: .....

N° de Matrícula: ..... Campus: .....

Local do Estágio: .....

Duração do Estágio: ..... (.....) meses

Carga horária total: ..... (.....) horas

| Itens a serem avaliados  | Sempre | Muitas vezes | Poucas vezes | Nunca |
|--|--------|--------------|--------------|-------|
| 1) Organizei esquemas ou ideias para um planejamento eficiente de minha atuação.   |        |              |              |       |
| 2) Compareci pontualmente ao(s) local(is) de estágio.  |        |              |              |       |
| 3) Ajudei espontaneamente ou quando solicitado na elaboração de tarefas diversificadas.  |        |              |              |       |
| 4) Prestei ajuda ao aperfeiçoamento do pessoal com quem colaborei.   |        |              |              |       |
| 5) desempenhei conscientemente os trabalhos de estágio, conforme as normas estabelecidas.  |        |              |              |       |
| 6) Registre, na ocasião oportuna, os pontos relevantes da minha observação e participação durante o estágio.                           |        |              |              |       |
| 7) Procurei conciliar meu ponto de vista com diferentes opiniões entre os membros dos grupos nos quais estagiei.                       |        |              |              |       |
| 8) Solicitei esclarecimentos sempre que tinha dúvidas sobre os problemas administrativos e técnicos.                                   |        |              |              |       |
| 9) Avaliei minha participação pelo número de pontos positivos alcançados, comparando meu progresso antes e após cada etapa do estágio. |        |              |              |       |

De acordo com a avaliação realizada, considero meu estágio:

Excelente  Bom  Regular  Insatisfatório

Rio de Janeiro, ..... de ..... de .....

Supervisor Institucional do Estágio na Empresa: .....

Estagiário(a): .....

Modelo de ficha  
preenchida pelo  
estudante

Modelo de ficha  
preenchida pelo  
supervisor

ENSINO MÉDIO INTEGRADO/ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ficha de Avaliação do(a) Estagiário(a)

Estagiário: .....

Série: ..... Turno: .....

Curso Técnico: .....

N° de Matrícula: ..... Campus: .....

Local do Estágio: .....

Duração do Estágio: ..... (.....) meses

Carga horária total: ..... (.....) horas

|                                   | ÁREA   | NOTA (0 A 10) | OBSERVAÇÕES |
|-----------------------------------|--|---------------|-------------|
| CAPACIDADE COGNITIVA              | Conhecimento Teórico                         |               |             |
|                                   | Correlação Teórico-Prática                   |               |             |
|                                   | Aplicação de Princípios Científicos/Pesquisa |               |             |
|                                   | Interesse e Atenção                          |               |             |
|                                   | Planejamento                                 |               |             |
|                                   | Iniciativa                                   |               |             |
| QUALIDADE DO TRABALHO             | Criatividade                                 |               |             |
|                                   | Dedicação                                    |               |             |
|                                   | Habilidade                                   |               |             |
| CONDUTA PESSOAL                   | Ritmo de Trabalho                            |               |             |
|                                   | Pontualidade                                 |               |             |
|                                   | Assiduidade                                  |               |             |
|                                   | Zelo Pessoal                                 |               |             |
|                                   | Participação Cooperativa                     |               |             |
|                                   | Equilíbrio Emocional                         |               |             |
|                                   | Relacionamento com a equipe                  |               |             |
| Relacionamento com o cliente      |  |               |             |
| Relacionamento com o proprietário |  |               |             |

Rio de Janeiro, ..... de ..... de ..... Rio de Janeiro, ..... de ..... de .....

Profissional da Instituição/Preceptor  
(Carimbo e assinatura)

Supervisor Institucional do Estágio  
(Carimbo e assinatura)



# *Perguntas e Respostas*

AS DÚVIDAS QUE AINDA  
PERMANECEM

# Perguntas e Respostas

## - No Colégio Pedro II, quem pode dar informações sobre o Estágio?

O estudante deve se encaminhar ao Coordenador do Curso para obter informações mais completas.

## - Qual a diferença entre Estágio Corporativo e Estágio Supervisionado?

O Estágio Supervisionado é composto por diferentes atividades, sendo o Estágio Corporativo uma delas. O Estágio Corporativo é aquele desenvolvido em uma concedente sob supervisão de um profissional indicado pela empresa.

## - Quando o Estágio deve ser cumprido?

No CPII, as atividades de Estágio podem ser realizadas a partir do 2º ano pelos alunos que tiverem idade maior ou igual a 16 anos.

## - Quais empresas possuem convênio com o CPII para a realização do estágio?

O Colégio possui uma lista de empresas conveniadas que podem ser acessadas [clikando aqui](#).

## - É obrigatório que o estudante receba alguma bolsa durante o estágio?

O pagamento de remuneração ou ajuda de custo durante o tempo de estágio só é obrigatório nos casos de estágio não obrigatório. Nos casos de estágio obrigatório, é facultativo a empresa esse pagamento.

## - Além da remuneração o estagiário poderá receber outros benefícios?

Sim. Eventualmente poderão ser concedidos os benefícios relacionados a transporte, à alimentação e à saúde, entre outros. Esse recebimento não caracteriza vínculo empregatício. (§ 1º do art. 12 da Lei 11.788/2008).

# Perguntas e Respostas

## **- O estagiário poderá realizar qualquer atividade que lhe for designada?**

Não. Ele poderá realizar as atividades que tenham relação com sua área de formação e que estejam previstas no seu Plano de Estágio. A concedente de estágio deve enviar à Instituição de Ensino o Plano de atividades para avaliação e aprovação.

## **- O plano de atividades do estagiário deve ser incorporado ao termo de compromisso de estágio?**

Sim.

## **- O Termo de Compromisso do Estágio pode ser cancelado antes do término de validade?**

Sim. O Termo de Compromisso poderá ser rompido por qualquer uma das partes e a qualquer momento.

## **- Qual a cobertura do seguro contra acidentes pessoais?**

O seguro cobre os acidentes pessoais ocorridos com o estudante-estagiário durante o período de vigência do estágio. Ele tem cobertura nos casos de: morte ou invalidez permanente, total ou parcial, provocadas por acidente. A indenização deverá constar do Certificado Individual de Seguro de Acidentes Pessoais e deve ser compatível com os valores de mercado.

## **- Alunos portadores de deficiência têm percentual de vagas de estágio asseguradas?**

Sim. A esses estudantes são assegurados o percentual de 10% (dez) por cento das vagas de estágio oferecidas pela parte concedente (§5º. do art. 17 da Lei 11.788/2008).

*Agora que você chegou até aqui...*

# **Preparado para encarar o estágio?**

Ampliar o seu conhecimento no estágio depende em grande parte da forma como você irá encarar esse momento.

Esperamos que esta cartilha o tenha ajudado a se ambientar com os aspectos ligados ao estágio.

A leitura completa da [lei 11.788/2008](#) e do [Regulamento de Estágio do CPEI](#) são importantes para se conhecer com propriedade essa atividade pedagógica.

*Boa sorte e muitos aprendizados no seu estágio!*

# Referências

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudante. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>

BRASIL. Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio: lei nº 11.788/2008 Brasília: MTE, SPPE, DPJ, CGPI, 2008.

COLÉGIO PEDRO II. Regulamento de estágio supervisionado e práticas profissionais. Edição 2020.

Colégio Pedro II. Projeto Político Pedagógico.

## ANEXOS

### ANEXO I – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM MEIO AMBIENTE

#### Técnico em Meio Ambiente (Integrado Diurno)

Grade atualizada 2021.

|                       |   | CH GERAL    |            | CH PROFISSIONAL |            | CH TOTAL    |            |             |             |
|-----------------------|---|-------------|------------|-----------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
|                       |   | 2555        |            | 1200            |            | 3755        |            |             |             |
| Componente Curricular | 1ª série                                |             | 2ª série   |                 | 3ª série   |             | TOTAL      |             |             |
|                       | temp.                                   | horas       | temp.      | horas           | temp.      | horas       | temp.      | horas       |             |
| FORMAÇÃO GERAL        | Arte                                    | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                       | Português                               | 5           | 133        | 5               | 133        | 5           | 15         | 399         |             |
|                       | Biologia                                | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |             |
|                       | Educação Física                         | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |             |
|                       | Filosofia                               | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |             |
|                       | Física                                  | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |             |
|                       | Geografia                               | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 8          | 213         |             |
|                       | História                                | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 8          | 213         |             |
|                       | Língua Estrangeira                      | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |             |
|                       | Matemática                              | 4           | 107        | 4               | 107        | 4           | 12         | 321         |             |
|                       | Química                                 | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |             |
|                       | Sociologia                              | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |             |
|                       | <b>TOTAIS</b>                           | <b>32</b>   | <b>851</b> | <b>32</b>       | <b>852</b> | <b>32</b>   | <b>852</b> | <b>96</b>   | <b>2555</b> |
| FORMAÇÃO PROFISSIONAL | Educação Ambiental                      | 3           | 80         |                 |            |             | 3          | 80          |             |
|                       | Estud. Geoamb. Noç. Ecotur.             | 3           | 80         |                 |            |             | 3          | 80          |             |
|                       | Fundam. Meio Ambiente                   | 4           | 107        |                 |            |             | 4          | 107         |             |
|                       | Iniciação Científica                    | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                       | Metodologia da Pesquisa                 | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                       | Desenho Ambiental                       | 2           | 53         | 2               | 53         |             | 4          | 106         |             |
|                       | Legislação Ambiental e Normatização     |             |            | 3               | 80         |             | 3          | 80          |             |
|                       | Monitoramento Ambiental                 |             |            | 3               | 80         |             | 3          | 80          |             |
|                       | Preservação Amb. - Memória e patrimônio |             |            | 3               | 80         |             | 3          | 80          |             |
|                       | Química Ambiental                       |             |            | 3               | 80         |             | 3          | 80          |             |
|                       | Estudos de Impacto Ambiental            |             |            |                 |            | 4           | 107        | 4           | 107         |
|                       | Manejo de Ecossistemas                  |             |            |                 |            | 3           | 80         | 3           | 80          |
|                       | Orientação e Prática de Estágio         |             |            |                 |            | 1           | 27         | 1           | 27          |
|                       | Química Analítica                       |             |            |                 |            | 3           | 80         | 3           | 80          |
|                       | Seminário Práticas Técnicas             | 1           | 27         | 1               | 27         | 2           | 53         | 4           | 107         |
| <b>TOTAIS</b>         | <b>17</b>                               | <b>453</b>  | <b>15</b>  | <b>400</b>      | <b>13</b>  | <b>347</b>  | <b>45</b>  | <b>1200</b> |             |
| <b>TOTAL</b>          | <b>49</b>                               | <b>1304</b> | <b>47</b>  | <b>1252</b>     | <b>45</b>  | <b>1199</b> | <b>141</b> | <b>3755</b> |             |

<http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/files/2021/06/INT-T%C3%A9cnico-Meio-Amb.pdf>

ANEXO II – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

**Técnico em Desenvolvimento de Sistemas (Integrado Diurno)**

Grade atualizada 2021.

|                       |                                    | CH GERAL    |            | CH PROFISSIONAL |            | CH TOTAL    |            |             |             |
|-----------------------|------------------------------------|-------------|------------|-----------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
|                       |                                    | 2502        |            | 1013            |            | 3515        |            |             |             |
| Componente Curricular | 1ª série                           |             | 2ª série   |                 | 3ª série   |             | TOTAL      |             |             |
|                       | temp.                              | horas       | temp.      | horas           | temp.      | horas       | temp.      | horas       |             |
| FORMAÇÃO GERAL        | Arte                               | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                       | Desenho                            | 2           | 53         | 2               | 53         |             | 4          | 106         |             |
|                       | Biologia                           | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                       | Educação Física                    | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                       | Filosofia                          | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                       | Física                             | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                       | Geografia                          | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 80         | 8           | 213         |
|                       | História                           | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 80         | 8           | 213         |
|                       | Matemática                         | 4           | 107        | 4               | 107        | 4           | 107        | 12          | 321         |
|                       | Língua Portuguesa                  | 5           | 133        | 5               | 133        | 5           | 133        | 15          | 399         |
|                       | Química                            | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                       | Sociologia                         | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                       | <b>TOTAIS</b>                      | <b>32</b>   | <b>851</b> | <b>32</b>       | <b>852</b> | <b>30</b>   | <b>799</b> | <b>94</b>   | <b>2502</b> |
| FORM. PROFISSIONAL    | Introdução à Ciência da Computação | 5           | 133        |                 |            |             | 5          | 133         |             |
|                       | Ling. de Programação I             | 6           | 160        |                 |            |             | 6          | 160         |             |
|                       | Banco de Dados                     |             |            | 4               | 107        |             | 4          | 107         |             |
|                       | Ling. de Programação II            |             |            | 5               | 133        |             | 5          | 133         |             |
|                       | Engenharia de Software             |             |            |                 |            | 3           | 80         | 3           | 80          |
|                       | Ling. de Programação IV            |             |            |                 |            | 2           | 53         | 2           | 53          |
|                       | Ling. Programação III              |             |            |                 |            | 4           | 107        | 4           | 107         |
|                       | Inglês Técnico                     | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
| <b>TOTAIS</b>         | <b>14</b>                          | <b>373</b>  | <b>12</b>  | <b>320</b>      | <b>12</b>  | <b>320</b>  | <b>38</b>  | <b>1013</b> |             |
| <b>TOTAL</b>          | <b>46</b>                          | <b>1224</b> | <b>44</b>  | <b>1172</b>     | <b>42</b>  | <b>1119</b> | <b>132</b> | <b>3515</b> |             |

<http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/files/2021/06/INT-T%C3%A9c-Des-Sist.pdf>

ANEXO III – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM INSTRUMENTO MUSICAL

**Técnico em Instrumento Musical (Integrado Diurno)**

Grade atualizada 2021.

|                           |  | CH GERAL    |            | CH PROFISSIONAL |            | CH TOTAL    |            |             |
|---------------------------|--|-------------|------------|-----------------|------------|-------------|------------|-------------|
|                           |  | 2715        |            | 1215            |            | 3930        |            |             |
| Componente Curricular     | 1ª série                               |             | 2ª série   |                 | 3ª série   |             | TOTAL      |             |
|                           | temp.                                  | horas       | temp.      | horas           | temp.      | horas       | temp.      | horas       |
| <b>FORMAÇÃO GERAL</b>     | Artes Visuais                          | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |
|                           | Educação Física                        | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |
|                           | Biologia                               | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |
|                           | Filosofia                              | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |
|                           | Física                                 | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |
|                           | Geografia                              | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |
|                           | História                               | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |
|                           | Inglês Técnico                         | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |
|                           | Matemática                             | 4           | 107        | 4               | 107        | 4           | 12         | 321         |
|                           | Português                              | 5           | 133        | 5               | 133        | 5           | 15         | 399         |
|                           | Química                                | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 9          | 240         |
|                           | Sociologia                             | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 6          | 159         |
|                           | Desenho                                | 2           | 53         | 2               | 53         |             | 4          | 106         |
|                           | <b>TOTAIS</b>                          | <b>36</b>   | <b>958</b> | <b>34</b>       | <b>905</b> | <b>32</b>   | <b>852</b> | <b>102</b>  |
| <b>FORM. PROFISSIONAL</b> | Harmonia Aplicada                      | 2           | 54         | 2               | 54         | 2           | 6          | 162         |
|                           | Música, Cultura e Sociedade            | 2           | 54         | 2               | 54         | 2           | 6          | 162         |
|                           | Percepção Musical                      | 4           | 108        | 4               | 108        | 4           | 12         | 324         |
|                           | Prática Coral                          | 2           | 54         | 2               | 54         | 2           | 6          | 162         |
|                           | Prática de Conjunto                    | 2           | 54         | 2               | 54         | 2           | 6          | 162         |
|                           | Prática Instrumental (individual)      | 1           | 27         | 1               | 27         | 1           | 3          | 81          |
|                           | Seminários de Práticas Interpretativas | 2           | 54         | 2               | 54         | 2           | 6          | 162         |
|                           | <b>TOTAIS</b>                          | <b>15</b>   | <b>405</b> | <b>15</b>       | <b>405</b> | <b>15</b>   | <b>405</b> | <b>45</b>   |
| <b>TOTAL</b>              | <b>51</b>                              | <b>1363</b> | <b>49</b>  | <b>1310</b>     | <b>47</b>  | <b>1257</b> | <b>147</b> | <b>3930</b> |

<http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/files/2021/06/INT-T%C3%A9c-Inst-Mus.pdf>

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO CURRICULAR – ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Técnico em Administração (Integrado Diurno)**

Grade atualizada 2021.

|                              |   | CH GERAL    |            | CH PROFISSIONAL |            | CH TOTAL    |            |             |             |
|------------------------------|---|-------------|------------|-----------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
|                              |   | 2661        |            | 1010            |            | 3671        |            |             |             |
| Componente Curricular        | 1ª série  |             | 2ª série   |                 | 3ª série   |             | TOTAL      |             |             |
|                              | temp.   | horas       | temp.      | horas           | temp.      | horas       | temp.      | horas       |             |
| <b>FORMAÇÃO GERAL</b>        | Arte/Música                                       | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                              | Desenho   | 2           | 53         | 2               | 53         |             | 4          | 106         |             |
|                              | Biologia  | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                              | Educação Física                                   | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                              | Filosofia   | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                              | Física  | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                              | Geografia   | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 80         | 8           | 213         |
|                              | História  | 2           | 53         | 3               | 80         | 3           | 80         | 8           | 213         |
|                              | Inglês  | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                              | Matemática  | 4           | 107        | 4               | 107        | 4           | 107        | 12          | 321         |
|                              | Português e Literaturas LP                        | 5           | 133        | 5               | 133        | 5           | 133        | 15          | 399         |
|                              | Química   | 3           | 80         | 3               | 80         | 3           | 80         | 9           | 240         |
|                              | Sociologia  | 2           | 53         | 2               | 53         | 2           | 53         | 6           | 159         |
|                              | <b>TOTAIS</b>                                     | <b>34</b>   | <b>904</b> | <b>34</b>       | <b>905</b> | <b>32</b>   | <b>852</b> | <b>100</b>  | <b>2661</b> |
| <b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b> | Fundam. Adm. Org. e Metod.                        | 3           | 80         |                 |            |             | 3          | 80          |             |
|                              | Gestão de Pessoas                                 | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                              | Mat. Financeira e Estat. Apl.                     | 3           | 80         |                 |            |             | 3          | 80          |             |
|                              | Redação Técnica e Oficial                         | 2           | 53         |                 |            |             | 2          | 53          |             |
|                              | Inform. Aplicada à Adm.                           | 2           | 53         | 3               | 80         |             | 5          | 133         |             |
|                              | Contabilidade                                     |             |            | 2               | 53         |             | 2          | 53          |             |
|                              | Gestão de Marketing                               |             |            | 3               | 80         |             | 3          | 80          |             |
|                              | Gestão de Operações                               |             |            | 2               | 53         |             | 2          | 53          |             |
|                              | Gestão Qualid. Seg. Trabalho                      |             |            | 2               | 53         |             | 2          | 53          |             |
|                              | Administração de Materiais e Logística            |             |            |                 |            | 3           | 80         | 3           | 80          |
|                              | Comunicação, Negociação e Liderança               |             |            |                 |            | 2           | 53         | 2           | 53          |
|                              | Empreendedorismo e Inovação                       |             |            |                 |            | 2           | 53         | 2           | 53          |
|                              | Gestão Financeira                                 |             |            |                 |            | 3           | 80         | 3           | 80          |
|                              | Legislação (Financeira, Trabalhista e Tributária) |             |            |                 |            | 2           | 53         | 2           | 53          |
|                              | Projeto Final                                     |             |            |                 |            | 2           | 53         | 2           | 53          |
| <b>TOTAIS</b>                | <b>12</b>   | <b>319</b>  | <b>12</b>  | <b>319</b>      | <b>14</b>  | <b>372</b>  | <b>38</b>  | <b>1010</b> |             |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>46</b>   | <b>1223</b> | <b>46</b>  | <b>1224</b>     | <b>46</b>  | <b>1224</b> | <b>138</b> | <b>3671</b> |             |

<http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/files/2021/06/INT-T%C3%A9c-Adm.pdf>